UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL E
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

SOLANGE LOPES DE ALENCAR

Do sal e do sol: práticas turísticas e conflitos sociais na construção
de um espaço turístico: Boa Viagem-PE (1950)

SÃO PAULO

2016

SOLANGE LOPES DE ALENCAR

Do sal e do sol: práticas turísticas e conflitos sociais na construção
de um espaço turístico: Boa Viagem-PE (1950)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências, pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política.

Versão Corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 22.09.2016. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTS), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de concentração:

Movimentos Sociais e Participação Política

Orientador:

Professor Dr. Sidnei Raimundo.

SÃO PAULO

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Alencar, Solange Lopes de

Do sal e do sol : práticas turísticas e conflitos sociais na construção de um espaço turístico : Boa Viagem - PE (1950) / Solange Lopes de Alencar ; orientador, Sidnei Raimundo. – São Paulo, 2016

234 f.: il

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Turismo litorâneo - Aspectos históricos - Pernambuco. 2. Desenvolvimento turístico - 1950 - Pernambuco. 3. Turismo litorâneo - Aspectos sociais - Pernambuco. I. Raimundo Sidnei, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 910.98134

Nome: ALENCAR, Solange Lopes de

Do sal e do sol: práticas turísticas e conflitos sociais na construção de um espaço turístico: Boa Viagem-PE (1950)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em ciências.

Área de concentração:

Movimentos Sociais e Participação Política

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Panosso Neto Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Airton José Cavenaghi Instituição: Universidade Anhembi-Morumbi

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Ma. Madalena P. Aulicino Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Sidnei Raimundo Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Godoi Trigo Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____ Prof.

Dr. Reinaldo Miranda S. Telles Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa Dra. Rita de Cássia Ariza Cruz Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Maria da Paz Deodato dos Santos, minha mãe.

In memoriam

Agradecimentos

Ao final deste trabalho não são poucas as pessoas a quem devo agradecer. Suas presenças durante este caminho tornaram-no mais afortunado. As alegrias e receios, além das dificuldades inerentes a construção de um conhecimento científico, somaram-se aos incentivos múltiplos e foram um compartilhar constante.

Desta forma agradeço ao meu orientador, professor Dr. Sidnei Raimundo, que recebeu a professora nordestina sempre com palavras, idéias e atitudes de estímulo. Agradeço a oportunidade e confiança em trabalhar com um profissional competente e incentivador de tantos saberes. Este trabalho, em larga medida, é seu também.

Dos vários professores que transitei na EACH, devo agradecer especialmente ao professor Dr. Alexandre Panosso Neto. Suas aulas me levaram a perceber as possibilidades do conhecimento científico, as necessidades de um pesquisador se colocar diante de encruzilhadas e escolher os caminhos possíveis do conhecimento, além de descortinar o Turismo como um conhecimento humano.

Agradeço ainda a querida professora Dra. Maria Madalena Aulicino, que me possibilitou entrar nesse mundo das ciências sociais por meio de autores e discussões que abalaram minhas proposições científicas, minhas realidades e verdades históricas.

Ao amado Tetsuo, marido querido e companheiro de tantas discussões academicamente apaixonadas, bem como de tantas formas de carinhos. A distância só aproximou nossos corações e mentes. Você está em todos os parágrafos deste trabalho.

Aos meus amigos queridos, companheiros alegres de tantas horas nem sempre fáceis: Flavenildo Ribeiro, Rogério Gustavo, Fernando Lopes, Michelle Patrícia, e os paulistanos Marcela Bonetti, Débora Antunes e Thiago Saveda.

Agradeço ainda aos funcionários e funcionárias da Pós da EACH. Batalhadores incansáveis na luta por direitos, prestando serviços de excelente qualidade, atendendo com singeleza e humanidade a diversidade de alunos e alunas que transitam na pós.

Também aos colegas da Coordenação de História do IFPE, que em solidariedade, permitiram-me o afastamento para o mestrado. A todos meu muito obrigada.

“Com o despertar do dia ficam vazios todos os mocambos, saindo os homens para trabalhar nas fábricas, carregar e descarregar navios, as mulheres para cozinhar e lavar nas casas ricas, os meninos para vagabundagem [...] Até os aleijados e os cegos que moram nos mocambos saem, para mendigar pela cidade. O bairro fica deserto [...] Durante o dia inteiro a paisagem dos mocambos é uma paisagem morta. Numa trepidação assustadora passa, bem por cima, o avião da Panair.”

Josué de Castro

RESUMO

ALENCAR, S. L. de. **Do sal e do sol: práticas turísticas e conflitos sociais na construção de um espaço turístico: Boa Viagem-PE (1950)**. 2016. 234 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) – Escola de Artes, Ciências e Humanidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Versão corrigida.

O presente estudo objetiva compreender os processos que promoveram as transformações das práticas turísticas na praia de Boa Viagem, em Recife, Capital de Pernambuco, durante a década de 1950, em um momento marcado pela saída da Ditadura Vargas (1937-1945) coetânea com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Elencando as formas como os sujeitos envolvidos, isto é, as classes de trabalhadores e as Elites locais, além da forte presença do Estado, atuaram para a construção das práticas turísticas. O período de estudo compreende um momento democrático entre dois governos de exceção, marcado pela ascensão das forças políticas esquerdistas, muito fortes em Pernambuco, além da assunção dos vários movimentos populares, os quais criaram um clima de intensas disputas políticas junto às forças conservadoras da tradicional açucarocracia pernambucana, assentada no poder dos usineiros. Buscando recuperar o que era visto como um atraso econômico, presente nos altíssimos níveis de pobreza da maior parte da população, além do enfraquecimento das elites políticas no quadro político nacional, ascendeu, lentamente, um incipiente discurso sobre o Turismo como parte da solução para a recuperação econômica local. A praia de Boa Viagem é a materialização da aplicação desse discurso uma vez que se tornou o território turístico por excelência do Recife, abandonando suas características de área de veraneio das elites locais, mantendo, contudo, a característica de local elitizado. Diante desse quadro, buscamos resgatar quais entendimentos os sujeitos possuíam sobre o que seria o Turismo, o turista, o setor turístico, a prestação de serviços turísticos, os equipamentos e atrações turísticas, entre outros conceitos ainda em formação no próprio meio turístico. Ademais, questionamos o quanto o aspecto relacional entre os sujeitos envolvidos, o Estado, as elites e os trabalhadores, assim como a participação deles, fomentou a construção do Turismo como foi sendo praticado – por meio de imposições, cooptações, negociações e exclusões. Além do próprio papel da praia como fenômeno de um discurso de inclusão entre as classes sociais, mas de exclusão da apropriação econômica com o Turismo. Neste sentido, utilizamos como principais fontes de pesquisa, jornais e periódicos, sobretudo a partir da década de 1950. O jornal Diário de Pernambuco foi nossa principal fonte, pois possuía ampla circulação e era visto como a “voz” das classes dominantes, porque conseguia propor discursos reconhecidos pelas próprias elites da mesma forma que atingia a classe trabalhadora de forma disciplinadora. Como ferramenta para análise, cercamo-nos dos conceitos da

Análise do Discurso de orientação foucaultiana, embasando-nos numa perspectiva dialética e relacional entre os sujeitos. No final, foi possível concluir o quanto o Turismo construído e praticado na praia de Boa Viagem, a partir do processo histórico visualizado, reforçou disputas pela apropriação da área da praia pelos trabalhadores, pelas elites e pelo Estado, constituindo-se num território turístico cujo discurso prefacia uma suposta democratização do uso da praia para lazer, mas que, contudo, exclui parte dos sujeitos da apropriação econômica promovida por esse mesmo Turismo.

Palavras-Chave: Turismo. Conflitos Sociais. Praia. História

ABSTRACT

ALENCAR, S. L. de. **From the salt and the sun: tourism practices and social conflicts in the construction of a touristic space: Boa Viagem-PE (1950).** 2016. 234 f. Dissertation (Master in Social Change and Political Participation) - School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2016. Corrected version.

This study aims to understand the processes that promoted the transformation of tourism practices at Boa Viagem beach in Recife, capital of Pernambuco, during the 1950s, at a time marked by the end of Vargas' Dictatorship (1937-1945) coeval with the end of World War II (1939-1945). The studied period comprises a democratic moment between two governments of exception, marked by the rise of leftist political forces, very strong in Pernambuco, plus the assumption of many popular movements, which created an environment of intense political disputes with the conservative forces of the traditional sugar aristocracy of Pernambuco, which was settled in the power of sugar mill owners. Seeking to recover what was seen as an economic backwardness, present in very high levels of poverty of most of the population, besides the weakening of the political elites in the national political framework, an incipient speech on tourism as part of the solution to local economic recovery rose slowly. Boa Viagem beach is the materialization of this speech application since it became the touristic area par excellence of Recife, leaving its characteristics of summer place for the local elites, but maintaining the characteristic of elitist area. Upon this scenery, we sought to rescue the kind of understanding the subjects had of what would be tourism; tourists; tourism industry; provision of touristic services, equipment and attractions; among other concepts still to be formed in the touristic environment itself. Furthermore, we questioned how deeply the relational aspect between the involved subjects - the State, the elite and the workers, as well as their participation - promoted the construction of Tourism as it was being practiced, through impositions, cooptation, negotiations and exclusions; besides the role of the beach as a phenomenon of a discourse of inclusion among the social classes, but of exclusion from the economic appropriation with the Tourism. In this sense, we used, as sources of research, newspapers and periodicals, especially the ones from the 1950s. The newspaper *Diário de Pernambuco* was our main source, as it was highly popular and was seen as the "voice" of the ruling classes, because it was able to propose speeches recognized by the elites, and at the same time to struck the working class in a disciplinarian way. As a tool for analysis, we embraced the concepts of Speech Analysis under Foucault's guidance, basing ourselves in a dialectical and relational perspective between subjects. In the end, we were able to conclude how the tourism built and practiced at Boa Viagem beach, from the displayed historical process, reinforced disputes over the appropriation of the beach area, becoming a touristic territory whose speech prefaces a

supposed democratization of the use of beach for leisure, but which, however, excludes some of the subjects from the economic appropriation promoted by that Tourism.

Key-words: Tourism. Social Conflicts. Beach. History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 “Flagrante colhido, ontem, na Prefeitura, durante a instalação do Conselho Municipal de Turismo”	73
Figura 2 Os “tigres”.	114
Figura 3 O trem da Maxambomba.....	125
Figura 4 Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem	131
Figura 5 “Vários aspectos do novo e encantador bairro balneário do Recife	145
Figura 6 Comitiva do Governador Sérgio Loreto na Avenida Beira Mar.....	146
Figura 7 A Casa Navio. Construída em 1946	150
Figura 8 Planta de dois novos aeroportos para o Recife.....	156
Figura 9 Mapa do “Polígono da Seca”	172
Figura 10 “O Salário Mínimo – Arma do Catete contra Pernambuco	174
Figura 11 “Propaganda do Loteamento Santa Luzia”	179
Figura 12 “Loteamento Jardim Santo Antônio”	180
Figura 13 Cartaz da Loja Camisaria União.....	187
Figura 14 Cartão postal do Grande Hotel década de 1930..	193
Figura 15 Propaganda do Hotel Boa Viagem.....	197

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 -	Mapa do bairro de Boa Viagem	-	ANEXO A
MAPA 2 -	Mapa do bairro do Pina	-	ANEXO B
MAPA 3 -	Mapa do bairro de Brasília Teimosa	-	ANEXO C

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Levantamento do quantitativo de usos dos termos aplicados às práticas turísticas, durante as décadas de 1930, 1940, 1950, a partir das reportagens do jornal Diário de Pernambuco.	189
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
BN	Biblioteca Nacional
CEPE	Companhia Editora de Pernambuco
CONTUR	Conselho Estadual de Turismo
CONTURE	Conselho Municipal de Turismo da Prefeitura do Recife
DDC	Departamento de Documentação e Cultura
DOE	Diário Oficial do Estado de Pernambuco
DP	Diário de Pernambuco
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo ¹
EMPETUR	Empresa Pernambucana de Turismo
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

¹ A Empresa Brasileira de Turismo foi criada em 1966, teve sua nomenclatura e funções alteradas a partir de 1994, quando passou a ser o Instituto Brasileiro de Turismo. Optamos por manter a denominação primeira uma vez que toda a documentação consultada é anterior as alterações realizadas a partir da década de 1990.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	18
CAPÍTULO 1: APORTES TEÓRICOS: UM OLHAR INTERDISCIPLINAR	32
1.1 Turismo, epistemologia e categorias de análise	33
1.1.1 Turismo uma prática econômica, social e cultural. Um conhecimento acadêmico	37
1.1.2 Turista	46
1.1.3 Lazer	57
1.2 História e um Turismo-problema	71
1.2.1 A Historicidade das práticas do Turismo	75
1.2.2 A massa no Turismo e o Turismo de massa	83
1.3 Invasões elitistas e ocupações populares: as residências secundárias	92
1.4 Um olhar geográfico sobre o Turismo	99
CAPÍTULO 2: OCUPAÇÕES GEOGRÁFICAS, CONFLITOS HISTÓRICOS, PRÁTICAS TURÍSTICAS	103
2.1 O litoral: hidroterapia, talassoterapia, helioterapia	104
2.2 O litoral: A ressignificação na pluralidade de territórios muito além do vazio	112
2.3 Recife: outros territórios além do vazio	117
2.4 Boa Viagem: Uma praia ainda distante ou como continuamos <i>caranguejos</i>	123
2.5 Boa Viagem: O processo histórico do beira mar	128
2.6 Boa Viagem: Não é apenas um <i>footing</i> à beira mar	135
2.7 Boa Viagem: Da Revolução e da Guerra.	149
CAPÍTULO 3: CONFLITOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE UMA ECONOMIA DO TURISMO E DO LAZER	160
3.1 Da “casa navio” e dos mocambos: as contradições sociais da década de 1950	161
3.2 Da “casa navio” e dos mocambos: lazer e trabalho como visões antípodas para a construção de Boa Viagem na década de 1950	177
3.3 O Hotel Boa Viagem: capitalizando o Turismo e concentrando a renda	189
3.4 Hotel, Estado e Turismo	200
3.5 Alguns “e depois...”	207
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	213
6 ANEXOS	230

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O turismo na atualidade é uma prática consolidada mundialmente. Considerado um dos grandes fenômenos mundiais, seus números são uma impressionante repercussão de como uma prática social foi absorvida e reificada² a partir de transformações sociais e políticas, mas, sobretudo a partir das práticas econômicas adotadas ao longo dos séculos XIX ao XXI.

A Organização Mundial do Turismo (OMT), agência promotora do Turismo e ligada a Organização das Nações Unidas (ONU)³, tornou-se a principal voz sobre as práticas do Turismo no mundo, publicando, reiteradamente, dados estatísticos e monetários que tendem a moldar uma face economicamente favorável ao Turismo mundial.

Segundo o “Tourism Towards 2030”, relatório produzido pela OMT⁴, há uma expectativa de crescimento contínuo do Turismo no mundo, com uma ascensão de 3,3% entre 2010 e 2030, indo além dos 1.800 milhões de turistas circulando em 2030. Outrossim, não é apenas para o futuro que se voltam os dados da OMT. Também para consolidar positivamente o Turismo no passado imediato afirmando um crescimento contínuo e positivo desde 1950 e seus 25 milhões de turistas, passando a década de 1980 com seus 278 milhões e chegando aos 525 milhões em 1995⁵.

Que pese o direcionamento econômico apresentado pelo Relatório acima é notório que eles representam também uma movimentação humana sem par no globo, significando, a cada dado crescente apresentado, mais pessoas que se movimentam em viagens para fora de seus domicílios sem ser por questões de sobrevivência, como a busca por trabalho, comida, fuga de guerras, etc. Ademais é importante perceber que os números demonstram uma amplitude de países e pessoas em movimentação, desenvolvendo uma

² De acordo com Goldman (1977), a reificação é um processo a partir da sociedade mercantil capitalista, em que o valor de troca do bem superou o valor de uso, tornando-o secundário, e onde o produtor faz a mercadoria para vender e não para satisfazer. Entendemos, assim que a prática da viagem foi transformada em objeto para consumo, coisificando-o.

³ www2.unwto.org/ES/content/historia, acesso em janeiro de 2015.

⁴ “Panorama do Turismo no Mundo -2013”, Ministério do Turismo. Acesso em janeiro de 2015.

⁵ “Panorama OMT del Turismo Internacional – 2014”, www2.unwto.org/ES/content/historia, acesso em janeiro de 2015

circularidade de sujeitos e frequências que podemos assumir como sem antecedentes.

Desse enorme contingente humano que vêm se deslocando ao redor do globo, o Brasil é apontado pela Agência Internacional como o maior destino turístico da América do Sul. Criando assim uma relação com o Turismo enquanto exploração econômica, relação social e condicionamentos políticos.

O Turismo traz, assim, novas racionalidades e delinea ressignificações aos espaços, os quais “não expressa[m] em si liberdade ou repressão, mas [...] pode[m] condicionar práticas sociais que as determinem” (CORTÉS, 2008, p. 10), de forma que a realidade se torna mutável porque construída, na medida em que os indivíduos não a modificam aleatoriamente, mas a partir das condições históricas existentes (MARTINS, 2006).

É partindo desta compreensão que a região Nordeste do Brasil, foco desta pesquisa, é caracterizada atualmente como um destino turístico de sol e praia. Seus principais destinos indutores⁶ estão associados diretamente a denominação de turismo de sol e mar: Região Costa dos Corais (AL); Costa dos Coqueiros, Costa do Dendê, Costa do Descobrimento, Bahia de Todos os Santos (BA); Litoral Leste, Litoral Extremo Oeste (CE); Lençóis Maranhenses (MA); Região Turística do Litoral (PB); Rota Costa História e Mar (PE); Polo Costa das Dunas (RN); Polo Costa dos Coqueirais (SE)⁷.

Desde o pós Segunda Guerra, em pouco mais de cinquenta anos, o Turismo transformou a forma como as pessoas passaram a ver e usar a faixa litorânea nordestina, de tal modo que se tornou indissociável: Nordeste é sinônimo de praia e sol, lazer e alegria.

Dantas (2009) chama esse processo de turistificação do Nordeste, e apesar dele não ser exclusivo e acontecer em várias regiões do Brasil, como

⁶ Os Destinos Indutores são locais que se apresentam como força motivadora para que os turistas se desloquem até a região onde estão estes destinos e, daí, possam se dirigir a outros atrativos turísticos. O Ministério do Turismo do Brasil acrescenta ainda que estes Destinos são base política para ações de desenvolvimento regional. Disponível em http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/outras_estudos/destinos_indutores/, acesso em 03.10.2013.

⁷ Índice de Competitividade do Turismo Nacional. Disponível em http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/outras_estudos/download_outrousestudos/Relatxrio_Brasil_2010.pdf, acesso em 02.10.2013.

Rio de Janeiro (O'DONNELL, 2013), Rio Grande do Sul (ENKE, 2013), Santa Catarina (FERREIRA, 1994), estas cidades não representam ou simbolizam todo um ideal turístico para suas respectivas regiões a ponto de se confundirem uma prática localizada à uma identidade regional.

No Nordeste o Turismo de sol e mar, como forma de identificação regional, econômica e social, foi abrindo espaços entre conceituações já estabelecidas como região açucareira, região do “Polígono da Seca”, do “cangaço” (PERRUCI, 1978).

Dessa forma são interessantes as críticas fomentadas por Dantas sobre os estudos acerca do Turismo no Nordeste, particularmente, quanto às relações homens e o mar, cujo desejo se aproxima daquele produzido na Europa, mas que não lhe é idêntico (DANTAS, 2009, p. 17). Estudar as práticas turísticas advindas desse novo relacionamento é apreender as razões das novas relações com a praia, isto é, buscar cientificamente fatos materiais e concretos para análise; além de compreender o desejo pelo espaço “novo”, ou seja, interpretar a partir dos dados e dos questionamentos a estes dados.

A praia é vista como o espaço do “território do vazio” expresso por Corbin (1989) e, ao mesmo tempo, é o lugar do medo social constatado por Delumeau (1996). Mas é, além disso, um território que representa situações de poderes (SANTOS, 1985; RAFFESTIN, 1993) e, dessa forma, apresenta conflitos inerentes às tensões para manutenção desses poderes. As discussões e análises feitas a partir das pesquisas com o Turismo no Brasil, sobretudo pelo seu viés sócio-antropológico, vêm contribuindo para o esclarecimento dessas várias questões e para a compreensão e desconstrução de certos mitos, como o espaço de praia de forma democrática (O'DONNELL, 2013), os quais acabaram por reproduzir uma memória e uma voz da classe dominante brasileira, seja sobre as práticas do Turismo, do lazer, da praia, dos sujeitos, entre outras.

Além disso, estudos que nem sempre privilegiam o Turismo como objeto da pesquisa, mas que não se furtam a elencá-lo como fator social, cultural, político e também econômico, também têm sido apresentados e contribuído para a compreensão do Turismo no Brasil. O'Donnell pesquisando

antropologicamente a praia de Copacabana no Rio de Janeiro, compreende que só a partir da década de 1930 é que o bairro ganha um novo simbolismo de “território naturalmente associado à modernidade, à salubridade e à elegância” (O’DONNELL, 2013, p. 16). Esta nova significação não está atrelada diretamente ao Turismo como prática econômica, mas a toda uma conjuntura social e histórica, a partir da qual os sujeitos envolvidos, elites e trabalhadores, constroem o espaço da praia. E, no entanto, a autora não se furta a trabalhar a forma como o Turismo participou das transformações ocorridas.

Também para a historiadora Enke (2013), ao estudar a modernidade a partir da construção do balneário da Praia do Cassino no Rio Grande do Sul, demonstra o quanto o Turismo prescinde de análises que não sejam puramente econômicas, baseado em receitas em constante expectativa de crescimento, mas que busquem acompanhar a complexidade do fenômeno como fato social.

Dantas (2009) em mais de vinte anos de pesquisas geográficas sobre o litoral do Ceará, elenca o Turismo como um dos fatores para a compreensão do fenômeno da maritimidade na região. Mesmo assim ainda reforça em seus trabalhos o quanto o político e o social são marcadamente preponderantes para se entender as transformações da região e destas, o Turismo.

Em Pernambuco o sociólogo Gilberto Freyre (2004), escrevendo na primeira metade do século XX e se reportando ao século XIX, já apontava transformações no litoral da capital que estavam relacionadas a formas de usos turísticos e que não se sobreponham as questões sociais, culturais e políticas. Os usos da praia, segundo Freyre e sua abordagem culturalista, se dava por um todo social, mas cujo poder ainda estava centrado no homem e branco.

Este aspecto do trabalho freyriano é importante uma vez que ele antecede a crítica de Dantas, ao apresentar um fato construído historicamente, a partir de um processo e das relações entre os sujeitos, que foi absorvido de outra realidade como a europeia, mas que aqui não se implantou nos mesmos moldes. Antes, se adéqua social, política e economicamente. É o particular dos

sujeitos que criam uma nova História e não simplesmente a reprodução de outras.

Da mesma forma Araújo (2007), em pioneiro trabalho de História Social sobre os usos das praias de Recife e Olinda, também na região de Pernambuco, não visualizou o Turismo como objeto do seu trabalho, mas consegue apresentá-lo em vários momentos, uma vez que ele fez parte da construção social do novo território litorâneo, e de onde os sujeitos se apresentam e se reconhecem. Para a autora se torna difícil entender as transformações sociais sem elencar o Turismo como parte do processo que constituiu “espaços extremamente dinâmicos e valorizados, de usos os mais diversificados e para os quais são atribuídos significados vários” (ARAÚJO, 2007, p. 13), permitindo, assim, trazer para frente do discurso sobre a praia, a necessidade de estudos sobre o Turismo, de considerá-lo como objeto das análises científicas.

Estes trabalhos elencados são importantes bases para a compreensão social do fenômeno do Turismo no Brasil, os quais mesmo não centralizando-o como seu objeto, conseguem produzir um conhecimento científico a seu respeito. Ortiz (2009, p. 233) chama atenção para o quanto estudos que são feitos à imagem daqueles praticados no mundo anglo-saxão, acabaram gerando uma certa dependência conceitual e teórica dos pesquisadores latinos, os quais “... viviam da modernidade alheia (...) exógena, incompleta”. Todavia os trabalhos até aqui apresentados, sobre a praia, o lazer, e mesmo tangencialmente o Turismo, intentaram promover como dinâmica a busca pela construção de um conhecimento da realidade do contexto histórico do Brasil, em regiões várias do país, em momentos diversos, diminuindo pelo olhar crítico, a dependência apontada por Ortiz acima.

E quando buscamos lançar um olhar historiográfico, percebemos que a relação da História com o Turismo, ao menos no Brasil, ainda se apresenta de forma superficial, quando não silenciada diante de uma perspectiva que visualiza o Turismo como sendo um conhecimento menor

(CAMARGO, 2007), produzindo poucos trabalhos⁸ onde o objeto seja o Turismo e não como sendo consequência de práticas outras, um Turismo como fim da História, como evolução linear de práticas de lazer.

Dessa forma buscamos contribuir para a ampliação das discussões e análises, de onde possam ascender, ao longo do tempo, conhecimentos que esclareçam fatos e desconstruam mitos. Produzindo assim um saber histórico sobre o Turismo, base para uma História do Turismo como campo de investigação científica, utilizando ferramentas e fontes identificadas no meio próprio do historiador, de forma a ampliar as leituras possíveis sobre o fenômeno do Turismo.

Estudar assim o Turismo no Brasil, ou mesmo percebê-lo por meio de pesquisas várias, inclusive da História, é criar um quadro de sua formação e entendê-lo como uma problematização do social, onde o olhar do pesquisador é criticamente construído de forma a buscar a compreensão e desconstrução de bibliografias dependentes, conforme o entendimento de Ortiz.

As pesquisas aqui apresentadas perceberam o quanto o Turismo é relacional aos sujeitos (FOUCAULT, 2002), e fugiram de uma excessiva preocupação com o econômico, da falta de dados empíricos, e também atentaram para o não isolamento das classes sociais envolvidas no processo, correndo o risco de perpetuar uma História dos vencedores. A História como disciplina que privilegia o humano, entendendo-o como sujeito de seus próprios processos, contribui para ampliar esse olhar. Não é redentora apresentando por meio de linearidades as causas e consequências dos eventos (apud Bloch, 2001; PERRUCCI, 1978), mas é criativamente construtora de saberes onde os processos percebidos ao longo do tempo são gestados por meio das relações sociais.

Panosso Neto (2005, p. 43) expõe bem as dificuldades de pesquisas com o Turismo quando diz que “não se pode pensar o turismo apenas como atividade econômica ou social”. O autor levanta as bases para uma fuga da

⁸ Podemos citar como parte da construção do processo de apropriação dos saberes históricos e o Turismo enquanto objeto, os trabalhos de Pires (2001); Camargo (2007) e Guimarães (2012),.

visão dicotômica presente em algumas abordagens sobre o Turismo, elevando-o a condição de um fenômeno cujo sujeito é o ser humano e, portanto, ambos são indissociáveis. E os trabalhos acima, mesmo que não tenham o Turismo como objeto de suas pesquisas, ajudaram a construir ou desconstruir suas imagens, levantando abordagens onde o social, o político e o econômico transitam para que o pesquisador possa compreender o todo dos sujeitos envolvidos no processo. É partindo dessa linha de estudos que nos colocamos e buscamos apreender o Turismo.

Desta forma, nas páginas que se seguem, uma destinação turística litorânea em particular é apresentada de forma a compreender como essa construção relacional foi sendo materializada durante a primeira metade do século XX e consolidada nos anos seguintes. Boa Viagem, ou melhor expressando, a praia de Boa Viagem, em Recife, capital do Estado de Pernambuco, está intimamente relacionada a essa realidade. Sua historicidade foi e continua sendo moldada a partir dessas transformações dos seus usos, representada por novas significações, novas apropriações e novas ocupações pelos sujeitos, os quais buscaram dialogar com a realidade em vários e diferentes momentos desse longo processo histórico.

De uma forma geral, este estudo não se traduz na busca pelas origens da praia de Boa Viagem para o Turismo, ou ainda do Turismo de praia em Recife. Não queremos nos ater a uma excessiva embriogenia ou reticências originárias (BLOCH, 2001; FOUCAULT, 2008), de forma que acabemos reforçando mitos elitistas de começos justificadores ou de permanências. O tempo da pesquisa no final das contas é o tempo presente, o qual bem referenciado e definido consegue mover a consciência do pesquisador para a análise. Já o tempo do acontecimento, este sim é o da longa duração⁹ e pode ser encontrado em cronologias mais longevas, como é o caso de nosso objeto.

⁹ Longa Duração é um termo apresentado pelo historiador Fernand Braudel. O termo busca se opor a uma postura da Escola Positivista em que a História se baseia no documento e no fato como absolutos. Também busca desconstruir a visão de uma história cíclica, onde os acontecimentos são breves e repetitivos. Para Braudel os fenômenos podem ser extremamente longos, dos quais nós conseguimos sentir apenas parcelas, mas que ao analisarmos com mais distanciamento temporal percebemos suas permanências e mudanças. É uma crítica a análise

Por conseguinte o tempo de análise do objeto está condicionado a uma leitura da praia de Boa Viagem da atualidade, onde os usos do Turismo acontecem de forma excludente e segregacionista, gerando dois comportamentos que se distinguem a partir das compreensões dos sujeitos envolvidos. De um lado o Turismo envolto pela aura do lazer, e dessa parte produzindo discursos de cidadania, de inclusão e de pertencimento. Por outro lado o Turismo praticado como uma economia de acumulação, que constrói um espaço onde poucos detêm o monopólio do enriquecimento e gera concentração de rendas e exclusões.

Estas décadas iniciais do século XXI nos possibilitou visualizar a crescente exigência de direitos políticos e de participação social da classe popular e dos trabalhadores. Mas há também uma grande força para mudar a forma como a economia é dividida e partilhada, entrando as lutas trabalhistas num espaço maior de visibilidade a partir da ação dos próprios trabalhadores (CARVALHO, 2002; COMPARATO, 2013).

Este contexto dialético é realçado por meio das orientações sociais acontecidas na praia de Boa Viagem, com programas, projetos e atividades que incentivavam os usos da praia como forma de um lazer por direito ao lazer, buscando incluir vários sujeitos à frequência da orla¹⁰. Foi uma leitura aceita para as práticas de lazer, não sendo a única, mas que permitia direcionar e controlar os tempos livres dos sujeitos trabalhadores para posturas que os adequassem ao modo produtivo da sociedade (LAFARGUE, 2003; CORBIN, 2001).

Percebemos que estas materialidades promoveram algumas práticas discursivas, a partir da qual se buscou impor um esmaecimento a qualquer alusão ao direito a partilha da economia gerada pelo Turismo. A própria divisão espacial da orla denota uma separação econômica

da superfície dos acontecimentos, que se esgotam, em proveito das análises estruturais longamente maturadas. (apud RODRIGUES, 2009)

¹⁰ “Parque Dona Lindu, em Boa Viagem, está abandonado à própria sorte”, Jornal do Comércio, 23.07.2013, <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/07/23/parque-dona-lindu-em-boia-viagem-esta-abandonado-a-propria-sorte-245706.php>, acesso em 15.07.2016; “Circuito ‘Viva Academia Recife’ leva programação cultural a Boa Viagem”, Jornal do Comércio, 15.07.2016, <http://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2016/07/15/circuito-viva-academia-recife-leva-programacao-cultural-a-boia-viagem-47888>, acesso em 20.07.2016.

materializada também no social, ficando a praia do Pina com uma característica mais popular e a praia de Boa Viagem bastante elitizada, processo que trabalhamos nos Capítulos 2 e 3 adiante.

Para abarcar a compreensão destas diferentes posturas, uma social que é a participação e a outra econômica que exclui, buscamos como sendo nosso **objetivo principal**, compreender a formação da praia de Boa Viagem como um produto turístico, representada por práticas turísticas que se tornaram proeminentes a partir das relações sociais desenvolvidas em seu espaço geográfico, durante a década de 1950.

Para tanto elencamos como **objetivos específicos** a necessidade de resgatar as posturas dos sujeitos envolvidos. De forma que buscamos conhecer as elites locais e suas ações nos usos do espaço turístico. Da mesma maneira que buscamos visualizar as ações do Estado diante dos interesses dos grupos sociais envolvidos, além de perceber o trânsito dos agentes populares entre os grupos acima e a construção do espaço como de pertencimento.

Entendemos ainda que o problema passa pela construção histórica do processo de transformação da praia de Boa Viagem para o Turismo. Desta forma observamos que durante os vinte primeiros anos do século XX, Olinda ainda conseguia manter uma forte ocupação e atratividade que se voltava para o mar como lugar de recreação e veraneio. Enquanto isso as praias de Recife, Boa Viagem e Pina, continuavam sendo ocupadas pelas classes mais populares e pobres, levadas na condição de migrantes das áreas interioranas, expulsas pelas transformações produtivas, pelas secas, entre outros fatores (ARAÚJO, 2007; PERRUCI, 1978).

Nos anos 1920 em diante, Boa Viagem, até então considerada afastada e de difícil acesso e, justamente por estes motivos, recebia pouca frequência para fruição da praia, vai sentindo a cada vez maior afluência das elites, estimuladas pela busca de um local que pudessem dar vazão as suas idéias de modernidade. A praia recebe toda uma infraestrutura física composta de estradas para circulação de automóveis, posteamento e iluminação elétrica, transporte público, entre outras intervenções, intencionalmente projetadas pelo

Governo Estadual para receber uma parte das elites recifenses (BARTHEL, 1989).

Nos anos de 1930 e 1940, a ocupação muda de sentido uma vez que houve uma intensificação por parte dos usuários da praia que foram, lentamente abandonando Olinda, a qual entra num período de declínio enquanto balneário. É a época dos casarões e palacetes erigidos ao longo da orla, os quais conseguiram demarcar o lugar como moradia de segunda residência para as elites pernambucanas. Segundo Araújo (2007) foi um momento impar para a ocupação de Boa Viagem como área de recreação uma vez que os casarões representavam uma divisão social nítida de moradia para os ricos, os únicos que tinham condições econômicas para construí-las, mantê-las e de permanecerem em tempos de lazer. Sustentando uma casa vazia pela maior parte do ano.

As segundas residências assim não representam apenas lugar de morada, mas conforme Tulik (2001) são ocupações intermitentes e que denotam poder econômico e o status diferenciados dos seus ocupantes. São, nesse olhar, partes de uma discursividade de apropriação do espaço da praia para uma classe social específica, aspectos que constatamos a partir das fontes analisadas e expostas no Capítulo 3.

Muito aquém da face econômica do Turismo, a primeira metade do século XX apresentava uma ocupação bastante elitista da praia, mas, sobretudo voltada para a saúde, o lazer, o bem estar e a sociabilidade das elites locais, de onde nem a classe popular e nem sujeitos específicos como mendigos ou prostitutas eram aceitos (ARAÚJO, 2007, p. 424). Além disso, a autora também não percebe uma conotação voltada para atração de públicos estrangeiros, postura que corroboramos a partir das análises das fontes. As construções de lazer – cassinos, clubes, cafés, entre outros – são apresentados pela documentação como parte de uma ação para as próprias elites recifenses, excluindo não apenas a classe trabalhadora, mas aqueles chamados significativamente de “forasteiros” e que só lentamente, passaram a ser compreendidos como “turistas”. Apresentamos e aprofundamos essa discussão no Capítulo 3.

Contudo, a partir da década de 1950 produziu-se um novo impulso para a ocupação da praia, cuja ação vinha atrelada a uma ideia de crescimento econômico para a região. É importante acompanhar e entender esta transformação, pois ela está intimamente ligada às mudanças do mundo pós Segunda Guerra Mundial e amalgamadas àquilo que Eric Hobsbawm tão acertadamente chamou de “Era de Ouro do Capitalismo” (HOBBSAWM, 1995).

Como marco para essa orientação e tendo como viés o Turismo, temos a construção do Hotel Boa Viagem (1953-1954). Implementado pelo usineiro Dias Lins, o qual numa prática capitalista de investimento de capital buscou diversificar suas finanças aplicando na construção de um estabelecimento de hospedagem considerado de luxo. O Hotel dominou com exclusividade por muitos anos (SILVA, 2007) a orla da praia e a hospedagem de usuários de maior poder aquisitivo.

O Hotel assim materializou algumas opções das elites para usos da praia, tendo no Turismo parte constitutiva de seu discurso de apropriação do espaço, constituindo uma nova territorialidade que acabou significando a exclusão da classe trabalhadora do consumo capitalista desse mesmo espaço.

Foi durante este período histórico que buscamos compreender dois processos distintos para usos da praia: o lazer e o Turismo. Desta feita se economicamente buscava-se afastar as classes populares, por outro lado passou-se a erigir um discurso de praia como espaço democrático para fruição de suas águas, ares, calor, isto é, enquanto formas de lazer era possível e aceitável a sua presença. Aprofundamentos essa análise a partir do Capítulo 3.

Assim, nessa visão sócio-histórica e a partir da efetivação da pesquisa, procuramos utilizar fontes que nos levassem a conhecer os fatos, as práticas políticas e os discursos construídos pelos sujeitos em circulação na praia de Boa Viagem, em Recife, durante a década de 1950. As elites, os trabalhadores e o Estado estiveram no centro de nosso olhar pela busca da compreensão de como estava sendo construído o espaço da praia.

Para tanto nos cercamos, metodologicamente, de uma ampla bibliografia cujas discussões teóricas e cujos passos pragmáticos, permitiram-

nos transitar interdisciplinarmente para acompanhar a complexidade do fenômeno do Turismo.

Mais além, também utilizamos como uma das principais fontes para este trabalho o jornal Diário de Pernambuco, o qual permitiu visualizar a partir de indícios (GINZBURG, 2011) as posturas, idéias e práticas dos sujeitos que estavam formulando o Turismo ao longo do período. De feições nitidamente elitistas, o Jornal expunha a forma de pensar e agir de parte dessa parcela da sociedade pernambucana, uma vez que os conflitos não se restringiam apenas entre os trabalhadores e os detentores da riqueza produzida, mas o Jornal atesta vários momentos em que houve sérias indisposições na própria elite, razão pela qual a denominamos como elites¹¹. Assim “a importância desse tipo de fonte prende-se ao fato de que são os jornais (...) a instituição por excelência da esfera pública. Ao tematizar o público leitor, o jornal tornava-se um instrumento pedagógico e formador de opinião pública” (FERREIRA, 1994, p. 19), expressando discursos e expressões dos sujeitos, direta e indiretamente percebidos.

Sendo muito forte na Capital, embora tivesse dificuldades de circulação e de comunicação com as áreas interioranas¹², o Periódico apresentava a visão das elites atuantes na construção do Turismo na praia de Boa Viagem. Contudo, além de apresentar práticas e ações, o Jornal também se exprime por meio de discursos os quais formulam interdições, exclusões, normatizações dos sujeitos, reiterando papéis e, por vezes, buscando desconstruir posturas não aceitas por seu grupo social. Neste contexto buscamos perceber o trânsito e as lutas participativas de outros grupos sociais envolvidos no processo, como a classe trabalhadora, a qual também foi construtora do espaço da praia como área turística, assim constituindo-a de características de lazer e do fazer econômico.

¹¹ Alguns artigos expunham as idiosincrasias dos grupos que estavam no poder e que, apesar de se apresentarem como uno, possuíam várias cisões internas: “Os caminhões do Nordeste”, Diário de Pernambuco, 11.05.1954, p. 3; “Classes Traídas”, Diário de Pernambuco, 09.06.1954, p. 3; “Os negócios do Sr. Armindo Moura”, Diário de Pernambuco, 12.06.1954, p. 3; “A Prefeitura”, Diário de Pernambuco, 09.03.1955, p. 4; “Cerca de 1.100 comerciantes dispostos a entrar em greve”, Diário de Pernambuco, 25.11.1956, p. 1.

¹² “Despovoamento do Interior”, Diário de Pernambuco, 24.01.1954, p. 4

A partir da documentação buscamos apreender a face humana da implantação do Turismo, partindo da compreensão de uma situação conjunturalmente conflituosa, onde as classes sociais envolvidas tiveram que construir novas e/ou reafirmar antigas posturas diante de processos que transformavam toda a realidade vivida e percebida. Conflitos estes que se tornaram evidenciados e não puderam mais ser ignorados, sendo partes constitutivas da forma como os usos da praia foram moldados e condicionados.

Elencamos assim, a partir do processo do trabalho, a escolha de narrar os fatos, apontar os sujeitos e, assim, perceber os conflitos. Base para compreensão do problema visualizado, das respostas dos agentes envolvidos e das materialidades contextualmente construídas.

Visando dar conta deste raciocínio, o trabalho está organizado em três capítulos, sendo que o primeiro trata do arcabouço teórico de uma pesquisa interdisciplinar e, portanto, apresenta as bases teóricas do Turismo, da História e da Geografia, pertinentes para um entendimento da problematização das práticas turísticas.

No segundo capítulo abre-se uma discussão, ainda interdisciplinar, mas que enfoca os vários aspectos pragmáticos da ocupação do litoral, desde as mudanças nos sentidos dados a ele, passando pela ocupação elitista da área e as ocupações populares que não se furtavam em ocupar um território “vazio”.

Partindo destas realidades sociais: estrangeiras, elitistas e populares, o terceiro capítulo visa perceber a maneira como foram sendo moldados a partir das relações sócio-espaciais, uma prática econômica dos banhos de mar, chamada de Turismo litorâneo, e uma prática social dos banhos de mar, chamada de vilegiatura ou, mais recente, de lazer litorâneo, além de uma prática econômica chamada de Turismo.

Quando o litoral surgiu para os pernambucanos, abriu espaços para uma diversidade de ações e de sujeitos se apresentarem num novo contexto histórico. Nem o mar era o mesmo, nem os sujeitos. A mudança, essa constante da História, nos apresentou uma prática cheia de conflitos: sociais,

culturais, geográficos, econômicos. E percebidas por uma ampla gama de estudos sobre o Turismo, sobre as regiões litorâneas, sobre as práticas econômicas advindas desse processo.

Ainda versa sobre os estudos do Turismo no Brasil, uma sutil aceitação de amálgama mal sucedido, onde o que acontece nas regiões periféricas aos países centrais do capitalismo, é outro processo e que se caracteriza longe desses centros, mais por ausência ou incompletude (ORTIZ, 2009). A relação do Turismo no Brasil com os sujeitos que o constituem é uma construção que o tempo e as pesquisas têm função de compreender.

CAPÍTULO 1

APORTES TEÓRICOS: UM OLHAR INTERDISCIPLINAR

1.1 Turismo, epistemologia e categorias de análise

A produção de um conhecimento específico chamado de Turismo tem um longo processo de formação o qual, como uma característica dos processos históricos, não se encontra de maneira alguma concluído. É sempre importante “lembrar o longo percurso das elaborações humanas, nem por isso fixas e nem tampouco definitivas” (RESENDE, 2010, p. 25) para se proceder a estudos que visam as relações humanas. Nesse sentido acompanhamos Florence Deprest (1997), Margarita Barretto (2000), Marc Boyer (2003), Jost Krippendorf (2003), Haroldo Camargo (2007), Eustógio Wanderley Dantas (2009), Christof Pforr e Anthea Wesley (2009), Valéria Lima Guimarães (2012), entre outros pesquisadores cujas percepções são as de que o Turismo se desdobra a partir da sociedade europeia do século XIX, em consonância com o amplo processo de construção da Revolução Industrial e de novas formas de trabalho, de trabalhadores e de tempos vistos como comprometidos e livres.

É dentro desse contexto que se torna possível perceber o Turismo temporal e espacialmente demarcado o qual, com quase dois séculos de existência, ainda se encontra na busca por construir consenso quanto a ser entendido enquanto uma disciplina acadêmica, um campo científico de conhecimento ou uma linha de estudo.

Nesse sentido acompanhamos a compreensão de Beni pela qual o Turismo está se encaminhando para ser ciência (apud PANOSSO NETO, 2005), entendendo que se têm buscado seu enquadramento dentro de debates contemporâneos, transformando o Turismo em um problema de base epistemológica e buscando “o interesse teórico de conhecimento do fenômeno, ou então a sua apreensão metodológica, enquanto um objeto de conhecimento” (MOESCH, 2004, p. 22).

Por outro viés, outros autores como John Tribe (1997), compreendem o Turismo como um campo de estudo multidisciplinar; enquanto que a perspectiva adotada pela OMT não o vê como ciência, mas como uma

prática econômica (GASTAL; MOESCH, 2007; NECHAR; PANOSSO NETO, 2014;).

Dessa forma os processos econômico, social, político e cultural gestados a partir das relações humanas, possibilitaram produzir e transformar o próprio Turismo, colocando em movimento partes de uma conjuntura histórica real, enquanto buscaram e continuam produzindo um conhecimento cada vez mais próximo de seu objeto de pesquisa; ao mesmo tempo em que tentavam e continuam tentando responder as demandas de um fenômeno histórico cada vez mais problematizador. Estes fatos geram ainda grandes discussões e, num contexto maior das ciências, expressam posições por vezes dicotômicas, mas que podem ser apreendidas a partir de visões dialéticas, as quais transformam o próprio conhecimento e seus produtores.

Entretanto é importante perceber que os lentos processos de transformações no seu meio possibilitaram o crescimento e o fortalecimento de posturas científicas, as quais foram estabelecendo práticas metodológicas, delimitando termos conceituais, apropriando-se de categorias de análises de outras disciplinas enquanto que, ao mesmo tempo, o relacionamento com as demais áreas da Ciência, possibilitou as constantes críticas criativas para seu crescimento, possibilitando que se construíssem enquadramentos dentro de debates contemporâneos.

Neste sentido há um crescimento bastante positivo em busca de uma análise¹³ a respeito do Turismo como conhecimento e do Turismo como fenômeno das ações humanas. Embora dividido analiticamente, o pensar e o fazer Turismo são partes de um todo que tem como motor o próprio ser humano.

Desta forma seguimos Panosso Neto e Nechar (2014) quanto à necessidade de um campo conceitual para o Turismo que siga além de elencar saberes a um fenômeno materialmente visualizado nas práticas turísticas, ou

¹³ Análise é um método utilizado a partir da Filosofia grega antiga e parte do entendimento de que as coisas são da forma que se apresentam ao intelecto e não aos sentidos. Para chegar à compreensão da forma como os sentidos percebem, é preciso decompô-lo até o entendimento. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006) Foi a partir desta compreensão que René Descartes postulou seu Método Científico, amplamente utilizado no campo das ciências.

naquilo que Valéria Guimarães (2012) apresenta como “atividades turísticas”. Compartilhamos de sua visão, não só analítica, mas, também, crítica¹⁴ porque calcada numa perspectiva epistemológica do próprio conhecimento turístico e assim não permitindo “que os estudiosos se deixem levar pelas idéias hegemônicas sobre o turismo que buscam conservar a ordem e o progresso atual de seu desenvolvimento” (PANOSSO NETO; NECHAR, 2014, p. 121).

Destarte para se produzir estudos a partir do Turismo como objeto de conhecimento é necessário que se proceda a uma investigação científica sobre o fenômeno denotando-lhe o caráter de problema a que o pesquisador se liga. É preciso entendê-lo como um processo em si mesmo: conhecimento e produto; arte e fazer; teoria e práxis.

É buscar compreender as categorias fundacionais as quais a prática e o pensamento sobre ele se agregaram no percurso dos séculos XIX, XX e XXI, visualizando origens e causas que são elas próprias efeitos das instituições, das práticas, dos discursos, cujos pontos de origens são múltiplos, difusos e acompanham a movimentação social dos sujeitos.

O Turismo tal como foi encontrado sob o olhar desta pesquisa a partir de sua prática na praia de Boa Viagem da década de 1950, estava calcado em apropriações e/ou criações de categorias essenciais ao seu campo de estudo: turismo, turista, lazer, entre outros.

Por esses aspectos o Turismo era e continua sendo relacional aos sujeitos, aos espaços, aos tempos, razão pela qual apresentamos a seguir leituras sobre estas categorias fundacionais, de forma a acompanhar os passos de seus processos e de suas leituras possíveis, acompanhando e comparando ao longo da pesquisa a materialidade e ressonância que acabaram por produzir não linearidades, mas dissonâncias que poderiam ter adquirido caráter subversivo numa prática capitalista de transformação e exploração da natureza.

¹⁴ Crítica é um termo grego significando o discernir, o julgar. Filosoficamente é uma postura que buscar por em dúvida sobre aquilo que pode ir além de seu domínio de aplicação, validando-o ou limitando-o. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006) Possibilita, assim, uma prática de constante revisão sobre o que se está produzindo.

Desse entendimento, elencamos abaixo categorias visualizadas a partir do trabalho com as fontes e à medida que observamos nosso objeto. A Epistemologia foi a base pela qual lançamos o olhar sobre a produção do conhecimento e buscamos compreender como estavam sendo validados na primeira metade do século XX, os conhecimentos produzidos e para quem se destinavam.

Da mesma forma que o conceito sobre turista pareceu-nos bastante conflituoso e as fontes refletiram esse processo. Quem era e o que representava aquele sujeito específico só foi sendo descortinado a partir da segunda metade do século, ao menos para os discursos produzidos para as práticas turísticas de Boa Viagem. Esta compreensão nos levou a buscar visualizá-lo também a partir da literatura científica, exposta abaixo.

Mais adiante também sentimos necessidade de nos apropriarmos do conceito de lazer, importante característica para a prática do Turismo. Dessas leituras apresentamos as considerações atinentes e as várias posturas para seu entendimento.

1.1.1 Turismo uma prática econômica, social e cultural. Um conhecimento acadêmico

Durante um tempo significativo, a visão hegemônica sobre o Turismo foi apresentada por uma grande parte de seus pesquisadores como um conhecimento a partir do qual se podia utilizar sem maiores preocupações metodológicas. O Turismo era assim apresentado de forma significativa para entender a sua importância como parte de um sistema produtivo, cujos recursos eram analiticamente expostos nos vários tipos e modelos de pesquisas, constituintes de uma formulação discursiva economicista e produtivista, que se tornou a visão oficial do Turismo compartilhado por vários pesquisadores e organismos que passaram a atuar com ele (TRIBE, 1997; MOESCH, 2000, p. 13; PANOSSO NETO; NECHAR, 2014, pp. 122-128; MCKERCHER; PRIDEAUX, 2014).

É interessante como a grande maioria das obras inicia com uma sub-reptícia frase de efeito, e discursivamente justificadora, na forma de um crescimento quantitativo dos setores da economia que passaram a gravitar em torno do Turismo¹⁵.

Esta fórmula para se visualizar o Turismo, mesmo sendo uma constatação empírica do seu real crescimento sobre a economia dos países, não está descontextualizada de seus processos de formação enquanto campo de saber. Faz parte de posturas construídas ao longo do tempo e das linhas de força pelas quais o Turismo foi se moldando e, algumas vezes se impondo, frente a outras disciplinas e outras práticas econômicas.

A partir de seu início em meados do século XIX o Turismo foi se consolidando como uma prática econômica, mas que se apoiava em ritos de viagens nem sempre geradoras de alguma forma de economia embasada no lucro. Nessa concepção materialista de seu processo histórico, o Turismo só

¹⁵ “...pues el extraordinario desarrollo que há alcanzado em la actualidad...” (KHATCHIKIAN, 2000, p. 05); “Nos últimos anos o turismo conquistou o status de um das maiores setores da economia no mundo e cresce no Brasil...” (THEOBALD (ORG), 2002, p. 09); “Enquanto uma atividade econômica que se constitui, na atualidade, no principal setor em termos de geração de renda e emprego...” (IGNARRA, 2003, p. VII).

existe a partir da consolidação do sistema capitalista, a partir do qual a natureza e as paisagens construídas foram sendo apropriadas pelos sujeitos na forma de uma produção e de um consumo. Destarte, seguindo Marx e sua teoria do valor-trabalho (1996, p. 27) “... [é] a idéia de que o trabalho exigido pela produção das mercadorias mede o valor de troca entre elas e constitui o eixo em torno do qual oscilam os preços expressos em dinheiro...”, implicando em mercantilização dos espaços turísticos (CAMARGO, 2007, pp. 18-19).

Para tanto as viagens eram e continuam sendo uma prática social (TRIBE, 1997; CAMARGO, 2007; GUIMARÃES, 2011; MACCANNELL, 1973; URRY, 1999), as quais foram apropriadas pelo sistema produtivo industrial do século XIX e englobadas na forma sistemática do modelo capitalista de produção e acumulação de riquezas (COMPARATO, 2013, pp. 99-105). O que resultou dessa imbricação entre viagem-lucro-capitalismo foi sendo construído ao longo do século XX e continua em processo de consolidação na aurora do século XXI.

A prática de exploração produtiva/lucrativa das viagens se encontra, assim, a partir do século XIX dentro de um contexto maior, o qual nos possibilita entender o processo pelo qual se formou o Turismo e suas discursividades (ARAÚJO, 2007; GUIMARÃES, 2011; O'DONNEL, 2013), além das ferramentas para seu estudo. Todavia é importante perceber que a discussão presente acima, conforme apontou significativos estudos de Moesch (2000; 2004), Panosso Neto e Lohmann (2012), Guimarães (2012), Panosso Neto e Nechar (2014), tem se tornado freqüente muito recentemente nos estudos das Ciências Sociais.

É relevante entender esta formação uma vez que a Ciência, enquanto forma de conhecimento e intervenção na natureza e entre os seres humanos, foi concebida, enquanto campo de estudo, também ao longo do século XIX ao mesmo tempo em que nasciam as práticas turísticas. É importante também perceber duas relações diretas desse longo processo formacional da Ciência, qual seja um primeiro afirmativo e afirmador e que chega até meados do século XIX, quando um pensamento calcado no movimento Iluminista, mesmo tendo diferenças internas, possibilita o entender

de uma linearidade para leituras e conhecimentos sobre o mundo, isto é, a natureza e o ser humano; e um segundo, posterior e perdurando até aos anos finais da Belle Époque europeia, embasado nas rápidas transformações do processo produtivo industrial e suas tecnologias visivelmente responsáveis pelo assombroso tom de sucesso que assumiu o mundo científico a partir de então (HARVEY, 2012, pp. 36-37).

Ainda segundo Harvey (2012), e da mesma forma Santos (2010), não se podia mais representar o mundo por uma linguagem simples porque o conhecimento se desenvolveu, criou complexidades, acumulou processos. Logo nem as perguntas e muito menos as respostas podiam ser ainda simples. A compartimentalização científica materializou essa compreensão a partir de disciplinas que produziam ciência, sem contudo, dialogar entre si; o objeto da pesquisa podia ser obtido no mundo social, independente da forma como as pessoas os interpretavam; e como não havia interpretação também não havia necessidade de teorias, e/ou metodologias diversas para amparar objetos diversos (MAY, 2004).

Foi a partir deste contexto histórico e científico que o Turismo passou a ser considerado como uma prática econômica, não se constituindo enquanto um corpo científico. Assim, ligado ao desenvolvimento tecnológico do século XIX, o Turismo nascia junto com a consolidação da burguesia europeia enquanto grupo de poder social e econômico, e, a partir do qual, buscavam-se elementos para explorar o novo fenômeno de produção capitalista, desconsiderando a busca pelo entendimento científico do mesmo. Dessa burguesia, Pires (2001, pp. 14-20) destaca os funcionários públicos, profissionais liberais, comerciantes, os gerenciantes, os quais compartilhavam um poder de compra significativo e que constituíram a base da futura hotelaria, do lazer, do ordenamento do prazer, orientando-se por uma ótica incisivamente capitalista sobre as viagens. Segundo O'Donnell (2013, p. 192) voltaram-se não só para a exploração do espaço geográfico, da natureza enfim, mas para um pensar e agir dentro da aceitação de que “sem atrações que não sejam as naturais o turista sairia (...) com a carteira intacta”. A autora nos leva a perceber assim que se criou uma dicotomia entre o espaço naturalizado pelos discursos, apresentados como originais e intocados pela industrialização, e entre

aspectos artificiais criados também por esta mesma civilização, mas necessários como forma de exploração dos espaços geográficos, os quais por si só não conseguem produzir capital.

Desta forma, os sujeitos que lidavam com o Turismo, procederam a uma absorção de discursos vários, sendo estes considerados de caráter bastante científicos e utilizados, não para a ereção de um Turismo ciência, mas como formas de construção das práticas das viagens pelos, a partir daquele momento, chamados de turistas, praticantes de uma atividade chamada de Turismo (PIRES, 2001, p. 23).

Este processo foi visualizado ao longo do presente trabalho quando percebemos que as obras médicas sobre as práticas dos banhos em águas minerais, o termalismo; ou ainda em água salgada, a talassoterapia, por exemplo, foram apropriadas e reproduzidas para a constituição do Turismo economia. Neste caso desligou-se de uma base epistemológica ao deixar de refletir sobre em quais condições os saberes humanos podem ser considerados válidos (FOUREZ, 1995). A prática subordinou a práxis, uma vez que apenas aquilo aparentemente pronto e acabado superou o pensamento metafísico, qualidade intrínseca dos seres humanos, conforme exemplifica Marx mostrando que

“uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente” (MARX, 1996, p. 298).

Para Marx é o trabalho que media a relação homem-natureza. Para o Turismo em seu nascimento no século XIX, essa relação não é apresentada como um pensar sobre, mas um agir sobre.

As bases epistemológicas que podem levar o Turismo a um conhecimento transformador estão sendo levantadas como parte de seu problema, de forma muito recente. A epistemologia, isto é, a teoria do conhecimento, não é puramente uma ferramenta para se aplicar a partir de um método. Ela é um mecanismo para se pensar sobre a finalidade do método aplicado, dos conceitos produzidos, dos termos criados e, assim, levar o pesquisador a perceber que o conhecimento não é livre de influências. Que é e faz parte de um processo e que este não deve ser só conhecido, mas “desencantado”. Percebendo e entendendo os mecanismos que o movimentam, transforma-se o conceito próprio da coisa naquilo que ela pretende ser e confronta-se com o que realmente é (ADORNO, 2001, p. 20). A epistemologia, a base filosófica do conhecimento científico, não muda o mundo. Leva, contudo, a atitudes e comportamentos nas pessoas e dão sentido aos fenômenos (OLIVA, 2008).

Desta forma, retomando a assertiva de Santos (2010) quanto ao conhecimento ter acumulado processos, o próprio conhecimento foi se tornando mais complexo à medida que passou a produzir mais sobre si mesmo. Por isso ao longo da primeira metade do século XX, estimulado pelo crescimento significativo do campo técnico, o qual deu possibilidades ao seu desenvolvimento econômico, o Turismo foi saindo lentamente de uma prática mais particular, para uma ação também dos Estados, naquele momento, sobretudo dos Estados Totalitários.

Conforme Ignarra (2003) e Moesch (2000), já se podia contar nos anos 1920 e 1930 com algumas escolas de estudos sobre o Turismo, todas elas européias. Panosso Neto (2005), todavia, percebe que os pesquisadores estavam mais próximos de idéias válidas para o turismo que propriamente de escolas teóricas. Todavia foi a partir da década de 1940, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, que o pensar sobre o Turismo tornou-se mais heterogêneo. Levantando questões e problematizando situações, sujeitos e, sobretudo, espaços desconsiderados em estudos anteriores. Unindo várias visões sobre o Turismo, apresentando-o de forma mais complexa, de forma que

“uma nova fase dos estudos turísticos, mais fortemente amparados nas ciências (sociologia, economia, estatística, engenharia, geografia, etc.) com visão e abrangência mundial, holística e mais próxima da realidade” (PANOSSO NETO, 2013, p. 27).

No período que abrange este trabalho, a década de 1950, estes estudos são em sua maioria de forma bastante positiva sobre o Turismo e seu crescimento enquanto produção econômica. Segundo Mckercher e Prideaux (2014), é um período que se estende até o final dos anos 1980, e que cria uma visão sobre o Turismo que acaba se transformando naquilo que os autores identificam como mitos sobre ele próprio. Que pese a crítica sobre uma visão mítica das bases constitutivas do Turismo naquele momento e que não contempla o âmbito deste estudo, o que se percebe é que o Turismo passa a se expandir de forma acelerada para outros continentes, sobretudo aos países considerados periféricos ¹⁶, em sua maioria ainda em processo de descolonização das metrópoles do imperialismo europeu do século XIX.

Seja buscando um ideal de natureza não mais identificado nas nações industrializadas do Norte, ou acompanhando o movimento de crescimento da economia capitalista no pós Segunda Guerra, a expansão do movimento turístico em direção aos países periféricos provocou dois fenômenos relevantes para sua produção de conhecimento, os quais atingem diretamente esta pesquisa calcada em um espaço geográfico considerado periférico da década de 1950, cujo processo histórico é refletido em suas fontes e nos sujeitos que as estão produzindo.

¹⁶ Durante o período que compreende a chamada “Guerra Fria” (1945-1989), foi estabelecido o entendimento de divisão de posturas políticas e econômicas dos países do mundo, entendidas como sendo aqueles do Primeiro Mundo: países capitalistas e economicamente desenvolvidos; Países do Segundo Mundo: aqueles ligados a uma ideologia e a uma economia de aproximação com o socialismo da URSS; e os Países do Terceiro Mundo, como os que nem são economicamente independentes e estão numa orientação mais capitalistas, contudo podendo migrar para o socialismo russo. A partir da década de 1970, um novo discurso foi sendo elaborado a partir do qual os Estados Nações foram identificados com os padrões de produção de riqueza dos países ricos e denominados como: desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Atualmente uma nova denominação já apresenta estes mesmos países a partir das noções de centro e periferia do capitalismo (HOBSBAWM, 1995).

Este primeiro fenômeno foi a emergência de novos sujeitos e novos espaços, cujas economias nascentes viam o turismo como salvador, reforçando não só a postura de afirmação econômica do fenômeno turístico, mas a continuidade dessa perspectiva nos estudos. Apresentando-o também nestes países como algo externo e reforçando uma característica dos turistas como sujeitos com alto poder econômico, mantendo a perspectiva elitista dos sujeitos e do fenômeno.

O segundo fenômeno relevante foi o crescimento, lentamente, de posturas críticas sobre o Turismo, algumas de forma bastante negativas, as quais se portam não necessariamente contra o Turismo, mas antes contra a sua forma de ser praticado ou ainda mais fortemente sobre os sujeitos que o praticam. Entretanto, a partir daquele momento foi sendo reforçada uma perspectiva do Turismo, atualmente reconhecida como basilar para seu estudo, que foram as bases interdisciplinares. Esta visão pela qual os vários conhecimentos disciplinares, não se percebendo mais individualizados, foram e estão produzindo compreensões sobre o fenômeno do Turismo como algo amplo e bem além de uma simples forma de produção exploratória e lucrativa.

Percebendo-o de forma problematizada a partir das sociedades e dos sujeitos que compõem estas realidades sociais, e não mais como um campo ideal, ou áurico nas palavras do filósofo Walter Benjamin (apud URRY, 1999, p. 120), foi-se lentamente questionando a perspectiva economicista que atrela o Turismo as práticas econômicas e as relações de mercado, embora ainda se mantenha muito forte; mas, também, foi-se se apropriando de uma visão relacional do Turismo e dos sujeitos (MACCANNELL, 1973; KRIPPENDORF, 2001; URRY, 1999), de forma que os estudos se apresentassem a partir de contextos específicos, de processos históricos particulares e distintos a determinadas regiões e sujeitos, promovendo, assim, os estudos de realidades que não se apresentam unas.

Num esboço desse processo na década de 1950 algumas vozes começaram a serem sentidas na percepção de que nem tudo no Turismo é só crescimento positivo e benefício para todos. Barthes (1985) apresentando estudos de semiologia e a partir de uma série de artigos, buscou construir um

estudo de crítica ideológica a partir da linguagem cultural do período, e desmontá-la. É o que ele chamou de desmitificando os mitos da realidade mascarada, uma vez que compreende que os mitos estão se mantendo presentes a partir de uma forma de linguagem, constituindo-se a partir de um discurso (BARTHES, 1985, pp. 9-10; 132). E apresenta o Turismo e o turista como uma forma de alienação das realidades sociais que envolvem os sujeitos.

Da mesma forma que Daniel Boorstin também produziu importantes perspectivas de análise crítica sobre o Turismo, classificando-o como uma forma alienante, mas que unicamente responde ao mercado de turistas que buscam a alienação. O autor classifica estas práticas de “pseudo-eventos” ou “pseudo-acontecimentos” (apud MACCANNELL, 1973; URRY, 1999), e que, ao serem buscadas pelo turista, findou por cristalizar uma separação qualitativa entre dois sujeitos distintos: um turista e um viajante, e acabou remetendo este último a um período mítico, visto como áureo, isto é, o século XIX, “uma época dourada das viagens, na qual tudo era mais verdadeiro e intenso”, apresentando-se para o autor como sendo autêntico (KÖHLER, 2009, p. 289).

Saindo da perspectiva do indivíduo conforme visto por Boorstin e produzindo seus trabalhos na década de 1970, autores como Gordon Lewis, Ruth C. Young, John M. Bryden, entre outros (apud KÖHLER, 2009), apresentaram outras maneiras de analisar o Turismo, aproximando e aprofundando uma visão política, social, econômica e cultural do Turismo; analisando o contexto, as interrelações e influências mútuas com a realidade. Os autores desnudaram um Turismo que, na época, foi apresentado como parte constituinte de teorias econômicas e políticas. Um Turismo que foi instrumentalizado como um meio pelo qual se criou dependência econômica, sendo ele mesmo parte integrante do processo civilizatório de discursos ainda colonialista dos países exportadores de um modelo turístico e, ao mesmo tempo, fornecedores dos consumidores desse modelo.

Estes estudos erigiram possibilidades de olhares diversos, expressão tão cara a John Urry (1999), cuja obra aproxima vários aportes teóricos para conduzir o seu próprio olhar. Assim o autor se apropriou das abordagens foucaultianas para produzir suas leituras sobre o Turismo, seus

sujeitos e as viagens; ao mesmo tempo em que também aborda caracteres da semiótica; ou ainda se aproximando de idéias como do filósofo russo Mikhail Bakhtin (1987), cujos estudos sobre as inversões de comportamentos permitidas durante a época do carnaval na Idade Média européia, são refletidas nas leituras de John Urry.

Sem buscarmos esgotar as leituras sobre o tema, percebemos que os autores apresentados contribuíram na construção de novas perspectivas e possibilitaram o embasamento de análises diversas, as quais fomentaram não um contra discurso, isto é, não produziram textos que promoviam a destruição ou o esquecimento de idéias, de subjetividades anteriores para impor novas. Mas, antes, foram trilhando caminhos que permitiram a construção de discursos contrários às formas pelas quais o Turismo era apresentado, era estudado, era concebido, partindo da crítica às posturas existentes.

Todo esse processo foi sentido ao longo do percurso para a construção deste trabalho. Embora as fontes e seus sujeitos não o retratem, ou pelo menos o apresentem de forma tangencial, uma vez que estão temporalmente distantes, mas o olhar da pesquisadora está imbuído de toda essa problemática, e foi a partir de ambos, olhar e processo que pudemos buscar uma compreensão para o fenômeno do Turismo na forma que segue adiante.

1.1.2 Turista

Quando falamos sobre o Turismo é compreensível uma série de imbricações entre seu conceito acadêmico e sua percepção social. Tribe (1997) e Panosso Neto (2013) concordam e apontam para o quanto a palavra em si expressa uma variedade de entendimentos comuns às pessoas, possibilitando uma vasta permissibilidade nos usos do termo, além de contribuir para sua imprecisão e consolidando uma miríade de sentidos, alguns positivos outros negativos. Indo desde uma visão leiga presente na concepção do Turismo como descanso, novos lugares e novas pessoas, sinônimo de férias, viagens, como um prêmio ou mesmo uma fuga temporária da realidade; passando pela ótica empresarial das rendas e lucros, além dos empregos e investimentos advindos com o Turismo enquanto setor econômico.

E até mesmo na perspectiva acadêmico científica como uma atitude que inclui socialmente os sujeitos, relativizando seus impactos negativos, entre outros. Nessa visão a interdisciplinaridade tem se tornado base para a compreensão das trocas que acontecem entre os grupos, permitindo criar, dialeticamente, novos olhares sobre o Turismo.

Toda essa variedade de sentidos é compreensível porque o Turismo “pode significar e expressar múltiplas e variadas práticas sociais” (PANOSSO NETO, 2013, p. 13). Todavia quando nos voltamos para a bibliografia que apresenta o entendimento do termo Turista, esta flexibilidade é menos aparente e acompanha o processo de estabelecimento do Turismo enquanto prática econômica, levantando em relação aos sujeitos envolvidos uma perspectiva dicotômica entre uma visão em alguns momentos totalmente positiva e noutros momentos amplamente negativa, apropriando-se dos sujeitos, rotulando-os como se fossem o fenômeno em si.

Barthes (1985, p. 80), escrevendo na década de 1950, já se expressava sobre o Turista como pertencente “a uma sub-humanidade, privada por natureza da capacidade de julgamento”, acompanhando, assim, a perspectiva de análise expressa mais a frente no texto por Boorstin (apud KÖHLER, 2009, p. 11), sobre uma atividade falseada e que pouco importa ao

expectador se é verídico ou não uma vez que o que “interessa é o que se vê e não o que se crê”.

Também Mitford (apud URRY, 1999), no mesmo período, comparava-o aos bárbaros, termo depreciativo dados pelos romanos aos povos germânicos, os quais chegaram ao limes territorial do Império Latino a partir do século I a.C., de onde foram acusados de destruírem o poder de Roma imperial. Expressões como “vulgares”, “flagelos” ou “hordas” (URRY, 1999; PORTER, 2001) foram usadas de forma bastante ostensiva para demonstrar a visão que se tinha dos sujeitos em viagens de lazer nos seus tempos livres.

Krippendorf (2003, pp. 64-66) já o denominou de “devoradores de paisagens”, e o percebe retratado como sendo um exótico, criticado, acusado, ridicularizado, insultado, com termos que mostram o quanto “não importa o que o turista faça, ele faz mal”: “turista ridículo, turista ingênuo, turista de grupo, turista detestável, turista inculto, turista rico, turista explorador, turista poluidor, turista de elite”.

Da mesma forma o historiador Daniel Boorstin, já nos anos 1960, fortalecia o conflito entre o positivo do Turismo naquele momento e o negativo dos turistas ao escrever que estes sujeitos não estão em busca de qualquer ação positiva. Antes vivem consumindo a si próprios em experiências que não são verdadeiras e nem tão pouco autênticas, transformando o ato do Turismo em uma verdadeira ação funcional e sem seriedade (apud MACCANNELL, 1973; apud KÖHLER, 2009). Boorstin compreende que a massificação dos mercados e a democratização de atividades antes exclusivas de determinadas elites, como as viagens, acabou por gerar superficialidades e inúmeras extravagâncias por parte das pessoas. Este fato levou a uma fabricação de eventos, denominado por ele de “pseudo-evento”, o qual o mercado, os governos dos países e os empresários do Turismo apenas respondem, criando espetáculos superficiais, projetando um produto a ser consumido, sem necessariamente ser sentido ou compreendido.

O fato de que tudo passa a ser fabricado e perde a relação que havia com a realidade é a base do pseudo-evento, e estabelece uma dicotomia entre aquele que é um turista, pessoa que age passivamente a partir de

experiências fabricadas por outros dentro de um pacote chamado de turístico; e entre o “viajante”, o qual constrói ativamente sua viagem (apud KÖHLER, 2009). Urry aponta mais adiante, que esta divisão social entre “turista” e “viajante” é reapresenta a partir dos anos 1980 como parte de uma nova busca pela forma de compreender o Turismo e o próprio turista.

Já MacCannell (1973) busca problematizar o debate buscando contextualizar o papel social assumido pelos sujeitos durante as viagens, isto é, quando estão praticando o ato de ser turistas e percebe que “turista” é um termo pejorativo e cada vez mais usado como uma etiqueta para expressar alguém satisfeito com passar por experiências cada vez mais não autênticas. Criticando diretamente a Boorstin, MacCannell produz trabalhos onde apresenta o processo histórico de formação dos sujeitos e do Turismo, sem dissociá-los, e não simplesmente visualizando as conseqüências naquele momento cronológico.

Ao buscar apresentar os processos mais profundos que estão colocando em movimento o fenômeno e os sujeitos do fenômeno, MacCannell permite relativizar as críticas negativas e acaba lançando compreensão a partir dos contextos estudados de forma que os sujeitos turistas não são apresentados como um termo que aduz a um problema teórico. MacCannell apresenta sujeitos reais e busca colocá-los a partir de uma determinada realidade histórica, sustentando assim que a autenticidade faz parte da vida social e que para entender o Turista deve-se partir da percepção de que é a modernidade que cria superficialidades nas vidas e promove inautenticidade nas experiências sociais.

Apropriando-se dos conceitos de *front region*, aparência do fenômeno visível ao sujeito turista, e de *back region*, a parte da ação que não está visível, mas que existe, ambos formulados pelo sociólogo americano Erving Goffman (1922-1982), MacCannell sustenta que estes conceitos criam uma aura de mistificação da realidade visual, fomentando um processo que pode se entendido como falso. Todavia o autor entende que o turista sendo sujeito é, portanto, ativo e que pode aceitar a inautenticidade como parte de seu senso de realidade. Entretanto ele, turista, continua percebendo que existe

algo além, isto é a *back region*, e esta percepção o motiva a buscar a vida como ela é realmente vivida pelas pessoas que estão no ambiente turístico, uma vez que já não encontra essa realidade vivida em seu próprio cotidiano. Além disso, o autor levanta também uma outra problematização a partir de outro sujeito e que está imbricada na prática turística: a comunidade local receptora nas regiões turísticas passa a fazer parte da percepção do Turismo e do turista e deve ser problematizado em conjunto.

Podemos entender a partir de MacCannel que o turista não procura a autenticidade teórica ou verdadeira, mas aquela que faz parte de seu próprio contexto sócio-cultural, daí é perceptível aduzir a uma idéia de que possivelmente há autenticidades no Turismo.

Assim percebemos que o termo Turista vem se ampliando com o aumento da problematização sobre o próprio Turismo e se torna mais um fator que o complexifica. Se, a partir do exposto, transparece nos estudos sobre este sujeito social um viés negativo, relacionado-o a uma associação também negativa das formas de Turismo praticado, sobretudo, pela Sociedade de Massa intensificada a partir da segunda metade do século XX em diante, o termo nem sempre representou tanto conflito.

Muito pelo contrário, o termo é histórico e, portanto, entendível a partir de um longo processo de formação, o qual não se reduz as formas atuais pelas quais os turistas são visualizados. Não nascemos turistas, mas nos tornamos turistas a partir de um processo histórico que cria e condiciona nosso olhar e nossas ações para determinadas formas de representações, chamadas de viagens, lazer, tempos livres e cuja visão dialética e relacional deve ser apropriada a partir dos estudos. Seguimos Urry (1999), Corbin (2001), Boyer (2003) e Panosso Neto (2013), portanto, quando chamam a percepção para esse processo, o qual pode, num primeiro momento ser comparado a uma visão elitizada sobre a prática dos sujeitos, mas é perfeitamente compreensível a partir do momento em que não existiu sempre o Turismo. Marx (1859, p. 23) já chamava a atenção: práticas e sujeitos são formados em conjunto e, dessa forma, não há uma essência chamada de “turista”, conforme estas visões negativas tendem a formar uma imagem, mas sim uma formação social e

historicamente desenvolvida a partir de contextos específicos. Ser Turista é um aprendizado social.

Partindo desta concepção, parece ser consenso que a materialização de um termo aposto a um sujeito, se deu a partir de 1838, quando o escritor francês Stendhal passou a usá-lo em seus romances (RUSCHMANN; FIGUEIREDO, 2004; PORTER, 2001; BOYER, 2003), materializando em suas obras uma palavra que estava sendo usada no meio social. Ele marca o início de uma transformação entre um sujeito que é um viajante e aquele que vai ser o turista. De acordo com Deprest (1997, p. 14) “o nascimento de uma palavra específica confirma a junção definitiva de duas práticas anteriores (...) as do *tour* (volta) e da vilegiatura”.

De forma que o *tour* significando um aprendizado longo, de 6 meses a 2 anos de deslocamento dos jovens aristocratas ingleses para o leste europeu, visava transformá-los de um “púbere ignaro”, em um “gentleman” (BOYER, 2003, p. 22), e consistia em compreender todo o caminho, tanto a ida quanto a volta, uma vez que os meios de transportes eram precários e os deslocamentos deviam ser aproveitados ao máximo. Já na vilegiatura, apesar de haver a volta, o objetivo é o destino final e o que vai se fazer nele (DEPREST, 1997, p. 15).

Isto tudo reflete na forma como se vêem os sujeitos, uma vez que, daquele momento e até a primeira metade do século XX, turista foi uma palavra que seguiu sendo relacionada apenas como uma denominação, isto é, um substantivo, de forma que se entendia que a qualidade do sujeito não estava relacionada à palavra em si, mas a sua condição financeira. Assim o Turista era alguém rico ou de alguma maneira um privilegiado social, que tinha poder aquisitivo para se deslocar e não estava limitado a nenhuma forma de trabalho, daí poder passar anos em viagens.

Dessa forma o ser Turista não dava qualidade aos sujeitos, mas sim sua condição econômica que lhe possibilitava viajar (Boyer, 2003, p.13), deslocando-se, muitas vezes, para muito longe com o intuito apenas do prazer, da descoberta, do estudo ou da aventura. O ser turista nesta perspectiva era o fim do processo, estando o início ligado ao seu poder aquisitivo.

Lentamente a palavra passou a designar um tipo específico de viajante, o qual podia ser inglês, francês, alemão, norte americano, e que viajava por seus próprios recursos, construindo seus próprios roteiros, além de não estar comercializando ou guerreando. É já um conceito inicial e que individualizava um sujeito, tornando-o distinto de todos aqueles que também estavam em viagem.

Percebe-se desta forma, que aquele que fazia a viagem turística elencava uma minoria social, composta por pessoas européias em sua maior parte, além de terem um alto poder aquisitivo e ampla liberdade para não estarem tutelados a um trabalho compulsório. Caracterizavam, portanto, uma minoria quantitativa enquanto que, ao mesmo tempo, representavam o poder decisório da sociedade industrial. Nesta visão, o aspecto negativo do turista é arrefecido pela sua posição de classe social uma vez que a viagem e seu praticante se tornavam uma distinção, marca de um status que se tornava essencial aos sujeitos (URRY, 1999, p. 20)

Problematizando ainda mais o termo, Boyer (2003, p. 37) aduz que “no início do século 20, a burguesia, mesmo enriquecida, continuava, em seu conjunto, alérgica ao turismo”. Isto reforça a compreensão de que o turista era uma minoria mesmo dentro da elite européia, e ainda levanta mais questionamentos sobre a maioria dos escritos que abordam o Turismo como algo imediatamente aceito pelas classes sociais e, sobretudo, pela burguesia como seu grande divulgador e praticante. Há toda uma prática discursiva nas idéias sobre o Turismo e que conduzem a uma certa naturalização tanto do Turismo e do turista como da própria burguesia¹⁷.

Barthes (1985, pp. 159-162), bastante crítico e saindo das formas aparentes em que se baseiam os discursos, reforça a idéia de um acobertamento da burguesia a partir de práticas discursivas as quais promoveram sua diluição na sociedade. Para o autor, tudo na nossa vida cotidiana é tributário das representações que a burguesia criou para si e para

¹⁷ Ver também MCKERCHER, B.; PRIDEUX, B. Academic myths of Tourism. **Annals of Tourism Research**, 46(2014), pp. 16-28. Os autores buscam entender o papel que os escritos sobre as origens do Turismo desempenham para a manutenção de determinadas idéias no seio da Academia e entre os pesquisadores do Turismo.

nós, como formas “normalizadas” e com grande extensão. Daí não serem percebidas e sendo vistas como parte de uma ordem natural.

O Turista faz parte de toda essa discursividade sobre uma forma de ser do sujeito, e nos albores do século XX, sobretudo no período entre guerras (1919-1939), ganha mais conteúdos para aumentar sua problematização. A questão da inclusão da classe trabalhadora europeia ganha um ritmo acelerado, fomentada por um lado a ascensão de regimes Totalitários, de outro o desenvolvimento a partir da Revolução socialista na Rússia, além do crescimento dos países considerados periféricos. Tudo isso imbricado no desenvolvimento da industrialização nos países europeus, cujas transformações tecnológicas acabaram por intensificar a produção de um tempo livre para a classe trabalhadora.

Todas estas manifestações apresentam uma forma de construir o sujeito turista a partir de determinadas realidades, mas, sobretudo, têm como eixo norteador o crescimento dos trabalhadores em conjunto com a expansão da industrialização. Nos países que adotaram formas Totalitárias de governo, como a Itália e Alemanha dos anos 1920 e 1930, mas podemos incluir também a Rússia no mesmo período, e até mesmo o Brasil da Era Vargas (1930-1945), buscou-se dar um sentido mais coletivo a gestão dos tempos livres e, partindo desta compreensão, iniciou-se construir uma associação massiva, onde um número significativo de sujeitos desse um novo significado à circulação não só das elites, mas também dos trabalhadores (CORBIN, 2001, pp. 455-456).

O problema aqui levantado não é apenas sobre o tempo livre, mas sobre o que se espera dos sujeitos que estão utilizando estes momentos. O turista não pode ser observado independente de seu meio histórico e este é construído relacionalmente com o Turismo, com a industrialização, com a Revolução Russa e os regimes totalitários ocidentais, além dos países liberais daquele momento.

Rechez e Strauss (2001) perceberam em suas pesquisas que seja na Itália ou na Alemanha fascistas, ou mesmo nos países democráticos da primeira metade do século XX, os trabalhadores que se lançaram em férias e

nestas em viagens, foram enquadrados em atividades que se esperavam que fossem fermentadoras de uma postura criativa, estando de acordo com as respectivas posturas dos Estados Nacionais. Assim da mesma forma que o trabalho industrial exigia passividade e conformismo dos trabalhadores, exigia-se a mesma postura nos momentos de lazer e na atuação como turista.

Acrescido ainda da compreensão de que as atividades naqueles momentos de fora do trabalho não tinham sido pensadas para o operariado ou mesmo para qualquer outro trabalhador, mas construídas pelas elites e para elas próprias. Estes sujeitos então ou não se viam como turistas, dos quais podemos pensar nos trabalhadores do Recife dos anos 1950, os quais sentiram um acréscimo daqueles camponeses levados para a capital do Estado de Pernambuco pelo intenso êxodo rural, e mesmo da própria classe média local; ou quando agiam, recriavam os conceitos e práticas apropriados a partir dos modelos de consumo, contemplação, abstração e exploração turístico das elites (BOYER, 2003, pp. 19 e 156).

Reforçando essa perspectiva histórica dos discursos produzidos sobre o conceito de turista, é ainda na Assembleia Estadual de Pernambuco do início dos anos 1950 que encontramos o Deputado Paulo Cavalcanti, eleito pelo Partido Comunista durante os breves momentos em que o Partido se encontrava na legalidade, chamando o Turismo e qualificando o turista de um modo que dizia

“...não acredit[ar] que a construção de um hotel (...) destinado a agasalhar os rechonchudos e vitamínicos burgueses nas suas horas de lazer, pudesse ser incluído entre as obras fundamentais do Estado” (DOE, n. 26, 01.02.1950, p. 123)

Estas linhas teóricas materializando-se nos fatos percebidos pelos documentos acabaram direcionando um conceito mais passivo de turista e que chega até os anos 1950 e, com mais ênfase a partir do contexto histórico dos

anos 1960 e de crise econômica, social, cultural e política dos anos 1970, questionados de forma bastante incisiva pelos autores apresentados acima.

Finalmente, ao longo da década de 1980 foi se consolidando uma nova abordagem sobre o turista. A partir de uma série de mudanças ocorridas na sociedade, sobretudo ensejada pela percepção de novas práticas sociais chamadas de pós-modernidade, delineadas dos anos 1970¹⁸ em diante, as quais permitem novos entendimentos e revisitações de conceitos, além de levar a apropriações que geram um intenso conflito entre ser moderno e entender a pós-modernidade.

Para Harvey (2012) a pós-modernidade tem se estabelecido como um conjunto de idéias e, ao mesmo tempo, uma condição histórica que provoca uma reação ao modernismo e tenta provocar um afastamento total da visão positivista, tecnocêntrica, racionalista, de crença num progresso que se vê linearmente e em verdades absolutas que promovem discursos totalizantes, questionando um planejamento racional das ordens sociais buscadas como ideais, além de uma padronização do conhecimento e da produção. Em contrapartida, enseja uma compreensão de heterogeneidade e de diferenciação social, da mesma forma que busca uma redefinição do discurso cultural, e não mais se baseando nas chamadas metanarrativas, cujas interpretações teóricas de larga escala, pretensamente buscam uma aplicação universal.

As metanarrativas pensam por meio de sistemas¹⁹ e são, portanto, uma característica do que é ser moderno. Na pós modernidade propõe-se a pensar a sociedade a partir de arranjos sociais (HARVEY, 2012, p. 49), e um dos maiores representantes desta compreensão é Michel Foucault, que apresenta o quanto o conhecimento é poder e o quanto se tornou problemático exercê-lo na pluralidade de grupos e sujeitos que se reconhecem com direito a “falar por si mesmos, com sua própria voz, e de ter aceita essa voz como autêntica e legítima” (HARVEY, 2012, p. 52).

¹⁸ Lyottard lançou sua obra “a pós-modernidade” em 1979, apropriando-se e divulgando do conceito retirado dos estudos sobre arte e cultura. (apud HARVEY, 2012).

¹⁹ É interessante e problematizador que uma parte dos estudos sobre o Turismo o considerem como um Sistema. Por outro lado, e da mesma forma, continuamos considerando a opção produtiva nossa como a descreveu Karl Marx no século XIX: o sistema capitalista.

John Urry (1999) reforça essa leitura e destaca que a principal mudança social que vem ocorrendo a partir dos anos 1960 foi a que promoveu uma intensa dissolução de formas culturais distintas, como a arte, a educação, a fotografia, a arquitetura e, também, o Turismo. De forma que as fronteiras do que era considerado como alta e baixa cultura deixaram de ser evidentes e, até mesmo para muitos autores, deixam de existir.

O que ficou perceptível é que se deixou de apreender que há um “turista”, arquétipo de um modelo universal daquelas metanarrativas da modernidade intensamente criticada. Passou-se a concepção de que todos são turistas, ou pós-turistas, os quais são identificados a partir do compartilhamento de um “olhar (...) cada vez mais ligado a todo tipo de outras práticas sociais e culturais e que, em parte, não se distingue delas” (URRY, 1999, p. 118).

A pós-modernidade formatou um novo paradigma para o turista, porquanto busca fugir ou quebrar a diferenciação estrutural da modernidade, desconstruindo o isolamento da atividade turística em esferas separadas individualmente, promovendo outras formas de comentários qualitativos. Dessa forma Urry chama a atenção para o quanto a continuação de uma classificação dos sujeitos dicotomicamente, isto é, turista de massa e turista de elite é ainda se manter nos quadros esquemáticos da modernidade (URRY, 1999, p. 120).

Ao se identificar, nomear e, partindo disso, qualificar determinados sujeitos a partir de seus comportamentos, esperados ou condicionados, a crítica do pensamento pós-moderno reflete, como bem mostrou Boyer acima, o modelo ainda desejado pela burguesia a partir dos demais praticantes do Turismo. O turista é uma estratégia mercadológica, e, portanto criticado por seu poder econômico em impor práticas não verdadeiras de lazer?

Ou o turista é uma realidade da bio-política social, pelo que, e se pensarmos a partir dos documentos analisados neste trabalho, o sujeito turista é, na maior parte das vezes ao longo da década de 1950, não visualizado. É mais uma idéia compartilhada a partir da realidade social européia – brancos, ricos, estrangeiros – do que materializado na figura do próprio pernambucano, ou mesmo do próprio brasileiro.

Esta concepção é importante também porquanto no momento em que este trabalho visualiza o Turismo na praia de Boa Viagem da década de 1950, seus praticantes estão ainda transitando entre a prática do lazer na praia como veranistas ou na qualidade de “forasteiros”. E entre as duas concepções circulam os trabalhadores.

Os conceitos que se apresentam de forma processual e conflituosa a partir da realidade europeia, em Boa Viagem se encontram ainda em formação identitária, direcionando ações, atitudes e práticas, devendo ser compreendidos como parte do contexto sócio-histórico do Brasil, não como um atraso.

1.1.3 Lazer

Dentro dos estudos do Turismo uma terceira categoria de análise pertinente à sua compreensão e cujos sentidos perpassam as fontes utilizadas nesta pesquisa é o Lazer. Enquanto termo problematizado, o Lazer faz parte de linhas de estudos que estão em estágios diferenciados em relação ao Turismo, sendo um conhecimento que se desenvolveu em paralelo, mas independente deste último. Há toda uma produção da sociologia do lazer desenvolvida em consonância a uma sociologia do trabalho e que o investiga, tendo Joffre Dumazedier como um dos seus maiores nomes publicados no Brasil, mas também Requixa (1977), Marcelino (2000), Camargo (2008). Autores que seguem uma linha de entendimento do lazer advindo a partir de seu surgimento nos países industrializados e cujos estudos se desenvolveram intensamente a partir dos anos 1920, sobretudo nos Estados Unidos e França e, após a Segunda Guerra Mundial, espalharam-se para o restante da Europa e demais países (SANT'ANNA, 1994).

No Brasil o Lazer, antes de se apresentar como uma questão acadêmica, foi um tema pragmático dentro de várias ações de governos Liberais ou Totalitários nas primeiras cinco décadas do século XX. Araújo (2007) aponta essa leitura quando fala que os usos das praias do litoral de Pernambuco pelas elites locais se davam pela promoção de uma específica forma de lazer e que, ao longo dos anos 1930, os trabalhadores das indústrias de Recife eram estimulados pelo próprio Governo Estadual a também usufruírem do novo modelo de atividade para as horas após o trabalho. Não exclusivo de Recife, Ferreira (1994), O'Donnell (2013) e Enke (2013) também percebem as mesmas linhas de ação ensejadas pelos usos das praias de Santa Catarina, de Copacabana no Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, respectivamente, todos no mesmo período.

Estas percepções nos apresentam as formas como foram sendo desenhadas as práticas do lazer na primeira metade do século XX no Brasil, a partir da implantação do modelo de capitalismo dos países onde ele estava mais desenvolvido. Ferreira (1959, pp. 13-14), escrevendo antes da chegada

das obras de Dumazedier ao longo da década de 1960 (SANT'ANNA, 1994), constatou a escassez de pesquisas sobre o tema porquanto os pesquisadores nacionais ainda não viam o Lazer como um problema a ser compreendido cientificamente. O autor, mesmo não citando Dumazedier, parte de um olhar muito próximo ao pensador francês a partir do qual "... é o lazer, por meio de suas atividades, que possibilita que os sujeitos atendam aos seus desejos naturais de auto-expressão, aventura, combate, criação..." (FERREIRA, 1959, p. 18).

Levantando uma problemática específica na realidade brasileira, Ferreira entende o tempo livre onde é praticado o Lazer como um problema sério e cujas ações estavam sendo, até a década de 1950 quando publicava a sua obra, mais uma prática dos Governos do que dos intelectuais e acadêmicos.

Para além dessa primeira percepção compartilhada pelos autores acima, o Lazer passou a ser compreendido a partir do conceito proposto por Dumazedier, sendo o mais adotado no Brasil para produzir análises e compreender o tempo livre como

... um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de **livre vontade**, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua **livre** capacidade criadora **após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais**" (DUMAZEDIER, 2000 p, 34, grifos nossos)

Além desse aspecto de uma linha de estudos particular a partir do próprio Lazer, ele também se constituiu objeto de análise em outras áreas como a História, a qual, apesar de produzir parcimoniosamente estudos que apresentam o Turismo como parte de um processo maior, produz uma significativa série de pesquisas em História Social voltadas para o lazer, para o

tempo livre e para suas práticas. Historiadores como Corbin (1989; 2001); Ferreira (1994), Sant'Anna (1994), Porter (2001); Turnaturi (2001), Araújo (2007), Enke (2013), entre outros; e mesmo a própria Filosofia com os trabalhos de Adorno (1995), são responsáveis por construir, analisar, criticizar e divulgar todo um arcabouço teórico, além de material e cujo olhar interdisciplinar atua para uma maior compreensão ativa sobre o Lazer.

Assim, o lazer se constituiu com a percepção de que não é apenas uma prática social, mas, como uma ação humana, é também um problema científico levantado a partir de um contexto histórico específico da sociedade ocidental em que figura a ascensão dos tempos livres, os quais, produtos da sociedade industrial do século XIX europeu, formularam uma miríade de atividades físicas, manuais, artísticas, intelectuais, associativas, entre as quais se inclui a viagem como objetivo turístico (CAMARGO, 2008).

É dessa perspectiva que a maioria dos estudos se orientam a partir de uma leitura sociológica empírica do lazer (SANT'ANNA 1994, pp. 68-78), donde se parte da elaboração de categorias operatórias, mas também onde se deve constituir uma teoria antes de começar a pesquisa. O conceito de Dumazedier é bem explícito quanto a haver ocupações, isto é, o tempo livre é formatado para se continuar a fazer algo em forma de atividade.

O lazer assim percebido enquanto atividade advém de todo um processo de percepção de uma diferente noção de tempo a qual dirime os liames desta historicidade, sendo concebido e representado a partir de determinadas realidades e práticas sociais vivenciadas por sociedades, épocas e lugares diferentes.

Filósofos, poetas, cientistas, místicos e muitos outros sujeitos produziram, de alguma forma, um olhar sobre o tempo, cujo intuito induz a

“obter no presente a revelação da vida futura; compreender o tempo para poder manipulá-lo, paralisando o seu curso diante dos momentos mais prazerosos da vida, burlando os mais difíceis” (SANT'ANNA, 1994, p. 13).

É preciso mitigar a apropriação do tempo pela sociedade industrial do XIX. A produção de um tempo artificial e humano, marcado em calendários e organizado por reis, padres ou chefes e que se liga a um pretenso tempo da natureza, com suas variações de dia e noite, períodos agrícolas, movimentos dos astros, plantio, colheita, reprodução, é visto como uma conquista dentro do processo histórico dos grupos humanos e não se resigna a etapa da industrialização do século XIX. Há de se ter todo um cuidado analítico quando se olha para o passado, evitando construir questões a partir de anacronismos. Conquistar o tempo é conquistar poder de reinar, triunfar, fundar, ser herói, deus ou chefe e, da mesma forma, protelar a agonia da morte libertando-se do seu acaso, projetando, assim, raios de esperança na vida.

A marcação, a criação e o controle do tempo é uma produção artificial dos sujeitos e, da mesma forma, é uma expressão que denota poder e onde há poder, há resistências (FOUCAULT, 2008). Daí que as visões do tempo sendo cíclica, com seu eterno retorno e aduzindo uma idéia de permanência; ou sendo linear, projetando um sempre e à frente progressivo ou decadente, são temporalidades que se convertem em ato humano em busca de controle sobre a natureza, dessacralizando-a para o domínio e propriedade dos homens.

São estas concepções de um tempo progressivo, linear e laico, o tempo das Luzes, que chegam ao século XIX e são transformados em comércio, medição e contabilidade, sendo

“separado em compartimentos distintos: tempo livre, tempo de trabalho, tempo de estudo, etc. (...) implementado pelo desenvolvimento técnico industrial da modernidade, pelo ritmo das metrópoles e do sistema capitalista, (...) com a produção de instrumentos e de máquinas capazes de acelerar o movimento dos corpos no trabalho, em ruas e estradas, de alterar e disparar todo um modo novo de perceber e vivenciar a realidade” (SANT’ANNA, 1994, p. 14).

Compondo uma dicotomia a partir da visão de trabalho industrial adotado, é desenvolvido um novo tempo, que pode ser dedicado por todos os sujeitos ao lazer, sendo, portanto regulamentado, autorizado, isto é, criado artificialmente e tornado mais um elemento identitário desta nova sociedade em formação. Assim, partindo desta conjuntura o lazer, mesmo sem ser financeiro, surge não gratuito ou mesmo não desinteressado e de forma antípoda ao trabalho industrial e ao tempo do trabalho campesino, mas que nasce dentro de uma idéia que atinge a todos os sujeitos.

Camargo (2008) ratifica esta visão apontando que o trabalho industrial difere do trabalho rural por ter uma cultura própria, uma vez que no campo, anteriormente, o ritmo de trabalho e seus tempos não eram menos cansativos, mas eram diferentes: lidava com o tempo e os ritmos da natureza: luz, escuridão, pausas pelo cansaço, domingos, dias religiosos, entressafras, intempéries; além da acumulação mediada pela necessidade de alimentar-se e de comercializar, tinha-se e mantinham-se os contatos de amigos e familiares. Da mesma forma Corbin (2001) compreende-o como um tempo poroso, cheio de imprevistos, possíveis de espontaneidade, capaz de interrupções recreativas e furtivas, de relativa lentidão e com atividades não exatas ou mal determinadas.

Era um tempo *harmônico* e múltiplo que seguiu sendo quebrado e separado em tempos (livre, não livre), locais (casa, trabalho), sujeitos (colegas, vizinhos, amigos, patrões), dias (semanas, dia de trabalho, de feira, de folga). Até o momento em que o tempo medido pela precisão e controle do relógio, extrapolou a esfera do trabalho, da fábrica e atingiu a sociedade, geração após geração, as quais foram sendo tuteladas pela nova ordem temporal e sua disciplina, acrescido de uma cada vez maior intolerância àquele que não acompanha o novo ritmo ou não o compreende, demorando em se adaptar (CORBIN, 2001, pp. 10-12, grifos do autor). Os sujeitos envolvidos neste processo passaram a ser compreendidos assim como atrasados ou mesmo incivilizados.

Esta concepção visualizada na Europa do século XIX, apesar de indicar uma certa idealização do passado anterior ao período industrial, está muito próxima da realidade de Boa Viagem dos anos 1950, uma vez que a modernidade do Velho Mundo estava se impondo nos rincões do Estado de Pernambuco lentamente, promovendo uma nova racionalidade para os usos da terra e de sua produtividade, produzindo outras formas de ver e viver a natureza, a cidade, as sociabilidades (RESENDE, 1997). Este fato resulta diretamente numa intensa onda de êxodo rural, que se dirige para a capital, Recife, e para as terras ao seu entorno em busca de moradia e proximidade com o núcleo fornecedor de trabalho assalariado, como foi o caso de Boa Viagem (BARTHEL, 1989; SOUZA, 2010). Estes novos sujeitos não viviam a modernidade, estavam sendo empurrados para ela, tendo que se acostumar a viver em tempos e espaços que não faziam parte de suas mentalidades camponesas. Resultando destes encontros forçados as situações que forjaram inúmeros conflitos sociais, e entre estes conflitos estava a implantação do Turismo na localidade.

Essa tensão foi reproduzida aonde o processo industrial foi se estabelecendo, de forma que

“o aumento do tempo disponível, a desqualificação dos saberes artesanais, o recuo das práticas rituais (...) acentuaram na verdade o medo do vazio dos tempos livres e agravaram a incapacidade do indivíduo de produzir tempo para si próprio” (CORBIN, 2001, pp. 12-13)

Desta modernidade, da qual o tempo livre é produto, a historiografia visualiza a partir de variadas maneiras, desde como uma conquista dos trabalhadores em seu combate contra a exploração dos proprietários; ou ser uma criação da própria sociedade capitalista que dirige os tempos para a produção e também para o consumo dos produtos por parte dos trabalhadores; e da mesma forma que uma ação da classe popular em copiar os modelos confeccionados pelas elites, criando uma difusão hierárquica de saberes e de

práticas, segundo Veblen (1974), ou de forma capilar de acordo com Boyer (2003).

Ou ainda na perspectiva crítica apontada por Lafargue (2003) e pouco difundida, em que o tempo livre é mais uma alienação que conduz o trabalhador em direção ao culto do trabalho e a desconstrução da “alma operária”, tornando-os dóceis para os outros e para si mesmos. Lafargue buscou dessacralizar o trabalho nos moldes capitalista, visto por ele como um forma moderna de servidão voluntária e apontava em “O direito à Preguiça” que a “luta” pelo “direito” ao tempo livre, ao dia tripartido em 8 horas (para trabalho, descanso e estudo), e por extensão, posteriormente as férias, estava imbricada numa aceitação por parte da classe operária do sistema exploratório capitalista.

É uma leitura muito próxima da que fez Corbin (2001) que explana quanto ao real problema não ser o trabalho ocupar menos tempo. A questão é que já está no espírito, ocupando-o totalmente. As limitações dos tempos laborais, apesar deste ter diminuído, continuam sendo transpostas pelos sujeitos em seus tempos livres e, portanto, continua orientando este tempo do não trabalho a partir do tempo do trabalho. Até mesmo o próprio Dumazedier (1994) ao buscar lançar a idéia de fim da sociedade do trabalho e ereção da sociedade do lazer, aduz ao primeiro e desconsidera a historicidade do segundo em referência á sociedade do trabalho.

Todavia Lafargue reconhece aquilo que Foucault chamou posteriormente de capilaridade social e que Boyer também apontou em seu texto, na forma de que quando os trabalhadores passaram a adotar a bandeira burguesa do “direito ao trabalho”, “quem não trabalha não come”, “chumbo ou trabalho”, eles próprios usaram o discurso burguês do trabalho para se impor e acabaram, também, impondo uma postura de trabalho para a burguesia (LAFARGUE, 2003, p. 53, grifos do autor).

Isto se remete a uma visão de divisão social bem diferente do período moderno, uma vez que na antiguidade e no medievo as classes sociais não viviam aparteadas em seus tempos e fazeres. Até a Idade Média, os reis eram reconhecidos a partir de sua participação direta na batalha. Mesmo não

estando à frente, eles estavam no mesmo campo e lugar que os demais soldados, atuando diretamente nos conflitos. Esta realidade vai sendo distanciada lentamente de forma que, no século XIX e a título de exemplo, um dos grandes carismas de Napoleão era, justamente, estar na batalha junto aos soldados, enquanto na Inglaterra da mesma época, os reis não iam mais para o campo, delegando-o para as altas patentes militares.

Da mesma forma que nas festas e ritos não se fazia distinção entre ser popular ou não. Tanto a nobreza e o clero, quanto os camponeses e demais trabalhadores participavam diretamente das mesmas práticas festivas. Burke (2010) aponta como um dos fatores que transformaram esta realidade foram as Reformas Religiosas a partir do século XVI, as quais passaram a ditar os lugares e as práticas condizentes com posturas respeitadas para com a religião. Ditando, assim, posturas mais hierarquizadas para todos que compunha a sociedade, além de determinar longas reformas que acabaram por dividir a cultura entre erudita, isto é, elitista ou aristocrática, e a popular, aquela dos camponeses e da gente não aristocrática. Porter (2001, p. 24) corrobora esta compreensão uma vez que percebeu diante de suas pesquisas que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, ensejou-se reformas para a cultura popular, levantando um padrão de “diferenciação social” também para as atividades de lazer. É a continuação de um longo processo maior de distinção na sociedade apontada por Veblen como “o resultado de uma discriminação, bem cedo estabelecida, entre diversas funções, segundo a qual algumas são dignas e outras indignas” (1974, p. 282).

Desta forma criaram-se algumas perspectivas que fomentaram visões diferentes do trabalho e do lazer de acordo com os sujeitos que o praticam, mas cujo eixo ainda parte da negação ou aceitação do trabalho como centro da vida produtiva destes mesmos sujeitos.

Para a ótica marxista, o trabalho é ainda transformador e mantenedor das identidades dos sujeitos e não deve ser confundido com o labutar industrial, mas como um ato humano de interferência racional na natureza. É a isto que Lafargue questiona quando critica a busca pela diminuição das horas de trabalho e pelo tempo livre.

Para Veblen, observador da sociedade americana da segunda metade do século XIX e de suas transformações, as classes socialmente superiores (sic), que ele classifica como “ociosas”, não se reconhecem no trabalho, pois o vêem como uma fraqueza e como uma sujeição a outrem, uma marca de inferioridade e indignidade. Estas classes figuram num tempo que é gasto em atividades que o autor compreende como não produtivas e de natureza predatória, mas que servem para demonstrar sua desnecessidade de trabalhar. A classe ociosa é também uma classe ostentatória (pp. 298-306) e parte dessa ostentação é feita a partir dos lazeres, considerados não um fim em si mesmo, mas uma condição de vida da própria elite (PORTER, 2001, p. 22).

Ambas as visões partem de uma divisão social hierarquizada, de forma que os lazeres passaram também a terem esta percepção social. E como eram ligados aos tempos livres das elites, não eram gestados como um produto e muito menos para consumo acessível aos trabalhadores.

É relevante neste momento relembrar a percepção adotada por Barthes (1985, p. 159-161), sobretudo com o advento da burguesia, sobre as elites construírem mitos que mascaram a vida cotidiana, naturalizando práticas pertinentes apenas para um grupo da sociedade como se fossem de todos. Seguindo o autor formula-se o reforço de uma essência do ser humano onde o lazer termina por ser apresentado como uma qualificação aos sujeitos e, indo mais adiante, acabou por orientar também os olhares de pesquisas sobre o problema como uma atividade para ser pensada a partir da lógica do trabalhador, uma vez que era este sujeito que estava conquistando cada vez mais tempo liberado.

Neste sentido a obra de Corbin (2001) constrói uma narrativa que nos possibilita visualizar linearmente como foram sendo clivadas estas percepções de lazer, saindo do século XIX de uma prática aristocrática, passando pelas transformações industriais e coadunando com a ascensão da burguesia. Porter (2001) acompanha essas transformações na Inglaterra do mesmo período, elencando por ordem de desenvolvimento, no entendimento do autor, primeiro os conceitos de tempo livre para a aristocracia, depois para a

burguesia e finalizando com as práticas nos tempos livres dos trabalhadores. Também Turnaturi (2001) nos apresenta como os lazeres foram sendo espacializados socialmente na Itália de entre séculos aproximando mais ainda os usos aristocráticos pelos burgueses e distanciando-os das práticas dos trabalhadores.

Por estes olhares, ao transcurso do tempo, as elites vão sendo lentamente esmaecidas das práticas de lazer e promovendo um lento direcionamento para uma incipiente preocupação na ação disciplinadora sobre os tempos livres e lazeres dos trabalhadores, cujos reflexos acabam sentidos nas pesquisas sobre o lazer.

Ferreira (1959, p. 14) fala amplamente a partir desse viés quando expunha que “é necessário um certo nível de organização dos pobres para que haja pressão para o lazer...” e direciona os olhares ao nomear seu trabalho como “Lazer Operário”, construindo, discursivamente, no mínimo duas idéias contrárias e acessórias: um lazer operário e um não operário.

Esta problematização foi percebida também a partir das fontes da presente pesquisa, as quais apontam que esta orientação não é recente e coaduna com os trabalhos de Corbin (2001), além de reforçar as leituras a partir da perspectiva de Barthes. As elites recifenses que estavam estabelecidas e fortalecendo posições de poder em Boa Viagem da década de 1950, produziam um discurso de lazer para si mesmas que projetava compartimentalizações espaciais para os usos dos tempos livres, naturalizando práticas que excluía os demais sujeitos e indiciavam a existência de conflitos sobre os espaços e as práticas de sociabilidades entre as classes sociais.

Eventos apresentados sugestivamente com títulos em inglês por colunistas do Diário de Pernambuco, os “*Farewell party*”²⁰, “*Social Events*”²¹ “*Cocktail party*”²², conduzem-nos a acompanhar a percepção restrita e doméstica que se tinha de lazer para esse grupo. Eventos fechados, em casa de conhecidos, após os expedientes de trabalho, à noite ou nos finais de

²⁰ Coluna Social “*Farewell Party*”, Diário de Pernambuco, 11.05.1954, p. 6.

²¹ Coluna social “*Social Events*”, Diário de Pernambuco, 08.06.1954, p. 6.

²² Coluna Diário Social “*Cocktail party*”, Diário de Pernambuco, 20.06.1954, p. 6.

semana, acabavam por produzir circularidades que atingiam os considerados iguais.

Da mesma forma que essa sociabilidade da intimidade era tratada como o ideal para se fruir nos tempos livres, fora dela também se mantinha demarcações a partir da supremacia das atividades dos clubes sociais limitados apenas aos sócios e convidados. As atividades de lazer ocorriam nas dependências dos Clube Português, late Clube, Clube do Círculo Militar, Caxangá Golf e Country Club, Clube dos Oficiais da Aeronáutica, Clube Internacional, Clube Alemão, Clube Líbano entre outros de caráter estritamente elitista, local, de parentescos e proximidades, reforçando a idéia de que o lazer possuía uma forma e que não era pensado para além das elites locais, numa perspectiva muito próxima de um capitalismo tardio, não reconhecendo como construtores das práticas outros atores além das próprias elites.

Essas descrições de encontros, festas, reuniões sociais se alinhavam na forma de produções discursivas apresentadas no periódico e acabavam por promover visões polarizadas do lazer, promovendo uma dicotomia que buscava direcionar os sujeitos para um considerado bom uso dos divertimentos ao invés de um mau uso, tanto do lazer quanto dos espaços em que ele ocorria. O lazer assim apresentado e lido tendia a ser compartilhado como um dispositivo (FOUCAULT, 2013) com “... novas atribuições e significados que não necessariamente se restring[iam] aos interesses das atividades lúdicas e do descanso” (SANT’ANNA, 1994, p. 20).

Por outro lado o Diário nos apresenta indícios das práticas de lazer dos sujeitos de fora da elite, apresentando-os, sujeitos e lazeres, negativamente e sugerindo, dramaticamente, o perigo em que existem para aqueles que são de “família” freqüentarem espaços que são para outros grupos sociais, misturando um “grupo de rapazes de família” com aqueles que são vistos como seus antípodas, como mostrava a reportagem da Coluna Policial do Diário de Pernambuco de 12.06.1954, cujo desfecho trágico do

esfaqueamento de dois universitários ilustrava bem a concepção de que nem todos os espaços de lazer o são para todos.²³

Essa perspectiva também atingia diretamente o lazer voltado para o Turismo e para o turista, os quais eram direcionados para fruição daquilo que era percebido como sendo turístico em essência: a praia, os ares marinhos, o sol, a avenida Beira Mar, mas contava com poucas outras atrações além delas, ao menos aquelas atividades consideradas adequadamente como lazeres²⁴, e acessível para sujeitos não pertencentes as elites.

Estas posturas refletem bem a transformação ocorrida nas formas de se pensar o lazer após a Segunda Guerra, que promoveu uma saída do domínio exclusivo das elites e passando-o para uma nova ordem orientada e dominada para os trabalhadores, mas nem sempre pelos próprios trabalhadores.

Vários pesquisadores, como Sant'Anna (1994), Adorno (1995), Corbin (2001), Porter (2001), percebem que com a intensificação do sistema produtivo, iniciou-se uma forte força de controle sobre os hábitos dos trabalhadores em seu tempo fora das fábricas. Apontando para um direcionamento mais "respeitável", com expressões francamente hostis à considerada "preguiça" e as "desordens" proveniente de festejos populares, vistos por pregadores, patrões e magistrados, como momentos de violência e embriaguês, criando proibições sobre os hábitos considerados pouco civilizados como os combates entre animais, a legislação sobre as lutas livres, além de um intenso controle sobre a venda de bebidas (CORBIN, 2001, p. 8), o lazer se desenvolveu a partir de uma série de forças modeladoras, cuja orientação estava em uma visão de controle do outro, e este outro passava a ser preferencialmente o trabalhador.

Sujeito este, expropriado de sua vida, de suas posses e de seu trabalho no campo, encontrava-se agora mais próximo uma vez que se constituía no morador de um novo ambiente citadino, mais aglutinador e menos

²³ "Identificado o autor da cena de sangue do Cassino Americano", Diário de Pernambuco, 12.06.1954, p. 5.

²⁴ "Turismo", Diário de Pernambuco, 01.03.1955, p. 4; "Possibilidades turísticas", Diário de Pernambuco, 01.05.1955, p. 4.

dispersivo (ELIAS, 1994). Para manter uma distância social que não é totalmente geográfica, criou-se uma série de novos tipos de passatempos e de diversões que permitissem aos trabalhadores uma respeitável imitação das práticas de lazer e dos privilégios dos ricos, tais como os lazers de grupo nos parques, praças, exposições como as do circo de J. P. Barnum ou as exposições universais, as férias para a massa de operários, todos característicos de uma economia da sociedade já industrializada.

Em Boa Viagem no período estudado encontramos a prática do lazer fortemente espacializada entre a população, marcada pelos ambientes fechados: clubes particulares para as elites; da mesma forma que para aqueles não pertencentes às elites: Clubes de danças e bebidas Jangadeiros, Pau no Meio, Tubarão no Pina, Quebra as Pregas, Banhistas do Pina, Combinado, Acadêmicos, 12 de Julho, Pra Sempre no Meu Coração, Danúbio Azul, Prato Misterioso, Roda de Cordeiro, Bandeirantes (PEREIRA, 2008, p. 29), muitos pejorativamente chamados de cabarés pelos jornais e aparecendo, em grande parte, nas colunas policiais.

Contudo devemos tomar cuidado para não pensarmos as práticas de lazer como algo simplesmente imposto de cima para baixo, das elites para os populares, da aristocracia para a burguesia e destas para os trabalhadores. Esta relação é muito mais complexa conforme apontava Lafargue mencionado anteriormente, uma vez que a documentação produzida sobre o tema e os olhares ainda é aquela produzida pelas elites. As vozes dos trabalhadores são sentidas apenas quando não condizentes com o esperado pelos primeiros, quando então eles surgem de forma negativa e suas ações são apresentadas como manifestações de ignorância, falta de civilidade ou ainda como inferiores.

Marins (1998) resgata estas vozes e esta leitura a partir do processo de urbanização de algumas capitais do Brasil na primeira metade do século XX, incluindo Recife, quando aponta as destruições de práticas religiosas, de lazer, de sociabilidades da população trabalhadora, negra, migrante ou mesmo dos imigrantes estrangeiros que estavam se estabelecendo nestas cidades. Citando Gilberto Freyre nos anos 1930 e sua defesa dos mocambos como manutenção de um ideal de cultura social dos trabalhadores e que pesem

todas as críticas que ligam o discurso freyriano a uma manutenção do status elitista dos descendentes das casas grandes, o autor de Apipucos, conforme Marins, demonstra que as classes populares tinham práticas sociais em seus tempos de não trabalho e que foram combatidas discursiva e materialmente pelas elites.

O lazer é uma prática material, conforme a visão dominante de Dumazedier, mas é também uma prática discursiva e, dessa forma, é relacional aos sujeitos, tendo uma capilaridade que não se coaduna com uma visão hierarquizada da sociedade. Ademais ele envolve também uma noção diferente de tempo adotado pela sociedade moderna, que é o tempo cíclico de regeneração das forças físicas e psíquicas e a volta para a labuta, reiniciando e sustentando o ciclo de vida societário.

Assim o tempo livre e, nele, o lazer fomentaram conflitos entre as classes sociais envolvidas em percepções inicialmente diferentes, mas que, ao longo do processo que continua em transformações na atualidade, se coadunaram para construir, mais do que teorias, formas e práticas de se viver estes tempos.

1.2 História e um Turismo-problema

A perspectiva da História como um aporte para as leituras possíveis sobre o processo conduzido a partir da ascensão do Turismo é uma das abordagens que buscamos compreender e acrescentar de forma a enriquecer o debate e ampliar a compreensão do Turismo.

O intenso fluxo de mudanças em vários níveis da experiência social promovidos a partir do Turismo como elemento participativo desde o século XIX, fomentou a formação de um novo dinamismo econômico internacional que afetou desde ordens e hierarquias sociais, passando pelas noções de tempo e espaços dos sujeitos, além dos modos de perceber objetos e derredores.

Acompanhamos Hobsbawm (1998) quando apresentamos e compreendemos o Turismo a partir do resultado das forças eruptivas do capitalismo, tornando-se além de internacional na prática, internacionalista na teoria. Sendo esta leitura uma das razões pelas quais entendemos que só recentemente os pensadores, pesquisadores e teóricos tanto do Turismo quanto da História têm se voltado para a construção de outros olhares sobre este “problema”.

Judith Butler (2016) perspicazmente nos fala que um problema é uma criação humana e que por muito tempo foi acompanhado de uma visão negativa para aquele que o formula, sobretudo porque pode trazer consequências negativas, formas de ameaças e apelos repressivos. A autora nos apresenta o termo como parte de um processo discursivo sendo, dessa forma, compreendido relacionalmente aos sujeitos, e da mesma forma que os sujeitos, também “problema” podem ser uma manifestação do poder estabelecido onde “a lei dominante ameaçava com problemas, ameaçava até nos colocar em apuros, para evitar que tivéssemos problemas” (BUTLER, 2016, p. 07).

Todavia desde o movimento historiográfico da Escola dos Annales, a partir dos anos 1920, que a História voltou-se lentamente para a apropriação de um termo considerado antípoda da História factual, política, de simples narrativa de eventos e sujeitos escolhidos como baluartes de toda a narrativa histórica. A esse fato histórico, os Annales levantaram a bandeira da “História-problema”, isto é, uma História interpretativa, questionadora, apoiada em

hipóteses, a qual consegue recortar o acontecimento por meio de novas leituras e olhares, além de problematizar o próprio gesto de recorte do acontecimento (BARROS, 2012).

É a partir desta leitura que chamamos o Turismo pelo olhar do historiador como um “Turismo-problema”, isto é, quando o constituímos a partir de uma variedade de questionamentos que leva o historiador a interrogá-lo por meio de uma pluralidade de fontes e testemunhos que são formas de compreensão diversas do processo histórico.

Fontes e testemunhos que levaram Viera e Holanda (2006, p. 15) ao narrarem sobre a constituição do campo do Turismo no Recife, chegaram a lastimar a ausência de registros históricos antes da década de 1960, quando a Embratur foi criada e se tornou, de acordo com as autoras, um dos marcos para o estudo do fenômeno turístico no Brasil e arrematam a análise referendando que até 1967, quando foi criada a Empresa Pernambucana de Turismo – Empetur, não há registros sobre como a atividade turística se desenvolvia localmente (VIERA; HOLANDA, 2006, p. 06).

As autoras compartilham de uma visão a qual enquadram o Turismo em Pernambuco no período de estudo “como um processo que tem uma evolução natural (...) com a própria sociedade” (p. 05), e essa perspectiva as levaram a buscar fontes institucionalizadas, fontes até mesmo tradicionalmente utilizadas dentro do quadro dos estudos sobre o Turismo. Chegando a induzi-las a afirmar que apenas a partir de um Turismo institucionalizado é que foi criado o Conselho Municipal de Turismo da Prefeitura do Recife, em 1968.

Fato este que vai de encontro às convocatórias do Diário de Pernambuco, que apresenta a criação de um Conselho Municipal de Turismo pela Prefeitura do Recife, já no ano de 1955 e passa, a partir de então, a publicar uma parcela significativa de suas reuniões e algumas vezes a apresentar as pautas de discussões do Conselho²⁵, que segue ocorrendo regularmente por todo o restante da década.

²⁵ “*Instala-se amanhã o Conselho Municipal de Turismo*”, Diário de Pernambuco, 28.04.1955, p. 14; Coluna Editorial “*O Conselho Municipal de Turismo*”, Diário de Pernambuco, 28.04.1955, p. 4; “*Instalação do Conselho de Turismo*”, Diário de Pernambuco, 29.04.1955, p. 14; “*Instalado ontem na Prefeitura o Conselho Municipal de Turismo*”, Diário de Pernambuco, 30.04.1955, p. 14.

Figura 1 “Flagrante colhido, ontem, na Prefeitura, durante a instalação do Conselho Municipal de Turismo” Fonte: Diário de Pernambuco 30.04.1955

A História ao lidar com um Turismo-problema busca compreender seu processo, contextualizando-se a um questionamento maior, cujas fontes respondem de acordo com suas formações e não dizem aquilo que quero saber, mas aquilo que foram forjadas para apresentar. Bloch (2001) diz que as fontes são muito eloqüentes, mas só falam a partir da pergunta que o pesquisador faz e cujos testemunhos são formas de compreensão do dito e do não dito.

Dessa forma, ao escolher as fontes o pesquisador também escolhe sua perspectiva histórica, como Vieira e Holanda que partem de uma visão hierárquica do Turismo, naturalmente desenvolvida na sociedade. Passam pela perspectiva também de uma aceitação incondicional do Turismo pelos sujeitos, algo que Boyer e Panosso Neto já chamavam criticamente a atenção como mostrado anteriormente.

Também Alves e Dantas (2013) apresentam o estudo do Turismo como um desafio, sobretudo porque, afirmam, não há informações sistematizadas. Perguntamos-nos quais informações podem ser apensadas em uma pesquisa que trabalha tempos e espaços, mas, sobretudo com sujeitos diferentes. Quais fontes atuais podem ser encontradas em tempos longevos. Não seria um olhar anacrônico para o objeto, como nos orienta Camargo algumas linhas atrás.

Lembramo-nos de Mckercher e Prideaux (2014), aludindo a um processo cíclico da produção da pesquisa de Turismo: as mesmas fontes, os mesmos objetos, os mesmos resultados e, na sua ausência, um julgamento de que o Turismo não acontecia como deveria.

Fontes sobre o Turismo podem e devem ser questionadas, pois são diversas e estão dispersas. Guimarães (2012) em sua tese de doutoramento mostra os usos possíveis de fontes usuais para o historiador, mas pouco exploradas por outros pesquisadores do Turismo. Da mesma forma Camargo (2007) apresenta como lidar com as fontes de outros períodos históricos, como o século XIX, e recorta uma pré-história do Turismo sem necessariamente buscar origens e genealogias auto-explicativas.

Partindo destas considerações apresentamos alguns conceitos que foram formulados durante a pesquisa, de modo a ampliar a compreensão do Turismo-problema num espaço periférico do Brasil da década de 1950.

1.2.1 A Historicidade das práticas do Turismo

Durante um tempo significativo a História foi vista pelos pesquisadores do Turismo como uma disciplina a partir da qual podia ser utilizada sem maiores preocupações metodológicas, e usada apenas como uma ferramenta a partir de seus aspectos factuais. Tendo sido inicialmente usada pelos estudos do Turismo para elencar dados, narrar fatos, apontar acontecimentos, além de ditar cronologias, a História era vista como “um simples suceder linear de acontecimentos que se vão acumulando” (CAMARGO 2007, p. 09). Um meio e não um fim em si mesmo, de forma que se considerava a contento reproduzir uma sequência cronológica até chegar às formas institucionalizadas e normatizadoras do Turismo (GUIMARÃES 2011).

Podemos apontar aqui a bem pertinente crítica de Tribe (1997) sobre o Turismo se utilizar de uma série de conceitos e categorias de outras disciplinas e de outros contextos, de forma que pudesse validar suas próprias proposições a partir de categorias reconhecidas academicamente. Sendo, contudo que estas práticas acabaram formando uma aproximação distinta de conceitos, reificando-os e não se apropriando, de forma que acabou promovendo uma ligação destes com o Turismo, mas desligando-os da necessária análise.

Ao longo desse processo acabou promovendo um conhecimento isolado, fragmentado e até certo ponto superficial, levando mais a um isolamento que uma necessária rede de estudos a partir da qual o Turismo seria entendido como um “conceito-rede”, permitindo assim manter-se articulado com as demais categorias (GASTAL; MOESCH 2007, p. 11).

Também Panosso Neto (2005, p. 44) amplia a compreensão destas questões ao perceber que o fato de os primeiros estudiosos que tentaram definir conceitos para o Turismo serem de áreas diversas e ainda não formados em Turismo foi “um dos limitadores das abordagens do Turismo, pois (...) tende[ra]m (...) a reduzir a explicação do Turismo a uma dessas áreas”.

Acrescentemos ainda que se condicionou, conforme itens anteriores, uma visão negativa sobre o Turismo e sobre seu praticante, a qual alcançou também os olhares e as formas pelas quais se podiam debruçar-se para sua análise. Barthes (1985) parece conseguir destacar bem essa problemática

quando narra que um escritor em férias, para torná-la mais dignificante, buscava estar sempre lendo algo considerado pelos olhares alheios como sendo profundo, prestigioso, de forma que os dois atos – férias e leituras – o distinguísse dos trabalhadores que estavam assumindo suas posturas de turistas.

O interessante dessa abordagem de Barthes é que chama a atenção para as posturas dos intelectuais frente ao fenômeno do Turismo e lança, também, mais algumas dúvidas sobre a aceitação incondicional do Turismo por todos os sujeitos. Seguindo o autor, percebe-se que outros grupos sociais ao serem incluídos no rol de “estar de férias” e de “ser turista”, associaram-se ao fato de que também passaram a ser vistos como trabalhadores, donde o característico status de determinadas atividades, como as intelectuais, demorarem a assumir o ato do lazer e, ao fazerem, sempre associarem a algo erudito, superior (BARTHES, 1985, pp. 23-24).

Dessa forma entendemos que o Turismo pode esmaecer o conflito de classes, mas não o destrói. De fato parece haver um certo distanciamento intelectual por parte de algumas disciplinas em relação ao Turismo. Panosso Neto já chamava a atenção quando apontava que para a Filosofia há uma preocupação com problemas vistos como fundamentais e, devido a isso

“percebem o Turismo como objeto de estudo insignificante, não merecendo reflexão; e preocupar-se com um objeto que não merece reflexão filosófica poderia representar a vulgarização e a redução da filosofia para uma pseudofilosofia” (2005, pp. 93-94).

A que o autor aduz como um comportamento pertinente ao pesquisador e não ao conhecimento filosófico em si. Fato que é reforçado pela leitura que Camargo faz da historiografia e que vê, ela também, o Turismo como um tema menor, uma “... simples decorrência de transformações econômicas” (2007, pp. 10-11).

Todavia não apenas os sujeitos devem abarcar o conflito entre práticas tão diretivas. A própria História tem em seu processo formacional como uma disciplina científica parte da compreensão para este direcionamento.

De forma que, como área disciplinar a História tem, entretanto, uma historicidade ligada aos primórdios do pensamento crítico da sociedade ocidental, embasados nos postulados greco-romanos, onde se apresentava como uma forma de pensamento e não estando contida no círculo esquemático de uma disciplina independente e com pretensões científicas (TURIN, 2013, p. 84).

A História construiu seus alicerces bem antes do enquadramento disciplinar do século XIX, acontecendo, todavia, neste período, um forte controle na sua forma de produzir, o que de resto a colocou apenas como mais uma disciplina científica. Além de que, numa hierarquia de saberes, abaixo das ciências da natureza²⁶. Certeau (1982) fala de uma separação entre História e escrita da História, isto é, historiografia; Febvre (1989, p. 16) fala de uma

... vitória [pois a História] estava nos liceus, povoados e agregados de História, nas Universidades providas de cadeiras de História, nas escolas especiais reservadas ao seu culto. Transbordava daí para as direcções de ensino, as reitorias, todos os grandes postos da Instrução Pública. Orgulhosa e poderosa (...) [mas e] a sua filosofia? Feita de qualquer maneira, com fórmulas tiradas do Auguste Comte, do Taine, do Claude Bernard que se ensinavam nos liceus. (...) A História sentia-se à vontade na corrente destes pensamentos fáceis; aliás (...) os historiadores não têm necessidades filosóficas muito grandes

Um quadro que profissionaliza o historiador, dando-lhe uma função social útil num meio que se industrializa e se especifica, mas que separa o fazer, o ensinar e o compreender. E cujo fazer passou a ser mediado pelo passado por ele mesmo.

Essa História saída do século XIX se construiu numa perspectiva apologética e não analítica. Possibilitando o acúmulo de um arsenal de argumentos usados como ferramentas para explicar como os fatos

²⁶ Santos (2010, p. 10) fala que o modelo de racionalidade do século XIX era guiado pelas Ciências Naturais, as quais criaram uma confrontação ostensiva de conhecimento não científico e não racional, como eram vistos o senso comum e as humanidades.

aconteceram, mas se eximindo de entender o porquê aconteceram (ARIÈS, 2013). A busca para responder a primeira questão se resumia em coletar informações, dados, datas, nomes, locais, isto é, no linguajar científico, recolher provas e evidências em quantidade suficiente para não deixar dúvidas. Nas palavras de Ariès

... livros compactos, onde todos os acontecimentos e os personagens de certo período histórico estavam registrados, onde não faltava o nome de uma operação, de um poderoso, de uma instituição política ou social sequer, onde se tinha realmente reunido, sem exceção, tudo o que os documentos conservam ainda dos fatos e ações do passado (ARIÈS, 2013, p. 270).

Apesar desse quadro, a História não perde sua característica maior que é a análise das relações sociais, isto é, a perspectiva entre os próprios seres humanos, seus inter-relacionamentos e com o mundo físico que os cercam (BLOCH, 2001). Este aspecto encoberto, mas não perdido, será retomado após os anos 1940, num novo movimento de reconstrução ou releitura da ciência, o qual continua em discussão até o presente momento.

Por outro lado o Turismo, como parte de um processo de relações sociais, temporalmente marcadas e espacialmente delimitadas, é também um elemento questionador, produtor e positivador destas mesmas relações. Wesley e Pforr (2009), ao trabalharem com a História do Turismo costeiro na Inglaterra, chamam a atenção para o processo de investigação precisar não apenas descrever, mas explicar a complexa dimensão histórica que envolve o fenômeno. Criticam, sobretudo, uma visão simplista que se contentou em narrar o processo histórico, em suas pesquisas do litoral, como uma evolução geográfica tendo como eixo a Inglaterra e dela se expandindo para os demais países e continentes, chegando até as periferias econômicas do mundo. Ou também como demonstração do Turismo costeiro como um espaço de inclusão social, a partir da afluência da classe trabalhadora. Sendo esta uma perspectiva que questionaremos adiante.

Os trabalhos assim produzidos acabam construindo narrativas a partir de uma percepção dicotômica da sociedade, onde se apresentam fatos negativos e positivos, reforçando os últimos e fortalecendo uma identificação com eles. Ao final da narrativa ou da História, não se aduz mais a compreensão do processo que levou a uma determinada formação social e, incisivamente, enfraquecendo ou mesmo destruindo outras ações que estavam imbricadas no processo e que se contrapunham as práticas apresentadas como vencedoras.

Da mesma forma acabam também levantando um processo com características teleológicas, de forma que os fatos apresentados e os caminhos escolhidos são uma opção evidente e única das formas trilhadas pelos sujeitos.

Não apenas a crítica pela crítica, mas a História como simples narrativa também promove uma dependência de sentidos, os quais aduzem um eixo, conforme acima, e exporta um modelo de Turismo e uma forma de pensar, praticar e de ser do Turismo que acaba desconsiderando as realidades materiais de outros sujeitos que não aqueles do eixo.

O processo histórico não é uma adequação de um modelo em campos que ainda não atingiram determinado estágio e vistos, desta forma, como atrasados. A própria História do Brasil foi, por um longo tempo, vista desta forma em relação à História europeia. Ocasionalmente ainda se apontam leituras nesta direção e o Turismo, ao manter seu olhar como simples narrativa, acaba se tornando um campo mantenedor de estruturas sociais, econômicas e políticas que se pretendem fixas.

Ortiz (2001; 2009) chama a atenção para uma certa dependência conceitual e teórica dos pesquisadores latino americanos em relação aos pesquisadores anglo-saxões, criando uma divisão de linhas de estudos que demarcam características que se pretendem fixas: nos países centrais do capitalismo estuda-se a fábrica, a cidade, a divisão do trabalho. Nos países latinos, pesquisa-se as oligarquias, a mestiçagem, a religiosidade popular, o sincretismo, os camponeses, o folclore.

Guimarães (2012) aponta uma curva nessa constatação de Ortiz. Além do próprio trabalho da autora, ela ainda elenca outros pesquisadores latino americanos que apresentam propostas de estudos sobre o Turismo por uma ótica mais ativa e menos reprodutivista. Todavia o que Ortiz nos leva a

perceber é a historicidade destes processos quando aponta que até os anos 1960 no Brasil, os estudos se voltavam para uma busca do entendimento de uma nacionalidade, de uma identidade. Esse olhar compreendia o Brasil ainda em formação. Logo aqueles que o estudavam partiam dessa realidade conjuntural e apontavam para o entendimento de que o que acontecia nos trópicos era uma modernidade ainda incompleta, em implantação, conforme Freyre salientava

“No mundo de agora, estamos diante de todo um complexo social ou sociocultural em transformação de moderno para pós-moderno: processo com relação ao qual o Brasil está em grande parte retardado ao procurar **passar de arcaico ao apenas moderno**” (FREYRE, 1973, p. 39, grifos nossos)

As próprias práticas turísticas ensejadas naqueles momentos refletem essa busca pela identidade de forma a serem exploradas economicamente, quando passaram a promover um Turismo característico ao espaço geográfico brasileiro de “sol e praia” e “litorâneo”, em detrimento do interior ou de outras paisagens (GALVÃO, 2006). Da mesma forma que buscou a promoção de sujeitos com tipos característicos como “mulata”, “cordiais”, “alegres” (ALFONSO, 2006) e de práticas de lazer turísticas como a valorização do “sol” e do “calor”, sendo estes positivos quando litorâneos, mas negativos quando constituintes do sertão e agreste (DANTAS, 2009).

Em nossa pesquisa percebemos os olhares particulares dos sujeitos em atuação em Boa Viagem, porquanto apontavam que

“o hábito de tomar durante o ano alguns dias de férias; num lugar de repouso e de bom clima, é um hábito dos povos civilizados. Os selvagens é que trabalham ou vivem a vida toda sem distrair-se, sem descansar, apegados à rotina, um dia

atrás do outro; e todos iguais. Sem ter uma distração para suas ocupações profissionais”.²⁷

Refletindo uma ligação com uma identidade específica que não é apenas e necessariamente nacional, mas muito mais individualizante como de uma classe social. O discurso acima se apresenta a partir de uma dicotomia entre as formas de se usar os tempos entre as classes sociais, de modo que o tempo livre é positivo e sinal de distinção, de civilização, daqueles que o praticam, mas que o fazem de determinada forma. As férias como parte desse novo tempo é usada como chamamento para uma modernidade vista como incompleta, acompanhando a exposição freyriana e muito recorrente nas fontes.

Uma exposição que colocava os sujeitos, mesmo aqueles entre as elites que não praticavam aquela forma de lazer, como atrasados em relação às outras elites dos locais já modernizados, e, mais ainda, aproximava e uniformizava perigosamente as classes sociais de Boa Viagem da década de 1950.

O Turismo então não é apenas uma prática econômica. É-nos apresentado de forma muito mais próxima a um mecanismo de controle social, como parte de uma construção que legitima ou não determinadas posturas das classes sociais e que em Boa Viagem da década de 1950, surpreendia muito mais como uma forma de delimitação dos sujeitos.

Estas leituras nos aproximam muito da perspectiva da História Social proposta pelos *Annales* e que nos possibilita ver o Turismo como um problema a que o historiador se debruça em seu próprio tempo, fazendo com que busque compreendê-lo a partir do processo em que se inventou daquela determinada forma, com todas as suas diferenças com as formas pelas quais a prática se apresenta na atualidade; além de suas rupturas e singularidades.

A complexidade da prática turística fica mais evidente quando se apresenta numa perspectiva dialética, uma vez que ao mesmo tempo em que as fontes nos orientam para a leitura de um Turismo percebido e apresentado como um mecanismo de delimitação das classes sociais; os mesmos

²⁷ “*Turismo Internacional*”, Diário de Pernambuco, 14.07.1956, p. 4.

documentos nos indiciam para um acompanhar de sua importância a nível econômico.

Ao longo da década de 1950, no mesmo período em que vários trabalhos buscavam compreender os sujeitos e sua formação (ORTIZ, 2001), houve uma associação desse atraso atrelado às práticas econômicas e passou-se definitivamente para uma corrida pelo desenvolvimento econômico, tendo como eixo norteador os países capitalistas desenvolvidos.

Essa nova orientação no processo produtivo possibilitou uma inclinação do Turismo em Boa Viagem, pensado inicialmente para uso das elites locais ou regionais, mas que, a partir da construção do Hotel Boa Viagem entre os anos 1953-1954, se voltasse para a exploração de um Turismo comercial, embasado, lentamente, num turista estrangeiro.

Por outro lado a historiografia da década de 1950 privilegia em seus estudos os conflitos políticos entre as Esquerdas e suas idéias socialistas por um lado, e as Direitas e sua práticas capitalistas por outro (SOUZA, 2010). No intervalo entre as duas ascendeu como sujeito preferencial o povo, os trabalhadores, os vistos como os excluídos da História (PERROT, 1988), apresentando-os como força de contestação a formas de submissões impostas.

Discursiva e materialmente foram constituídos como uma força que submeteu outras leituras e posturas que não fossem o enfrentamento aberto entre as classes. O povo visto como massa, algumas vezes de manobra, outras reprimidas, contudo também passíveis de ser o motor da sua própria História. Dessa leitura, o Turismo partilhava do aspecto econômico sem conseguir ascender a um objeto de estudo e compreensão dos conflitos, a não ser como mais uma forma de manutenção do *status quo*, conforme o Deputado Paulo Cavalcanti citado acima.

1.2.2 A massa no Turismo e o Turismo de massa

Ao problematizar a prática do Turismo na praia de Boa Viagem, em Recife, capital de Pernambuco, durante a década de 1950, deparamo-nos com um período considerado modelado por uma forma específica de prática turística: o Turismo de Massa.

Apresentado como uma característica intrínseca ao período pós Segunda Guerra Mundial, coloca-se frequentemente seu desenvolvimento e ápice entre as décadas de 1950 e a primeira metade da década de 1970 (DEPREST, 1997; REJOWSKI, 2002). E mesmo tendo uma aceitação forte no meio dos estudos sobre o Turismo, não é de forma alguma um consenso.

O termo “massa” se desenvolveu ao longo do século XIX europeu, capitaneado pelos estudos de Gustave Le Bon, como resposta “a crise da democracia na terceira República francesa” (apud FARR, 1999, p. 69). Num momento em que o processo histórico sofria uma aguda mudança da realidade rural para uma concretude citadina e industrializante, Le Bon distinguia o sujeito enquanto indivíduo e portador de uma racionalidade, em oposição qualitativa ao seu conjunto, isto é, a massa associada à irracionalidade e à manipulação por parte de determinados indivíduos (apud FARR, 1999, p. 68-70).

Essa visão em sua totalidade vai ser questionada posteriormente por psicólogos sociais como Allport para o qual “no coletivo há um comportamento institucional, fortemente regulado pela opinião pública, ou seja, o coletivo pode ser explicado em termos do indivíduo” (apud FARR, 1999, p. 78); além de, no período posterior à Segunda Guerra, o filósofo Theodor Adorno em “A Personalidade Autoritária”, buscando compreender o fascismo alemão e a ascensão da figura de Hitler, levanta o questionamento quanto à natureza da irracionalidade das massas e até quanto podem ser sugestionáveis e influenciáveis passivamente por um líder (apud FARR, 1999).

O autor, seguindo as idéias do filósofo e psicólogo social George Mead (apud FARR, 1999, p. 90), elenca que os indivíduos que formam a massa possuem dialeticamente uma natureza que os ligam à sociedade em que sofreram o processo de socialização e cujo resultado foi a sua individualização. É neste contexto que Adorno apresenta características

compartilhadas entre os indivíduos que compõem a massa e, eventualmente, com o líder (apud TEIXEIRA; POLO, 1975), e que, tal qual Mead, mostra uma forma coerente e racional daquele que está na massa, mas não perde sua individualidade (apud FARR, 1999, pp. 140-141).

O historiador George Rudé (1991) também analisando o fenômeno de ação da massa, denominando-a como multidão, aponta que não se apresenta indistinta e que é o olhar externo a ela, do pesquisador, que vai lhe dar forma, movimento e sentido. Acompanhando a leitura de Adorno, Rudé elenca multidões ao longo da História que se formavam com objetivos diversos,

“multidões que se reúnem em ocasiões puramente cerimoniais, ou que participam de procissões religiosas ou desfiles acadêmicos; e multidões de “audiência” (...) que se reúnem em teatros ou salas de conferência, em jogos de beisebol ou em touradas, (...) multidões mais “expressivas”, que se reúnem para o carnaval, participam de orgias dançantes ou de “brincadeiras” estudantis (...) Certas multidões “escapistas” ou “em pânico” (...) de explosões de histeria da massa (...) provocadas pela emissão radiofônica de Orson Welles sobre os “marcianos (RUDÉ, 1991, p. 02 – grifos do autor).

Apresentando então racionalidades diversas, a formação e movimentação não de uma massa, amorfa e indivizível, mas de massas, acompanham o processo histórico de forma a ser possível encontrá-las ao longo do tempo. Assim para os historiadores dos mundos do trabalho, a massa de operários tem um sentido e se movimenta coerente e racionalmente. Da mesma forma Jules Michelet ao narrar a Revolução Francesa coloca a massa do “povo” como único agente da ação revolucionária (RUDÉ, 1991, pp. 05-06).

Visualizada dessa forma, a massa é parte de um processo histórico que expõe os conflitos sociais nos tempos e lugares distintos. Não é a mesma e apresenta objetivos que os indivíduos que a compõem compartilham porquanto parte ativa do mesmo processo. Nesse sentido quando elencamos o

Turismo como sendo de massa é levantado uma série de questionamentos sobre o que se procura apresentar ou obliterar.

Para Deprest (1997, p. 09) leva-se, muitas vezes, em consideração primeiramente o quantitativo de usuários de uma prática do lazer que envolve viagens e usufrui de determinados espaços e equipamentos. É uma leitura que transforma a quantidade de sujeitos em um número que se transforma em um corpo visível, mas que, ao mesmo tempo, desindividualiza os sujeitos, tornando-o sinônimo de multidão, indivizível e una.

Essa perspectiva é bastante reiterada dentro dos discursos do Turismo, sendo que a autora chama a atenção que a eloquência dos números apresentados sob a égide do Turismo de massa, tornou-se muitas vezes um mecanismo puramente discursivo, aplicado em várias situações e espaços, mas que na realidade estudada pela pesquisadora, a França dos anos 1960, onde nem 50% da população saía ainda de férias e nestas em viagens (DEPREST, 1997, p. 12), a realidade não condiz com a leitura dos dados estatísticos.

O termo é usado, sendo que na prática o Turismo no período não o acompanha, sendo mais uma etapa da narrativa do discurso, a qual cria uma positividade para o Turismo, com uma nova roupagem como de massa em seu nascimento, de forma a lançar para o futuro uma atividade que apresenta uma lucratividade em constante crescimento e

Mais do que por um número ou por um patamar, o turismo de massa foi definido por um fenômeno de crescimento vertiginoso, foi por isso que se começou a falar de crise, quando a realidade era diferente (DEPREST, 1997, p. 13).

O que Deprest elucida é a estrutura da narrativa discursiva a qual o termo Turismo de massa foi sendo consolidado. Segundo Charaudeau e Maingueneau,

Para que haja narrativa [discursiva], inicialmente é preciso a representação de uma sucessão temporal de ações; em

seguida, que uma transformação mais ou menos importante de certas propriedades iniciais dos atores seja bem sucedida ou fracassada, enfim, é preciso que uma elaboração da intriga estruture e dê sentido a essa sucessão de ações e de eventos no tempo.(CHARAUDEU; MAINGUENEAU, 2014, p. 342).

Essa sucessão está presente na forma da lenta ascensão das práticas turistas entre as classes sociais, sobretudo a partir do advento da idéia das férias para a classe trabalhadora. Um fator significativo para a transformação dos tempos livres pelo trabalhador, que era apropriado discursivamente por vários sujeitos: igrejas, sindicatos, revolucionários, Estados, conforme vimos nos tópicos 1.1.2 e 1.1.3. Nessa intriga, ganharam as férias e o Turismo.

Assim o Turismo de massa passou a ser visto como uma prática social que nos remete a uma ligação discursiva, moldada a uma idéia de um “ante”, isto é, a uma forma diferente e antípoda que o teria precedido. Esse “ante” seria o Turismo praticado não pelos trabalhadores, mas pela elite burguesa, conforme Dumazedier; ou pela elite aristocrática, conforme Boyer; ou ainda pela classe ociosa, conforme Corbin. Correspondendo a uma mudança de natureza do Turismo, por meio de uma mudança na qualidade dos sujeitos que o praticam (DEPREST, 1997).

A autora nos apresenta que as férias, o Turismo e o Turismo de massa foram forjados como discursos vencedores a partir dos conflitos sociais. Partes de um processo promovido pelas lutas de classes da Europa do século XIX e XX e que, conforme Barthes, Corbin, entre outros, mediarão as relações entre os sujeitos.

Marc Boyer (2003) acompanha parte da leitura de Deprest apontando o quanto essa visão de um Turismo de massa a partir dos anos 1950, foi moldada ao longo dos primeiros anos do século XX como constituinte de uma estratégia discursiva onde o Turismo e a classe trabalhadora são apresentados como partes de um olhar mítico forjado posteriormente. Dessa forma tanto o Turismo quanto as férias das classes trabalhadoras e seu direcionamento para usufruir do primeiro, são mecanismos discursivos de

poder apresentados mais como uma oferta das camadas elitizadas e até mesmo como uma consequência natural das relações fomentadas pela Revolução Industrial. Boyer entende que o Turismo assim se caracterizou por ser mais social, isto é, por criar mecanismo que intentavam incluir algumas categorias de trabalhadores europeus no processo de consumo do novo produto, do que uma forma massiva de consumo.

O autor entende ainda que o Turismo de massa é fruto de um contexto histórico específico caracterizado por uma produção e por um consumo de massa, fatos que se materializaram apenas a partir dos anos 1970 e que levam em consideração o quantitativo de usuários do produto turístico, isto é, um consumo coletivo, de grupos com os mesmos objetivos e, portanto, diferente do Turismo praticado até a primeira metade do século XX, cuja marca maior era o individualismo (Boyer, 2003, pp. 15 e 62-69).

Individualização marcada pela opção por meios solitários de locomoção como a bicicleta e o carro, os quais

“Durante diversas décadas após a sua invenção (...) foram meios de turismo – elitista – mas não meios de transporte no sentido em que os entendemos atualmente (...) o automóvel era uma ostentação elitista [sendo que] sua estrutura inicial não servia como transporte, além de seu preço elevado; [enquanto que] uma bicicleta em 1890 custava um ano de salário daquele que a produzia. Logo seu público consumidor não era o operário.” (BOYER, 2003, p. 79)

Além disso, o autor reforça sua percepção ao considerar que entre o século XVIII e a década de 1920, o Turismo se caracterizava mais por ser uma invenção das elites europeias, não havendo nem um Turismo para ser de massa, da mesma forma que não havia um turista para ser de massa. Isso é entendível diante da realidade de um mundo pós Primeira Guerra (1914-1918) onde a realidade europeia se modificou completamente, levando a aristocracia a se arruinar economicamente, ao mesmo tempo em que os camponeses,

artesãos e operários estavam fora do campo do Turismo e a própria burguesia relutava em participar da atividade turística.

Os autores mencionados nos permitem perceber então que não há massa, mas massas, da mesma maneira em que se visualiza não o Turismo, mas Turismos, os quais possuem uma fluidez conceitual que perpassa pela ótica dos pesquisadores.

Seguindo esta ótica sobre o Turismo de massa Pforr e Wesley (2009, pp. 20-21) nos apresentam também outra perspectiva do Turismo como sendo de massa desde a década de 1840, a partir da ascensão de Thomas Cook, chamando de “Era do Turismo de Massa”. Segundo os autores, a partir de Cook criou-se desejos e oportunidades para a maioria das classes sociais desfrutarem de viagens de férias e de lazer, as quais, segundo os autores, propiciaram inicialmente a um destaque para classe média europeia, que souberam e puderam auferir as vantagens do progresso industrial. Para os autores houve uma aceitação grande por parte das elites europeias a respeito do novo modelo de lazer.

Já a classe trabalhadora foi inserida mais lenta e parcimoniosamente ao longo do século XIX, sendo somente a partir dos anos iniciais do século XX que se iniciou uma grande e intensa transformação a partir da qual as práticas turísticas foram se tornando um passatempo popular.

O Turismo assim não se restringe ao quantitativo de trabalhadores que passaram a compartilhar das práticas turísticas, mas a uma maior afluência de usuários independente das posições sociais. Os autores retiram o olhar classista sobre o fenômeno do Turismo de massa, apontando-o mais como uma prática econômica que objetiva ao lucro e não qualificando aos sujeitos.

Esse tipo de Turismo relaciona-se a um tipo de exploração capitalista de um produto massificado, de forma que tanto o turista popular quanto o de elite praticam o Turismo de massa e permanecem enlaçados às redes de consumo. “A dinâmica do mercado é tocar o conjunto da sociedade (...) sem distinção de classe. É por isso que não hesita (...) em utilizar as oposições de classes” (DEPREST, 1997, p. 21).

Associado ao conceito de sociedade de massa, essa forma de entender o Turismo é atrelado ao modo de funcionamento característico das

sociedades industriais da era moderna, uma vez que o sistema produtivo parte da produção de bens sistematicamente indiferenciados e que busca ser consumido por toda a sociedade (HARVEY, 2012), sendo assim um modo de produção e de comercialização da viagem classificada como “indústria turística”.

O termo “indústria”, apesar de pouco recorrente para se referir ao Turismo atualmente, foi por um bom tempo a denominação mais próxima dentro da forma produtiva industrial que o sistema capitalista assumiu. Deprest afirma que o produto turístico aqui é apropriado a partir da assunção do conceito de destino turístico em detrimento do conceito de local turístico.

O destino turístico se torna um bem consumível a partir do momento em que o turista realiza a estadia. Sendo em torno da organização da produção desse destino turístico que o mercado se organiza em grande escala para ter o maior número possível de consumidores, utilizando a propaganda para movimentar seus usuários (DEPREST, 1997, pp. 26-27).

Diante de toda essa problemática levantada pelos autores acima, fomos levadas a questionar a prática de um Turismo modelar em Boa Viagem no período de estudo, num momento em que havia uma transitoriedade no modelo europeu. O processo histórico pertinente a sua implantação, permitiu-nos visualizar formas distintas de Turismo na praia acima, saindo de uma prática talassoterápica do final do século XIX, elitista e numericamente limitada (ARAUJO, 2007); assumindo, posteriormente, a forma de apropriação do espaço geográfico e turístico a partir das segundas residências, ainda assim limitada, elitista e, agora excludente das populações pobres residentes e daquelas que estavam chegando (conforme será discutido no capítulo 3).

Mesmo assim pudemos perceber que havia a busca pelo consumo de um produto a ser apropriado, na mentalidade das elites locais, por poucas pessoas que tinham condições econômicas e sociais para tanto. A ideia de um consumo de massa do Turismo litorâneo não era perceptível, da mesma forma que o termo “indústria do Turismo” era confusamente reproduzido, sendo muito mais pertinentes os termos “lazer”, “férias”, “passeios” e, em menor escala, “weekend”. Foi ao longo da década de 1950 que os termos foram se tornando mais precisos quanto a forma de Turismo que se queria praticar.

Ademais, durante o período de estudo, se entendermos o Turismo de massa reflexo de um quantitativo de turistas, as fontes indiciam que essa perspectiva foi sendo minimizada pelas forças de manutenção das diferenças sociais. O Diário de Pernambuco aponta uma certa qualificação dicotômica baseada na perspectiva social e de classe dos sujeitos que então se esperava que praticassem o turismo: um bom turista é aquele que “arca” financeiramente com suas próprias despesas de viagem, e que realiza um turismo erudito, proporcionador de crescimento cultural²⁸ e que busca não somente atos de lazer (apud BARTHES, 1985); o mau turista é um oportunista “que sem necessidade nenhuma, e sob os mais especiosos pretextos, recebem passageiros e verbas de manutenção para viagens, sem nenhum proveito (...) [um] turismo desnecessário e inútil”²⁹.

Apenas no final da década de 1950 é que encontramos os indícios de uma lenta compreensão de um Turismo massivo que se relacionava com a quantidade de turistas e isto se associando à economia. Em ação da Prefeitura estavam sendo destinados “800 mil cruzeiros no incremento do Turismo”³⁰, reservando ainda dentro do orçamento uma verba de 1 milhão de cruzeiros a ser aplicada nas festas carnavalescas, tudo à cargo do Departamento de Documentação e Cultura e assessorado pela Conselho Municipal de Turismo.

O Diário reforça essa relação entre valores econômicos e o quantitativo de turistas, reportando-se aos números que apareciam antes do próprio texto e tendiam a falar por si próprios: “600 turistas argentinos em trânsito pelo Recife”³¹, “500 turistas em Fazenda Nova para assistir ao Drama do Calvário”³², “4 milhões de turistas visitam a França”³³, “Mais de 100.000 turistas latino-americanos visitaram os EE.UU. no ano passado”³⁴.

Os Turismos são muito fluídos em Boa Viagem. Até a década de 1950 os sujeitos que estão ocupando a praia não apresentam com clareza se seguem um Turismo de moldes europeu ou norte-americano. Eles também não se percebem produtores, consumidores e reprodutores de um Turismo de

²⁸ “*Setenta Médicos relembram os tempos de estudantes*”, Diário de Pernambuco 13.01.1954, p. 3; “*Turistas*”, Diário de Pernambuco, 26.03.1955, p. 6.

²⁹ “*Congressos inúteis e dispendiosos*”, Diário de Pernambuco 26.01.1954, p. 4.

³⁰ “*800 mil cruzeiros no incremento do turismo*”, Diário de Pernambuco, 10.03.1957, p. 9.

³¹ Diário de Pernambuco, 01.04.1955, p. 16

³² Diário de Pernambuco, 03.04.1956, p. 3.

³³ Diário de Pernambuco, 05.08.1956, p. 19.

³⁴ Diário de Pernambuco, 17.08.1956, p.11.

massa, tal qual nos apresentou Pforr e Wesley. A ocupação do litoral de forma Turística acompanha os discursos de status e distinção, muito próxima de uma visão da Classe Ociosa, como nos descreveram Veblen e Corbin. Sendo que na década em estudo as classes sociais envolvidas estavam muito mais complexificadas e não reduzidas ao termo desenvolvido para o entendimento no século XIX. Eram usineiros no topo das elites, eram senhores de engenho reduzidos à fornecedores de cana, era a nascente classe média que se desenvolvia lentamente desde a implantação da República, além da classe trabalhadora também mais diversificada socialmente.

Assim um Turismo explorador, ligado à economia e parte dela, um Turismo “indústria”, transformador do espaço e dos sujeitos para a exploração do capital por meio do consumo é algo que foi sendo apropriado ao longo da década de 1950 e seus efeitos materiais foram mais sentidos a partir das décadas seguintes, conforme apontam os estudos de Alves e Dantas (2013) e Barthel (1989).

A ocupação e os usos da praia foram mais fortemente sentidas com o desenvolvimento das segundas residências, cujo processo é anterior a década de 1950, o qual expomos no tópico seguinte.

1.3 Invasões elitistas e ocupações populares: as residências secundárias

Como constatamos indiciariamente e demonstramos nas páginas anteriores, ao longo das primeiras décadas do século XX, a praia de Boa Viagem foi sendo ocupada por grupos sociais que não buscavam apenas a exploração econômica de seu litoral. Esses sujeitos estavam portando novas formas de usos para a praia a partir de um molde exógeno de apropriação e que privilegiava naquele início uma parte da elite urbana, mas que foi sendo, lentamente, ampliada para camadas cada vez maiores da população.

Diante da materialidade da ocupação do espaço, outro aspecto da problematização foi sendo formulado atinente a forma pela qual foi sendo constituída a apropriação da praia. Pires (2001), Camargo (2007), Carvalho (2009), entre outros apontam o quanto eram escassos e não pertinentes às mentalidades regionais o uso de hospedagens públicas como estalagens, hospedarias, hotéis ou pensões, sobretudo ao longo do século XIX. Rostand Paraíso (2011) em trabalho sobre os meios de hospedagens da cidade do Recife elenca um lento crescimento de estabelecimentos que foram se transformando para o recebimento de hóspedes, mas ainda presos a uma mentalidade não de todo transformada pelos moldes europeus, mantendo resquícios de características das práticas locais. Assim aquelas instalações eram consideradas de boa ou má qualidade, dignas ou indignas, honestas ou desonestas, numa forma de qualificação que se destinava a selecionar seu público, excluindo sujeitos considerados não adequados, e não se ligando ao nível de prestação de serviços.

Em relação à praia de Boa Viagem considerada até a década de 1950 como zona de periferia do Recife (SILVA, 2007, p. 65), o uso de meios de hospedagens foi durante a primeira metade do século XX, majoritariamente na forma daquilo que Tulik (2001, p. IX) conceitua de “propriedades particulares utilizadas temporariamente, nos períodos de tempo livre, por pessoas que têm sua residência permanente em outro lugar”.

Segundo a autora ao longo do século XX, sobretudo no pós Segunda Guerra, esse modelo se tornou uma das formas pela qual o Turismo passou a ser praticado, uma vez que sua maior característica é o período de

tempo não inferior a 24 horas, num local onde o contexto cultural ajuda a entender ocupações voltadas condicionadamente à busca por recreação e lazer nos finais de semana ou férias.

Dessa forma “ninguém reside, permanentemente, em residência secundária, mas ocupa esse espaço por períodos mais ou menos prolongados em função do tempo livre, da disponibilidade financeira e da distância do domicílio principal” (TULIK, 2001, p. 9). Essa era a característica das ocupações que foram sendo erigidas ao longo da faixa litorânea de Boa Viagem em que se privilegiou, inicialmente, os alugueis e, a partir da década de 1920 até 1950, aquisições e construções de residências que constituíam uma base familiar pouco aberta a terceiros. As sociabilidades eram feitas em vizinhança, tendo a proximidade como ponto de referência, mas não além (ARAÚJO, 2007; CARVALHO, 2009).

Araújo aponta o quanto a década inicial do século XX era marcada pelo aluguel de “casas de palha”, isto é, quando chegava o verão se alugavam as casas, os casebres e mocambos dos pescadores, os quais se retiravam para outra localidade. A autora reproduz uma citação da época para a qual esse tipo de ocupação reproduzia a forma de um ideal pelo qual “... viver em praia só é bom assim. Nada de etiquetas, nada de requintes de civilização” (apud ARAÚJO, 2007, p. 457).

O Turismo praticado na praia de Boa Viagem a partir das segundas residências permitia às elites que ocupavam os espaços, desalojando temporariamente as populações pobres já fixadas, apropriar-se de um discurso exposto por MacCannell (1973) e Krippendorf (2003), de ser o outro em outro ambiente.

Contudo é ainda Araújo quem relativiza essa condição sociológica atribuída ao Turismo e expressa pelos usuários de Boa Viagem naquela década de 1910, uma vez que os sujeitos julgavam-se os próprios e legítimos representantes da civilização, apesar de expor uma busca por simplicidade. Os usuários temporários dos casebres acabavam portando-se superiormente aos residentes em sua maioria pobres e pescadores.

É importante fazer uma digressão neste ponto para ajudar a compreender o quanto a apropriação dos conceitos do Turismo europeu foram mediados por práticas e costumes já existentes na região, e que fomentaram

posturas mais próximas ao ideal elitista herdado da sociedade colonial e não apenas de um Turismo de todo exógeno.

As segundas residências são um fenômeno do Turismo, mas não exclusivos a ele. Ferlini (1998) e Mello (2007), em extensos trabalhos sobre a sociedade colonial nordestina centrada no sistema açucareiro, apresentam que após a saída dos holandeses das regiões produtoras do açúcar, século XVII em diante, a postura da Coroa portuguesa foi de aumentar o controle sobre a produção considerada mais importante da Colônia. Isso se refletiu na composição de comboios vindos de Portugal em tempos fixos para a compra de toda a produção açucareira e, de acordo com o sistema colonial, vender os produtos manufaturados pela Metrópole.

Isso representou uma significativa transformação nos tempos vividos pelos colonos, agora submetidos ao tempo dos comboios. Para as elites latifundiárias especificamente, atrelou-se a venda da produção ao estar na cidade de Olinda, centro político, e na cidade de Recife, centro comercial e porto. Logo favoreceu ao hábito de uma segunda residência, além de criar “temporadas” favoráveis aos negócios, uma vez que a chegada das frotas marítimas era materializada por um intenso comércio e circulação econômica.

Mas esses tempos não eram os do Turismo. O objetivo de manter casas nas cidades de Olinda e Recife, não estava atrelado há nenhum tempo livre ou lazer. Estavam ligadas ao tempo da produção do capital. Tempo em que os senhores de engenho, a elite portanto, exerciam seus ofícios políticos na Câmara, assumindo sua posição de “Homens Bons”; além de exercerem suas posturas de negociantes do açúcar.

As residências secundárias para essa classe social tornaram-se o centro da vida citadina. Uma extensão da vida patriarcal dos engenhos que esmaecia a vida na rua, a qual, segundo Freyre em sua análise do século XIX,

“em princípio, constrangeria a seguir normas universais sem distinção de sexo, idade, cor ou dinheiro, algo paradoxal e dilemático numa sociedade dividida entre os ideais da hierarquia e da igualdade, do familismo e do individualismo.”
(FREYRE, 2004, p. 12).

As segundas residências assim permaneceram ao longo dos séculos XVIII e XIX, quando foram sendo transformadas em seus usos e transportadas dos centros urbanos para a periferia litorânea de Boa Viagem, mesclando a elite latifundiária com a classe média, além da classe trabalhadora, todas em espaços próximos e, a partir daquele momento, com objetivos que foram se aproximando: o lazer e o Turismo.

Essa forma de estabelecimento permitiu a continuidade de uma prática já solidificada entre parte da população e que vai reproduzir o que Tulik (2001, p. 11) identifica como parte do modelo das residências secundárias a partir da ascensão para o Turismo: status econômico elevado, disponibilidade financeira para aquisição e manutenção de outro imóvel, da mesma forma que possuía meios de deslocamento até o destino, acrescido da liberdade de dispor do próprio tempo e de destiná-lo ao lazer.

É importante ressaltar que em Boa Viagem havia carência de hotéis durante os primeiros quarenta anos de ocupações das elites para o lazer. Paraíso (2011) usando artifícios recorrentes na literatura local faz uso de certo apelo histórico, isto é, um saudosismo de uma época idílica para as elites e perdida nos tempos atuais. O autor se refere às hospedagens como estabelecimentos charmosos, mágicos, elegantes entre outros adjetivos. Contudo a referência é a cidade de Recife e seus arredores mais antigos: Poço da Panela, Casa Amarela, Madalena, Casa Forte, Monteiro, entre outros. Não faz referência a nenhuma hospedagem digna, nas condições elencadas pelo autor, para Boa Viagem.

A área litorânea de Boa Viagem era usufruída, portanto, para abrigar as elites que não tinham o hábito de hospedagem em espaços públicos e compartilhados como os hotéis, mas em residências secundárias, prática já estabelecida desde o século XVII, sendo acrescida de características de lazer e de fruição do litoral.

Somando-se ainda uma certa permanência oligárquica onde o ideal de lazer para essas elites ainda estava associada ao ser servido e a transportar todas as comodidades da primeira residência para a segunda. Apesar da vida na praia trazer um ar de pitoresco e de improvisação, conforme nos apontou Araújo acima, o que as elites foram aos poucos construindo era, na prática, a reconstrução de suas vidas na primeira residência.

O que coaduna com as análises de Tulik (2011, p. 72) e de Assis (2003) sobre a transformação de sentido a partir da década de 1950. Tulik chama a atenção para o fato de que as segundas residências tendem a se tornar locais de residência permanente à medida que os transportes e a proximidade com os locais de trabalho permitam o trânsito diário entre as localidades.

Assis (2003, pp. 110-112), da mesma forma que Carvalho (2009, p. 57), ambos citando Becker, aprofundam essa leitura contextualizando com as transformações conjunturais no período do Governo Juscelino Kubitschek (1955-1960), onde as mudanças políticas e econômicas do chamado nacional desenvolvimentismo permitiram uma maior aproximação com o modelo de Turismo europeu: indústria automobilística, rodoviarismo e ascensão de novos estratos sociais de caráter médio e urbano.

É-nos necessário relativizar essas transformações também, uma vez que elas estavam contidas num processo de longo prazo e cujos efeitos não são sentidos na imediatez das ações dos sujeitos. A região de Boa Viagem da década de 1950 estava inserida na periferia de um sistema econômico dentro do próprio Brasil, capitaneado pelos Estados das regiões sul e sudeste, assim permanecendo por orientação das políticas promovidas pelas elites regionais (PERRUCCI, 1978).

A dificuldade de aquisição de bens de consumo como automóveis era representada pela cotação do chamado “dólar cadillac”, em vigor durante toda a década em estudo e que apresentavam preços diferenciados em hasta pública para a compra exclusiva de veículos que não eram produzidos aqui e sim importados dos Estados Unidos. O nome se refere à preferência pelo modelo esportivo Cadillac, um dos mais importados à época³⁵, mas que não se restringia a veículos de passeio. O Diário de Pernambuco apontava as dificuldades, mesmo pelos Governos, em adquirir veículos uma vez que

³⁵ “*Voltou a subir o valor do ágio dos dólares americanos*”, Diário de Pernambuco, 07.07.1954, p. 3; “*‘Dólar Cadillac’ adquirido por firma de Salvador*”, Diário de Pernambuco, 18.04.1956, p. 3; “*O ‘Dólar Cadillac’ foi adquirido por firmas do Recife e do Rio*”, Diário de Pernambuco, 20.03.1957, p. 8.

“A concorrência para aquisição de novas ambulâncias foi aberta entre firmas locais, em face de a CACEX e SUMOC³⁶ terem negado ao governo do Estado de Pernambuco câmbio especial para importação direta, dos Estados Unidos, de 8 ambulâncias. Esse câmbio requerido foi o mesmo que o Ministério da Fazenda costuma conceder para entidades governamentais. O dólar oferecido pelo Sr. José Maria Alkimin ao governo de Pernambuco atingia quase ao nível do chamado **dólar cadillac**, o que não correspondia à verba destinada para a transação, Com esse câmbio, em vez de 8 ambulância somente poderiam ser importadas 4.”³⁷ (grifos nossos).

Ainda mais ampliada é essa questão de buscar reprodução de modelos quando Barthel (1989) nos apresenta que na década de 1930, um total 51% das habitações do Recife eram formadas por mocambos (p. 64), enquanto que na década de 1960, esse percentual ascendeu para 60% (p. 74). É uma população significativa de excluídos sociais que não tinham condições de adquirir veículos importados e cotados em moedas estrangeiras.

Ademais a autora ainda expõe que somente na administração do prefeito Geraldo Magalhães Melo, 1969-1971, apenas 30% das ruas do Recife estavam pavimentadas.

Na década de 1950 a praia de Boa Viagem estava transitando entre uma ocupação a partir de segundas residências voltadas para o lazer e ligadas ao status da ocupação da praia por uma camada social minoritária, isto é, as elites locais; ao mesmo tempo em que já prenunciava uma ocupação permanente por parte dessa mesma camada social. Sendo, contudo o espaço já disputado também por outras camadas sociais como os camponeses chegados com o intenso êxodo rural, além de pescadores e trabalhadores vários.

³⁶ A Carteira de Comércio Exterior – CACEX, foi criada pelo Governo Vargas em 1953 para controlar importações e exportações, enquanto a Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC, criada em 1945 também pelo Presidente Vargas, foi substituída pelo Banco Central em 1964. Conforme <http://www.bcb.gov.br/pre/Historia/Sumoc/historiaSumoc.asp>, acesso em janeiro de 2016.

³⁷ “Vendido o ‘Dólar Cadillac’ ao prêmio de Cr\$ 260,50”, Diário de Pernambuco, 06.02.1958, p. 9.

Além de lazer, das ocupações elitistas e populares, esse período também marcou a lenta transformação para um modelo de Turismo como se compreendia a época: um Turismo industrial³⁸, pelo qual se apresenta um

“show do que o mundo tem de maravilhoso [...] [onde] quem diz turismo diz indústria de turismo, ou seja, uma organização capaz de tornar a visita aos países distantes e a vista das coisas maravilhosas uma empresa de prazer e confortos, dignas férias para os trabalhos de cada dia. Repouso para o corpo e para o espírito.”³⁹

Uma indústria de Turismo que, segundo o próprio Diário de Pernambuco, ao desejar fazer concorrência à Paris e Londres⁴⁰, ainda não tinha se voltado majoritariamente para o turismo de sol e praia.

Entendemos a importância das segundas residências como parte da materialização das práticas da vilegiatura marítima. Ambas, residências secundárias e vilegiaturas, ajudaram a implantar um hábito moderno, europeu e socialmente distintivo de classe, tornando-se uma necessidade à medida que foi se mesclando ao processo de ocupação da praia de Boa Viagem. Tornando-se também parte dos conflitos por apropriação do litoral.

³⁸ “*Mais um hotel para o Recife*”, Diário de Pernambuco, 10.01.1950, p. 4.

³⁹ “*Rio de Janeiro, cidade de turismo*”, Diário de Pernambuco, 29.11.1951, p. 4

⁴⁰ “*Os atrativos do Recife e a indústria do turismo*”, Diário de Pernambuco, 29.09.1956, p. 2.

1.4 Um olhar geográfico sobre o Turismo

Ao estudar o Turismo em implantação numa área da cidade do Recife, percebemos que uma parte significativa dos trabalhos, como os de Costa (1981), Deprest (1997), Souza Júnior (2001), Galvão (2006), Silva (2007), Dantas (2009), entre outros que se voltaram para o tema têm sido produzidos pela Geografia, numa linha de estudos orientada para o que se tem denominado de Geografia do Turismo.

Pearce (2003, p. 26), numa leitura pragmática sobre a Geografia do Turismo, aponta que a “perspectiva geográfica pode contribuir para seu planejamento, desenvolvimento e gerenciamento [do Turismo]”, além de atuar como uma força auxiliar para as várias outras disciplinas que também lidam com o tema como a economia, a sociologia, a antropologia, as quais podem se utilizar das técnicas geográficas e de sua perspectiva espacial (p. 27).

Ao longo das leituras de pesquisas da Geografia do Turismo essa linha de ação ensejada por Pearce nem sempre prevaleceu. Estudos que privilegiam as linhas teóricas de autores como Milton Santos, David Harvey, Henri Lefèbvre, o pernambucano Manuel Correia de Andrade, mesmo eles próprios não trabalhando diretamente o Turismo, mas suas obras permitiram pensar a organização social do espaço apontando o Turismo como parte do processo, elencando posturas mais dialéticas e, portanto, mais conflituosas (SOUZA JÚNIOR, 2001; p. 13), não tanto instrumentalizadoras.

O Turismo dessa forma é visualizado como uma prática social que se apropria dos espaços e os re-organizam, criando o lugar turístico (CRUZ, 2003, pp. 5-7). O espaço assim construído não expressa em si liberdade ou repressão, mas pode condicionar práticas sociais que as determinem, como na função apresentada pelos discursos sobre os usos da praia que em si projetam a possibilidade de uma ampla interação entre as classes sociais (ARAÚJO, 2007; PEREIRA, 2008; AZEVEDO, 2004), e que O'Donnell (2013) e Bartelt (2013) criticam como sendo um mecanismo discursivo produzido e apropriado para ofuscar as diferenças sociais que não desaparecem na praia.

Sobre o espaço Santos (1985, pp. 21-22) o apresenta como uma totalidade produzida pela sociedade sendo inseparável da idéia de tempo e onde os elementos que o constituem acabam por mudar, resistir, coexistir ou

sumir, mas que atuam sempre em conjunto e não isoladamente. O autor assim apresenta uma visão dialética que, ao lidar com o fator tempo, enseja uma perspectiva de que o espaço já tinha uma História antes do período observado e que para compreender sua organização é preciso lidar com quatro características fundamentais: forma, função, estrutura e processo (pp. 49-52).

A forma como sendo o aspecto visível da coisa, assumindo um padrão ordenado e que só se torna relevante a partir do momento em que a sociedade lhe atribui um determinado valor social, como o Turismo; a função como a tarefa esperada de uma forma, como o lucro e/ou lazer; a estrutura que se articula, se organiza e se constroi com o todo e o processo apresentado-se como uma ação contínua que implica continuidades e mudanças.

Essas delimitações que servem para abarcar conceitualmente o espaço geográfico possibilitam o seu estudo como o lócus da produção de um determinado território, propositadamente organizado por uma parcela da sociedade a partir da qual será exercida uma forma particular de produção.

O espaço geográfico se torna então um espaço-valor, uma mercadoria cujo valor se dá em função de sua utilidade ao processo produtivo e à realização do capital (SANTOS, 1981, p. 61). É por isso que todos os espaços não têm e, ao mesmo tempo, mudam constantemente de valor.

Deprest (1997, p. 93) se utiliza dessa compreensão para lidar com aquilo que Butler chamou de “Ciclo de Vida de um Destino Turístico”, marcado por meio das fases de “exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação” (apud LOHMANN; PANOSSO NETO, 2012, pp. 363-364). Para Deprest há na literatura turística uma idéia generalizada de uma certeza do esgotamento ou declínio dos locais turísticos, sendo que na perspectiva geográfica apontada por Santos e pela própria autora ao longo de sua obra, acontece é a constante transformação do valor dos espaços geográficos constituídos em lugares turísticos.

É uma visão diferente sobre o processo de transformação do espaço geográfico apropriado pelo Turismo, a partir da qual não se projeta um declínio ou esgotamento, mas uma contínua transformação porquanto está embasada num olhar dialético do espaço geográfico. Nas palavras de A. Roger sobre essa decadência,

“Compreendo perfeitamente que se fique preocupado com o caos ecológico, com a devastação sistemática do ambiente pela industrialização e pela urbanização. No entanto, não conviria esquecer que, até uma data recente, a humanidade não teve paisagens, limitou-se a habitar a região. Nesta perspectiva, rigorosamente, *morte da paisagem* só poderia significar uma coisa: o desaparecimento dos modelos que tornam possível a percepção estética, este luxo tardio, e não vejo qualquer sinal desse desaparecimento” (apud DEPREST, 1997, p. 138 – grifos da autora).

Aquém de pensar o lugar turístico como início – meio – fim, percebemos, a partir da praia de Boa Viagem, como ela foi passando por processos constantes de releituras num movimento onde as tensões entre os desejos, interesses e ações dos vários sujeitos envolvidos, moldaram os seus usos turísticos: veraneio, estagnação nos anos 1930-1940, segundas residências, residências permanentes e Turismo hoteleiro. São todas faces e fases de um mesmo processo de transformação.

Estas realidades moldadas ao longo do tempo e a partir do espaço são apontadas por Raffestin (1993, p. 06) como sendo um produto dos atores sociais, materializando-se na forma de territórios. O autor acompanha a perspectiva dialética de Santos, descrita acima, e a amplia chamando atenção para o aspecto relacional existente no interior do qual circula o poder, “consustancial a toda relação (...) presente em toda produção que se apóia no espaço e no tempo”.

Boa Viagem enquanto território construído possui discursivamente um campo sintático que Raffestin articula entre dimensão, forma, posição, entre outros pontos. Desses campos foi a posição da praia próxima do centro do Recife, que foi se tornando o elo discursivo que permitia sua incorporação à discursos outros: de exploração econômica para pesca, fazendas de coqueiros, de criações de animais, turísticos; de ostentação de status com residências de veraneio, repouso, etc.

Enquanto campo discursivo também é campo de poder e assim foi sendo construída com a praia sua identificação com o Turismo e desligando-se, ou

seguindo ainda Raffestin, apagando sua formação de territórios outros, como da pesca cujos sujeitos e práticas foram sendo empurrados para a praia do Pina, próxima à Boa Viagem, tornando-os pouco significantes nas estratégias de poder no novo território; ou ainda como fazenda de sargaços, conforme várias tentativas e reportagens do Diário de Pernambuco enaltecendo um produto explorado na Europa, sobretudo em Portugal, e que era farta e naturalmente produzido no litoral Pernambuco, mas ignaramente desprezado pelos empresários, agricultores e pelo Estado⁴¹.

Assim o lugar turístico, conforme apontou Cruz (2003), ou o território apropriado pelo Turismo, seguindo a leitura de Raffestin (1993), surgem da ação e das intenções dos sujeitos na ocupação do espaço geográfico, o qual vai dialeticamente metamorfoseando-se.

Boa Viagem como área que foi sendo apropriada pelo Turismo ao longo do século XX, tornou-se o lócus de um campo discursivo, onde a conjuntura dada se tornou um campo de relações de concorrências (CHARAUDEU; MAINGUENEAU, 2014, p. 91): Turismo, indústria, agricultura, lazer, pesca; a partir do qual se buscou deter o máximo de legitimidade e assim permanecer ou, retornando a Raffestin, superar as idéias e práticas concorrentes no espaço geográfico.

⁴¹ Coluna Editorial “*Fertilizante*”, Diário de Pernambuco 13.5.1950, p. 4; Coluna Editorial “*O Coqueiro, riqueza abandonada*”, Diário de Pernambuco 21.03.1951, p. 4; “*Crônica de Portugal*”, Diário de Pernambuco, 15.08.1951, p. 1; “*A Secretaria de Agricultura iniciou, quarta-feira última, a medição da área de sargaço*”, Diário de Pernambuco, 10.02.1954, p. 3; “*O Gado do Mar*”, Diário de Pernambuco, 16.01.1959, p. 4.

CAPÍTULO 2

OCUPAÇÕES GEOGRÁFICAS, CONFLITOS HISTÓRICOS, PRÁTICAS TURÍSTICAS

2.1 O litoral: talassoterapia, hidroterapia, helioterapia

Boa Viagem tem seu processo histórico ligado diretamente às atividades marítimas. Da produção de sal, transformado em estanco real e proibida durante o período colonial, à pesca, passando pelo caminho de contato com a metrópole e ainda relacionando-se com a proximidade com o porto de Recife, a localidade manifestou uma série de caminhos produtivos, os quais foram acrescidos como territórios de vilegiatura e Turismo ao percurso dos séculos XIX e XX (BARTHEL; 1989; DUARTE, 2005; ARAÚJO, 2007).

O litoral, assim, possui uma atratividade desenvolvida e associada a partir de um longo processo histórico ocidental onde novos usos e sensibilidades foram sendo construídos e erigidos por sobre significados os quais apenas conseguimos seguir seus indícios.

Dessa forma por vários séculos os europeus fizeram emergir metamorficamente a praia como um local de fascínio para aqueles que se vêem como visitantes, e as modificações da costa para fins de práticas turísticas continuam em crescente efervescência formadora, englobando, inclusive, áreas que inicialmente não eram consideradas adequadas às novas sensibilidade, necessidade e economia litorâneas (CORBIN, 1989; WESLEY, PFORR, 2009). Descrever e entender a dimensão do Turismo costeiro no mundo ocidental não é simples, porquanto ele representa um fenômeno complexo e que compreende uma mescla de dimensões econômicas, políticas e sócio-culturais do litoral e que, cada vez mais, sente as influências das forças econômicas globais.

Saindo de um estado de ignorância causado pelo desconhecimento dos mecanismos de atuação das forças naturais que dominavam os espaços marítimos, provocando medos diversos (DELUMEAU, 1996), os europeus e, sobretudo, suas elites foram, ao longo dos séculos XV em diante, mudando e moldando seus olhares, controlando e direcionando seus temores em relação ao mar, ao litoral, aos ventos, ao sol e a tudo o mais que a ele se referia.

Essa perspectiva é ampliada ao relacionar o relevo da terra como ponto de tensão: eram os desertos, as altas montanhas, as florestas, os pântanos, além do próprio mar, que se mostravam desconhecidos. Todos tinham um significado, sendo, contudo, algo que não mais conhecemos engolfados que foram por discursos e práticas que os domaram ao ponto de poderem ser, em partes, controlados (CORBIN, 1989, p. 16).

Ginzburg (2011) nos auxilia na compreensão desse processo histórico uma vez que o conseguimos visualizar privilegiadamente pelos olhos das elites européias que estavam sendo tocadas pela emergência desse novo objeto moderno: o litoral. As formas indiciárias, estes resquícios de historicidades materializadas em pontos dispersos de discursos vários, compuseram um novo paradigma onde o modelo de apropriação do litoral permitiu a criação e abertura de um recém criado território propício às práticas até então desconsideradas, ao menos para as elites.

Corbin (1989, p. 35), embasado neste olhar, apresenta o litoral como sendo o “território do vazio”, a partir do qual a natureza litorânea foi deixando de ser objeto de temor e sendo, lentamente, transformada em espetáculo e alçada a postura de um território de consumo possibilitando a invenção⁴² das práticas turísticas.

Ao transcorrer do século XVII em diante, o “*Grand Tour*” sedimentou entre os seus atrativos de estudos, contemplação e prazer além de passagens por cidades antigas como Roma, por artefatos antigos, História, artes, pessoas famosas no período, acresceu de viagens ao litoral, à praia e à vilegiatura marítima (CORBIN, 1989, p. 56).

É importante reafirmarmos o caráter classista expresso pelas práticas do “*Grand Tour*”. Eram as elites européias, aristocracia ou burguesia em ascensão, que estavam executando as viagens de aprendizado e apropriando-se de forma dialética das práticas e tradições das classes

⁴² O uso de termo “invenção” direciona o trabalho para a concepção acerca da construção social da realidade, afastando qualquer relação natural e remetendo a uma temporalização dos eventos, objetos, sujeitos, onde pode-se vislumbrar um momento de emergência, de fabricação ou de instituição de algo que surge como sendo o novo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, pp. 19-21).

populares dos lugares visitados, mesclando com seus próprios entendimentos, conceitos e pré-conceitos.

Assumindo um papel cada vez mais ativo numa sociedade que se industrializava e se urbanizava, a praia, suas águas e os banhos tornaram-se parte dessa revolução tecnológica que Foucault bem demonstrou estar indissociável da realidade bio-política a que foi submetido o corpo, tornando o litoral como parte de uma estratégia que se voltou para a criação de mecanismos de controle materializados em forma de saberes e de normalizações médicas e/ou especializadas (FOUCAULT, 1984, pp. 80-83), ultrapassando, assim, um olhar onde “o banho de mar ou de rio [...] era considerado uma distração imoral, própria do povo sem educação” (CORBIN, 1989, p. 71) para transformar-se em uma prática autorizada.

Lidar com as águas adquiriu formas novas, solidificando buscas por práticas chamadas de curistas (CORBIN, 1989, p. 69), a partir das quais se forjaram toda uma leitura hidroterápica que a tornava então parte das normas do viver e do sobreviver em sociedade. Do mar esperava-se a correção das fraquezas corporais, da reposição das energias perdidas na divisão social de uma Europa cujos centros urbanos promoviam uma “promiscuidade” entre as classes sociais (TURNATURI, 2001), e cujas elites se viam sem o vigor proporcionado pelo esforço físico das classes trabalhadoras.

O banho tornou-se terapêutico e a prática da talassoterapia normatizou no espaço litorâneo a mistura dos sexos e dos status sociais que poderiam fomentar uma aparente anarquia aos comportamentos. O litoral usado pelas classes populares foi sendo apropriado pelas elites europeias, “relegando ao povo miúdo costumes a partir daí estritamente circunscritos” (CORBIN, 1989, p. 91) e cada vez mais apontados como não corretos.

As práticas elitistas de usos do litoral foram se impondo e se transformando, promovendo algumas permanências e muitas rupturas. O prazer e o calor ascenderam na importância da prática talassoterápica, todavia o cuidado relacionado à saúde corporal nunca desapareceu: os banhos continuaram partes de uma prática salutar.

Dos banhos de mar, sem natação, mas apenas com mergulhos e resistência a força das vagas (CORBIN, 1989, p. 88), aos banhos nas frias águas do litoral norte europeu permaneceram até o século XIX muito fortes. Era ainda um objetivo mais terapêutico que vigorava associado ao processo histórico ocidental que fomentou os usos desses espaços.

A praia é um objeto natural, mas seus usos se deram a partir de processos históricos nem sempre localizados exclusivamente em seu próprio espaço geográfico. É já uma forma incipiente de manifestação da chamada “Economia Mundo” (HOBSEBORN, 1995; HARVEY, 2012; CAMARGO, 2003), mais fortemente sentidas ao longo do século XX, mas que já fomentava algumas transformações as quais atingiram incipientemente a praia de Boa Viagem enquanto estavam se consolidando na Europa do século XIX.

O início das práticas dos banhos de mar como vimos descrevendo projetou-se a partir da Inglaterra, da mesma forma como partiu dela as modificações para seu consumo também na forma de Turismo (PFORR; WESLEY, 2009, p. 15; PORTER, 2001, p. 21).

Temos então que as praias do litoral norte inglês foram favorecidas em sua exploração devido a vários fatores que não a exclusividade do “gênio inglês”, como o aumento do conhecimento científico, dos saberes medicinais, da busca por espaços elitizados entre a aristocracia, a burguesia, a classe média e os trabalhadores (PFORR; WESLEY, 2009, p. 18). Mas também a um processo mais amplo e que levou a derrota dos ingleses e a independência de sua ex-colônia americana (1774) como um fato que possibilitou uma maior atenção ao litoral norte da Inglaterra e mesmo contando ainda com algumas colônias em arquipélagos atlânticos, o contato com o oceano Atlântico mantinha-se alto devido ao território do atual Estados Unidos. Com a independência dessa importante colônia, a Inglaterra se voltou para os mares, portos, litorais e países que se punham ao norte, relacionando uma maior aproximação e apropriação do litoral.

Além disso, um outro fator que promoveu a ascensão desse novo território em formação foi a Revolução Francesa em 1789, a qual limitou o fluxo de ingleses e demais europeus transitando pela Europa. O fenômeno da

Revolução associou-se com a época expansionista napoleônica no século XIX (1804-1815). Estes fatos levaram os ingleses a se deslocarem em suas próprias terras e daí os banhos de mar e os balneários litorâneos crescerem, passando entre 1750 e 1911 de 07 para 145 resorts (PFORR; WESLEY, 2009, p. 18). Da mesma forma que aumentou a visitação interna. “Entre 1792 e 1815, a forçada contenção dos viajantes do Grand Tour (...) passa a fazer parte, desde então da descoberta do território nacional” (CORBIN, 1989, p. 143).

Continuando nessa linha é com a derrota napoleônica e a formação dos primeiros blocos de poder ensejados pelo capitalismo industrial e monopolista do XIX e materializado na política da Santa Aliança⁴³, que aspectos mais hedonistas afluíram às práticas de usos do litoral. Porter (2001, pp. 50-54) apresenta politicamente a ascensão desse novo modelo ligado ao prazer partindo de uma herança da aristocracia que tivera seus lazeres ameaçados pelos progressos chamados pelo autor de democráticos e que, na prática, faz alusão ao aumento de poder da burguesia. Estes progressos diminuíram o poder político da aristocracia, além da crise na agricultura e na legislação sobre herança, que também abalaram a posição econômica de proprietários fundiários.

Segundo o autor a aristocracia inglesa, modelar para as práticas turísticas então, “confrontada com o declínio das suas funções políticas e do seu poder social, [...] respondia exibindo-se ao mundo como uma classe de prazer (PORTES, 2001, p. 50), onde as velhas práticas de lazer transformavam-se em uma busca pelo prazer e não mais por um tempo útil, sancionado por atividades e pelos discursos científicos, médicos, religiosos e políticos.

Desses processos de transformações dos sujeitos e dos espaços geográficos, foi derivando uma diminuição dos usos das águas frias do norte europeu para, a partir do final do século XIX em diante, ascenderem as águas

⁴³ A Santa Aliança foi uma união realizada entre Rússia, Áustria e Prússia, selada no Congresso de Viena em 1815 e destinada a manter uma ordem na Europa depois de 1815, isto é, pós Napoleão. (HOBSBAWM, 1977, p. 165). Restaurar fronteiras, recoroar cabeças, desmontar os ideais revolucionários franceses exportados por Napoleão eram os objetivos propostos.

mais amenas dos litorais ao longo do Mediterrâneo e que Rauch (2001, p. 99) nos apresenta hedonisticamente como a “[...] maciez carnal da areia fina e da tepidez sensual das águas quentes”. Era o início do primado do sol e de seus efeitos sobre a pele, transformando as cores dos sujeitos, revelando novas formas de se olhar à natureza e os corpos e outros modelos para se qualificar como belos.

Estas lentas mudanças ampliaram os espaços geográficos usados para o lazer e para o Turismo, os quais foram se distanciando da Europa mesmo sem abandoná-la. Transformaram também a relação com as águas, assim promovedoras de um bem estar ligado ao calor tépido, o qual levou os sujeitos a substituírem os rápidos mergulhos nas águas geladas por uma mais longa imersão em águas mornas.

Além do calor do sol, da temperatura das águas e dos ventos menos gélidos, a partir dos anos 1920 as elites europeias passaram a valorizar a pele bronzeada, tornando-a um indício inequívoco de que o sujeito esteve em praias famosas e elitistas do período, como Cannes no litoral sul da França, de onde se adquiriu um tom de pele mais próximo a uma “suposta espontaneidade e à sensualidade natural dos negros [além de estar] mais perto da natureza” (URRY, 1999, p. 60).

Wisnton Churchill (1874-1965), primeiro ministro inglês durante a II Guerra Mundial (1939-1945), emblematiza as mudanças nos hábitos relacionados aos banhos de mar e a exposição ao sol em um curto espaço de tempo e vale a pena reproduzir um trecho de suas memórias, quando os soldados aliados estacionados no Egito em 1943, mostravam-se em roupas de banho, já bronzeados e sem demonstrar nenhuma preocupação com o sol, da mesma forma que eram acompanhados pelos seus superiores:

“Como mudam as coisas! [...] 44 anos antes, a teoria era de que a pele devia evitar a todo custo o sol [...] As normas eram rigorosas. Panos especiais eram presos por botões nas costas de nossas túnicas cáqui. Constituía transgressão militar aparecer sem o capacete [...] Éramos instruídos a usar grossas

roupas de baixo [...] Agora, no entanto, chegando a meados do século XX, muitos dos soldados brancos cuidavam de seus afazeres diários sem chapéu e despidos, exceto pelo equivalente a uma tanga. Aparentemente, isso não lhes fazia mal algum. [...] Imagino como os médicos explicariam tudo isso.” (CHURCHILL, 2015, p. 732)

Esse processo que projetou os banhos de mar pelos europeus para regiões além de seu próprio continente e de seu clima temperado e frio, não se liga apenas a uma leitura imperialista. Associa-se também a posturas dialéticas dos sujeitos partindo de um olhar classista dessas relações sociais. A ascensão da burguesia como parte das elites europeias, a formação de uma classe média prestadora de serviços ao mundo industrial em formação e, na base das relações de produção, a classe trabalhadora que se apropriou também de uma série de discursos e práticas das elites, passaram a incluir o litoral como parte de suas conquistas e empoderamentos.

O crescimento dos banhos de talassa popularizou a prática e fomentou a participação de maiores contingentes populares em ambientes até então considerados hierarquicamente distintivos para as elites europeias do século XIX. Corbin (1989), da mesma forma que Urry (1999) apontam que a aristocracia inglesa projetou-se para o litoral como uma primeira forma de se distanciar dos burgueses que tornaram populares os banhos termais.

Todavia foram as praias que findaram por se tornar um território de disputas classistas, onde inicialmente tentou-se restringir o acesso dos trabalhadores com criação de barreiras físicas e pedágios. Mas esbarrou-se na concepção legal de que o litoral não era particular e pertencia à Coroa inglesa.

É ainda Urry (1999) quem nos apresenta como parte desse cenário a ação dos trabalhadores como sujeitos de seus atos. Ao menos uma parte dessa classe social, com dinheiro e tempos livres conquistados, se movimentava na ocupação de áreas litorâneas distintas para seus usos em relação às elites. O balneário litorâneo foi o espaço majoritariamente

freqüentado e, até a Segunda Guerra Mundial, ir a praias estrangeiras ainda era uma ação que pertencia às elites.

Resultando disso que a ascensão dos litorais quentes foi uma das conseqüências dos conflitos de classes de uma Inglaterra, seguida pelos outros países europeus, em busca de distinção social. São os integrantes dessa classe ociosa, enriquecidos pela Revolução Industrial e favorecidos pelo Imperialismo europeu, que viajam para outros países em busca de locais mais privilegiados.

As práticas de usos do litoral, assim, não evidenciavam apenas um conflito entre as elites e a classe trabalhadora, mas entre as próprias elites europeias. E ao serem transpostas para o Recife a partir do contexto de abertura política e econômica do século XIX, agregaram-se aos conflitos das próprias elites locais. Araújo (2007, p. 59) constatou que até a exarcação da Ordem Régia de 21.12.1710, onde o rei “reconhecia que as sesmarias nunca deviam compreender a marinha, que sempre deve estar desimpedida para qualquer incidente do meu serviço e defesa da terra”, os usos do litoral não eram pacificamente compartilhados. A necessidade da Coroa Portuguesa se manifestar oficialmente reproduz como eram disputados os espaços litorâneos para área produtiva, mesmo que não fossem para o lazer.

As práticas talassoterápicas e suas subseqüentes formas, permitiram novas leituras e usos do litoral, contudo possibilitaram também a visualização de outros sujeitos que não as elites, ampliando um conflito que não era inexistente, mas que se tornou mais forte e complexo ao longo do século XX.

2.2 O litoral: A resignificação na pluralidade de territórios muito além do vazio

Boa Viagem sentiu, desde a chegada dos portugueses no século XVI, diversos processos em que foi sendo transformada em seus usos pelos vários sujeitos que ocuparam o espaço geográfico. As mudanças que acabaram direcionando para práticas turísticas fazem parte desses longos processos em que forças exógenas se fizeram sentir e forçaram um amalgamento entre os sujeitos: indígenas, colonos, escravos, proprietários, arrendatários, pequenos produtores, patrões, empregados, homens e mulheres.

Essas relações findaram por projetar diferentes usos para a praia e também ajudaram a construir uma pluralidade de sentidos e usos do litoral recifense, o qual ficou muito além da força das monoculturas agrícolas que foram e são ainda fortemente partes da realidade da região.

Do aspecto produtivo aos usos de lazer e turísticos, os estudos sobre o litoral constroem um olhar que acompanham, lentamente, os modelos dos centros de poder localizados, inicialmente, na Europa (FREYRE, 2004) e, após a Segunda Guerra, nos Estados Unidos (HOBBSBAWM, 1995). Nesse sentido os estudos marcam transformações que autores como Camargo (2007), seguido por Guimarães (2012) apontam como uma pré-história do Turismo no Brasil, ficando Boa Viagem dentro desses processos formadores que a engolfaram em campos maiores e muito além de seu espaço geográfico.

Dessa forma tem se tornado um consenso no qual as ações que promoveram as mudanças na população e, sobretudo, na classe ociosa⁴⁴, são marcadas quando da chegada da comitiva real portuguesa em 1808. A partir desse momento a Colônia portuguesa inicia seu processo de aproximação com a cultura europeia muito além do reino lusitano, absorvendo um novo conceito

44 “Classe ociosa” é um termo largamente usado por Alain Corbin (1989). Entre a burguesia e a aristocracia, o autor nota que não há uma diferença de classe, pois ambas formam um grupo elitista. Há sim diferenças de comportamentos. Daí a preferência no uso do termo ocioso para demonstrar que não está se falando da classe trabalhadora; acompanhando, assim, Veblen (1974), quem primeiro lançou o termo e estabeleceu o conceito. Pensamos que este termo é adequado quando nos orientamos para os sujeitos do século XIX, mas que se torna anacrônico quando passamos para o período republicano brasileiro.

que Gilberto Freyre chama de ocidentalização da cultura brasileira. Esse processo traduziu-se pelo consumo dos produtos europeus, originários da Revolução Industrial e lançados pelo Imperialismo britânico, e caracterizou-se pela aquisição, pela compra de artigos para casa, vestuário, para gozo (perfumes, sabonetes, cigarros, etc.), alimentação, transporte, recreação, entre vários outros (FREYRE, 2004, p. 556).

Dessa forma a chegada da Corte, a presença em maior número de europeus no Brasil do século XIX, levaram as elites a aceitarem cada vez mais o modo de vida europeu em detrimento dos costumes coloniais e a seguirem novas normas da sociabilidade, entre elas as relações com os usos dos espaços públicos para a fruição (SEVCENKO, 1998, p. 12). A praia, então, passou a ser um novo território, apontada como um vazio de significados mesmo que não fosse um espaço anecúmeno. Foi a partir deste contexto histórico que as praias foram sendo lentamente ocupadas pelas elites brasileiras, as quais lhes deram sentidos, usos e normas até então desconsiderados.

Todavia é importante ressaltarmos que a própria praia, não sendo objeto de uso em si mesma, também não nos permite entendê-la em absoluto como um espaço do vazio. Havia um seu uso significativo para a pesca, produção de sal, plantações diversas, além de ser usada como moradia das classes pobres, dos ex-escravos, mas sem a resignificação estética ou de fruição nos moldes apontados pelas camadas elitistas da sociedade brasileira ao longo do século XIX e reforçada discursivamente por leituras que se apropriam de um conceito materializado por Corbin e aplicado à realidade de países europeus. Entendê-la como um vazio é desconsiderar os usos por parte da população excluída socialmente, aceitando, unanimemente o olhar da classe ociosa e exógena, sem estabelecer nenhuma relação com o processo histórico em curso no local.

Assim enquanto a ocupação se baseava nessa linha de comunicação com a Metrópole, a praia era ainda lugar de despejos e expurgos das casas dos senhores. É renitente a imagem dos escravos, os chamados “tigres”, que toda manhã saiam pelas ruas das cidades levando toneis

carregados de fezes acumuladas nas residências e indo jogá-las nos rios próximos e no mar. Sem esquecer também que o areal da praia servia de cemitério para aqueles que a Igreja não reconhecia como pertencentes ao seu rebanho: negros pagãos, hereges, judeus, ciganos e outros indivíduos, todos considerados indignos de receberem enterro cristão e de serem sepultados em solo sagrado (TOLLENARE, 1978, p. 42 ss.; FREYRE, 2004, p. 313; ARAÚJO, 2007, p. 80).

A Revista carioca “Semana Illustrada”, circulava em 1861 retratando o significado social das águas como local para os despejos dos dejetos acumulados. A figura 2 exibida abaixo, produz já uma representação crítica da Revista que demonstrava o quanto as elites sentiam-se incomodadas com algo que, até aquele momento, eram práticas comuns. Os usos dos espaços públicos estavam em processo de transformações e novas sensibilidades afloravam para a classe ociosa.

Figura 2: Os “tigres”, escravos e escravas que tinham a função de recolher as fezes acumuladas e jogá-las nos rios ou no litoral, e os odores que passaram a serem repugnados pelas elites.

Fonte: Revista Semana Illustrada, no. 03, 1861.
[HTTP://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/](http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/), acesso em janeiro de 2016.

Ademais é ainda Tollenare, um francês que estava negociando algodão em Pernambuco entre 1816 e 1820, quem nos indicia a perceber que as populações pobres que viviam ao longo da faixa litorânea usavam a praia para formas de “recreação” próprias, expressando “hospitalidade” e prazeres em desfrutar de aspectos da natureza litorânea. Segundo o cronista:

“...num pequeno povoado, à beira-mar, chamado Boa Viagem (...) os crioulos brasileiros, reservando o dia para dormir, estavam reunidos em frente às suas casas para gozar a frescura da noite. As raparigas cantavam e as mulheres dançavam ao som das suas canções. (...) Esta boa gente nos recebeu com muita cordialidade, e nos forçou a aceitar um gole de genebra.” (TOLLENARE, 1978, p. 43).

Também Azevedo, citando Câmara Cascudo (apud 1988, p. 8), conclui que não encontrou documentação sobre a tradição do mar na credence popular, e reproduz as idéias populares de que “o mar é um ser com vontades”, ou ainda que em “praia que mulher toma banho não tem peixe”. É neste aspecto da materialidade do discurso que nos prende a presença de um contra discurso, pelo qual o autor aceita uma forma de saber por parte das classes populares, mas retira-lhe qualquer relação de poder.

O olhar de Cascudo, acolhido por Azevedo, remete a uma ausência de práticas semelhantes às citadinas. O banho de mar é visto como coisa de gente da cidade (AZEVEDO, 1988, p. 9) e, no entanto, as mulheres da classe trabalhadora usam o mar para tomar banho, o que remete a uma série de interdições, constatada pelo mesmo Cascudo. De forma que a questão estava sendo exposta, mas promovendo um silenciamento de formas outras de usos da praia que não fossem as permitidas pelas classes ociosas do século XIX e pelas elites do século XX. A praia assim era vista como um território do vazio,

mas apenas pelas elites que se voltavam para ela com um olhar sobre um objeto como novo.

Para reforça um pouco mais o problema é citado por Pereira (2008, p. 24) que a praia também era um local para a permanência e prática de atos religiosos de matriz africana. Os terreiros de xangô se estabeleceram em vários locais sempre próximos às comunidades populares. É dessa forma que a praia do Pina, área limítrofe com a praia de Boa Viagem, foi sendo ocupada quase que exclusivamente pela classe trabalhadora, a qual levou suas práticas e religiosidades. Criando assim uma outra relação com o mar que não apenas de trabalho e sobrevivência, mas alheia às elites e, assim, distante dos discursos de usos apropriados para o litoral.

2.3 Recife: outros territórios além do vazio

A praia de Boa Viagem se desenvolveu com um outro significado a partir da primeira década do século XX quando, herdeira dos saberes médicos e das transformações urbanas, econômicas e sociais que o próprio Recife vinha absorvendo a partir de práticas europeias, passou a ser usada pelas elites e classe média pernambucanas. Enquanto que as camadas populares e urbanas tornaram-se mais regulares e expressivas na fruição da praia nos mesmos moldes, apenas ao longo da década de 1930, a partir da tomada de poder por Getúlio Vargas (1930-1945) e a consequente ascensão de seu interventor em Pernambuco, o advogado e professor de geografia Agamenon Magalhães (1893-1952) (ARAÚJO, 2007, p. 18).

Foi o chamado tratamento talassoterápico, prática curista bastante comum na Europa do século XVIII e adotado no Brasil entre a segunda metade do XVIII e ao longo do XIX (FERREIRA, 1994; ENKE, 2013; AZEVEDO, 1988), que se constituiu como uma das forças motivadora para os primeiros banhistas que se aventuraram além dos rios do Recife e das praias de Olinda, estas primeiras a se tornarem local de veraneio com bastante afluência de pessoas que a buscavam para recreio.

Ao longo do século XIX práticas ainda não turísticas foram sendo forjadas e acabaram por produzir uma evolução que projetou o espaço litorâneo de Boa Viagem para fruição e, desse ponto, para a exploração do Turismo a partir do século XX.

Dessa forma a classe ociosa recifense do século XIX se tornou receptora e foi tendo acesso, assimilando e disseminando a prática dos banhos, de rios e depois de mar, os quais acabaram virando objeto de modismos entre ela própria, mas se esparramando socialmente, incisivamente a partir do século XX, quando as classes trabalhadoras citadinas passaram a atuar como sujeitos dentro desse processo de transformação.

A fuga das tropas napoleônicas e a consequente chegada da Família Real portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808 promoveram duas

rupturas significativas no Recife do século XIX. A primeira é percebida por Freyre que chama a atenção para um abandono de práticas mais orientais, ligadas às relações coloniais econômicas dentro do mundo atlântico português (conf. p. 113 acima).

A segunda foi a aproximação com as práticas sociais e econômicas existentes na Europa do mesmo período. Foi uma europeização dos modos de vida recifense, segundo Freyre (2004), que projetou um aburguesamento, segundo Jurandir Malerba (apud CAMARGO, 2007, p. 100), das relações sociais além da adoção de formas econômicas cada vez mais próximas ao capitalismo em formação na Europa.

Essas mudanças lançaram a cidade como elemento centralizador das relações sociais e econômicas, promovendo um lento, mas irreversível abandono e releituras dos modos de vida ligados aos engenhos, ao latifúndio da cana de açúcar, as relações entre proprietários e não proprietários, trabalhadores e patrões, homens e mulheres, adultos e crianças. Em suma uma forte ruptura ao modo de vida colonial.

O Recife que até então era ocupado mais intensamente nos períodos de venda do açúcar para a metrópole portuguesa e tendo já uma prática de residências secundárias (conf. p. 94 acima) passava a viver um maior e mais intenso contato social a partir da circulação nas ruas, da proximidade das casas, da frequência dos casebres e mocambos próximos, muitas vezes construídos colados aos muros das residências das elites e que não feriam ainda a sensibilidade de sujeitos que conviveram por séculos com as paredes das senzalas nos quintais.

Ruas que não eram simplesmente espaços abertos ou espaços de circulação, mas passaram a ser vistas como espaços públicos, a partir do qual novas regras exprimiam ideias de ausência de distinção por sexo, idade, cor ou dinheiro. Onde o poder passa, lentamente, às mãos do Estado não mais de particulares ou famílias (FREYRE, 2004).

Como parte da construção dessas características, a cidade de Recife ascende em 15 de fevereiro de 1827 à posição de capital da província

de Pernambuco, retirando o papel tricentenário ocupado pela cidade de Olinda até então. Fato reforçado pela economia gerada com a proximidade do porto, o qual intensificou os contatos sociais e potencializou as mudanças econômicas.

O porto e a abertura promovida com a Família Real portuguesa transformaram o Recife num grande empório que atendia ao interior e às províncias adjacentes, dotando a cidade da qualidade de posto comercial e núcleo econômico por excelência da região chamada de norte e que se constituía, além de Pernambuco, das províncias da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Alagoas, parte sul do Ceará e do Piauí e parte norte da Bahia (ARAÚJO, 2007, p. 136). Aumentando, assim, o seu raio de influência e reforçando posturas de poder que permanecerão ao longo do tempo nas mentalidades dos sujeitos tanto do litoral quanto do interior.

Nessa cidade mais aberta à circulação de sujeitos e mercadorias, foram sendo definidos momentos onde os contatos entre as classes se tornavam socialmente aceitos: procissão, carnaval e mais tarde a faixa litorânea. É Freyre ainda quem nos reproduz os arranjos sociais da classe ociosa para tentar controlar determinados espaços públicos, onde o padrão passou a ser os da própria elite, exercendo o controle por meio de uma legislação rígida sobre o comportamento daqueles que estavam de fora das elites. Dessa forma

“... os jardins, os passeios chamados públicos, as praças sombreadas de gameleiras e, por muito tempo, cercadas de grades de ferro semelhantes às que foram substituindo os muros em redor das casas mais elegantes, se limitaram ao uso e gozo da gente de botina, de cartola, de gravata, de chapéu-de-sol [...] ao uso e gozo do homem de certa situação social [...] [e] não só aos negros [...] como aos próprios caixeiros de chinelo [...] e até de portugueses gordos de tamanco [...] estavam fechados aqueles jardins e passeios chamados públicos.” (FREYRE, 2004, p. 32).

Durante esse século dois hábitos sociais foram sendo apropriados pela classe ociosa recifense: os banhos de rio e os banhos de mar. Primeiro de caráter curistas para depois serem transformados em atos de lazer que demarcavam socialmente aqueles que os praticavam. Os banhos possibilitaram a transformação de espaços geográficos naquilo que Raffestin (1993, p. 8) aponta como produto dos atores sociais em articulação com dimensão, forma, posição, isto é, com o espaço, conforme mencionamos no Capítulo 1.

Os banhos, de rio e de mar, resultaram da combinação de ações conduzidas pelos sujeitos, os quais ao se apropriarem do espaço transformaram-no num território concreto, isto é para tomar banho, e abstrato como representações de lazeres (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Mais tarde essa apropriação do espaço da praia, ensejou a mudança de um território já consolidado para o lazer, em uma nova representação que se tornará o Turismo.

Da segunda metade do século XVIII até a década de 1840 as elites recifenses passaram a se deslocar durante o verão, acompanhando o curso do rio Capibaribe e, fugindo da cidade, de suas epidemias de febre amarela, ou ainda das partes sujas dos lixos jogados no rio, seguiam as águas e iam tentar curar seus males físicos ou simplesmente e, já no século XIX, passar a temporada de recreio e de descanso, banhando-se, passeando, navegando, frequentando casas secundárias que projetavam o conforto deixado nas casas principais em Recife (ARAÚJO, 2007, pp. 86-92).

Eram as práticas das vilegiaturas que se estavam projetando nas práticas sociais da classe ociosa recifense do século XIX e que foi reforçada pelas transformações política e econômica que a Corte promoveu com a Abertura dos Portos às Nações Amigas de Portugal e Algarves. A importância desse rito moderno foi sentida a partir das construções das casas que passaram a projetar-se de frente para o rio.

A vilegiatura ribeirinha entra assim como parte das transformações sociais e territoriais em que se privilegia o destino final do deslocamento. Ainda

não conseguimos visualizá-la como Turismo uma vez que não percebemos nos autores consultados a prática de consumo nos moldes capitalista. A classe ociosa se deslocava em proveito próprio. O mesmo banho, destino final, é apresentado por Freyre como parte da distinção social da classe, como apresentou Veblen (1974, p. 321) onde o consumo era usado como fator de diferenciação e não de acumulação de capital.

A partir dos banhos, de rios e depois se tornando hábito cotidiano com o regalo da água morna e sabão perfumado, “os fidalgos das ‘cazas nobres’ se orgulhavam de não feder a negro nem a pobre” (FREYRE, 2004, p. 314). Pobres e negros que também se banhavam em vários locais, ao sabor das suas necessidades e desejos próprios e “que, nos lugares mais públicos [...] despiam-se de seus mulambos, de seus trapos de estopa ou de baeta, e iam tomar banho completamente nus.” (FREYRE, 2004, p. 315).

A vilegiatura ribeirinha projetou posturas para a classe ociosa, que as impuseram as demais classes, criando permissões e proibições de acordo com o seu modelo de mundo.

Além disso, o novo hábito era bancado a expensas dos próprios usuários. A expansão da ocupação ribeirinha não foi acompanhada de uma ação urbanizadora dos poderes públicos. As ocupações se deram por responsabilidade de seus proprietários, que arcavam com todas as dificuldades que a ausência de uma infra-estrutura supunha. Arcando cada família ou particular com soluções próprias e individuais para os banhos, o transporte e a hospedagem (ARAÚJO, 2007, p. 114)

Ajudava a essa privatização da ocupação e das ações dos proprietários o fato dos locais as margens do rio Capibaribe serem áreas de engenhos, os quais não conseguiram passar pela crise econômica do século XIX, transformando-se em engenhos de fogo morto e, retalhando suas terras, colocaram-nas à venda. A ocupação então foi toda privada, sem presença, anuência ou estímulo e interferência dos poderes públicos, ao menos até 1830.

Desse momento em diante a consolidação da abertura econômica projetou um processo de modernização que se revestia também na

implantação de infra-estruturas básicas, como as aberturas de estradas de terras e calçamentos, ligando a região ao centro do Recife e deslocando a importância do rio como ligação e transporte; além dos serviços de abastecimento d'água, iluminação e saneamento.

É o momento em que lentamente a vilegiatura ribeirinha começa a declinar como parte das práticas de lazer e inicia-se a ascensão das praias, sendo as de Olinda muito fortes até início do século XX. Contudo já havia “quem buscasse se isolar no distante povoado na praia de Boa Viagem” (ARAÚJO, 2007, p. 130).

Os banhos de rio mostram que o Recife estava se europeizando, entrando em sistemas sociais e econômicos que estavam além de suas fronteiras físicas. Promoveu toda uma sociabilidade que será novamente apropriada e ressignificada em contato com o litoral. A vilegiatura marítima possui o mesmo nome, mas não o mesmo sentido. Sofrerá mutações de conteúdos e de significações, tornando-se o novo, sem, contudo, desligar-se totalmente do antigo. Uma dialética que dá concretude a fatos isolados e apontam para as relações existentes que se mantêm entre si. (SANTOS, 1985, p. 11 e 14).

2.4 Boa Viagem: Uma praia ainda distante ou como continuamos *caranguejos*⁴⁵

O difícil acesso e isolamento relativo, a considerada devassidão ao olhar que impedia a privacidade familiar procurada pelas elites locais, tornavam Boa Viagem uma praia pitoresca mas não apta aos usos do litoral correntes no século XIX. Além disso, o próprio litoral e zona da mata sul eram menos habitados que o norte, razão atribuída à maior concentração das usinas e de riqueza dos canaviais, dando maior poder aos engenhos e aos seus senhores (PERRUCCI, 1978, p. 92). O sucesso da produção açucareira no sul fomentou uma constituição histórica distinta da região norte (PALLACIOS, 2004), a qual vai ser sentida na ocupação de Boa Viagem de forma secundária às praias de Olinda.

Foi a partir da segunda metade do século XIX que Olinda, antiga capital da província, foi se direcionando para um renascimento econômico a partir de uma ocupação como local de recreio. Puxada pelos problemas econômicos que também levaram os seus engenhos à falência e seguindo as práticas de sucesso que atraíam as elites para os subúrbios ribeirinhos de Recife, Olinda passava a “... acolher a gente do Recife: gente abastada que a procuraria para um retiro temporário, ou simples trabalhadores remediados, profissionais liberais, militares, funcionários públicos...” (Valthier, apud ARAÚJO, 2007, pp. 248-249).

É interessante observar dois aspectos a partir deste fato histórico: primeiro foi que havia um processo ligado aos rios que puxava uma nova ocupação para o interior. Contudo, na segunda metade do século XIX essa região ribeirinha já era considerada de moradia permanente, cujas interferências estruturais e modernizadoras dos governos findaram por aproximar esses subúrbios ao centro do Recife. Diminuindo o isolamento e as distâncias, acabou-se por promover uma busca por outros locais para praticar-se o lazer.

⁴⁵ “arranhado como caranguejos, a costa do Brasil” é uma expressão usada por Frei Vicente do Salvador (1972), cronista do século XVII e que se referia a limitação da ocupação colonial quase que inteiramente litorânea.

Como resultado voltou-se para a continuação da ocupação “caranguejo”, na expressão de Frei Vicente do Salvador (1972). O que significou a permanência da linha de ocupação ou, neste caso reocupação, do litoral e a não continuação dos banhos de rios e, com isso, o arrefecimento do processo de interiorização da ocupação capitaneada pelas elites em pleno século XIX.

O crescimento da cidade do Recife para áreas além do litoral vai sendo recriado ao longo do século XX, a partir de intensos e conflituosos processos que não cabem aqui serem abordados⁴⁶. Mas os êxodos rurais, a apropriação territorial da própria cidade do Recife pelas elites, a expulsão dos mocambeiros e a destruição dos seus mocambos, a criação das vilas operárias e, na década de 1960 em diante, o processo de criação do ideal de metropolização regional foram critérios que agregaram novos atores e disputas territoriais em várias direções da área do Recife.

O segundo aspecto a partir da reocupação econômica de Olinda voltada para o lazer foi a afluência de camadas sociais além da classe ociosa recifense, como demonstrou a fala do engenheiro francês Valthier, mencionada anteriormente. Esse aspecto estava ligado diretamente ao fato de Olinda ser mais densa e antiga de habitação. Já em 1855, Cláudio Dubeux administrava uma linha de ônibus – carruagem puxada a cavalos - para transporte de Recife-Olinda, e em janeiro de 1867, conforme a Figura 3, era inaugurado o primeiro sistema de transporte urbano sobre trilhos do país, a maxambomba⁴⁷, o qual facilitava os deslocamentos dos arrabaldes ribeirinhos – Madalena, Várzea, Apipucos – para a cidade de Olinda (DUARTE, 2005).

⁴⁶ A tese de doutoramento de Diego Souza, já publicada, é uma boa leitura inicial para a percepção dessa expansão espacial conflituosa. SOUZA, D. B. I. de **Reconstruindo Cajueiro Seco**: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-1964). São Paulo: Annablume, 2010.

⁴⁷ “curruptela da expressão inglesa ‘machine pump’, isto é, ‘machinebomba’, uma vez que a tradução de ‘pump’ é bomba” (DUARTE, 2005, p. 62)

Figura 3: O trem da Maxambomba em sua estação mais famosa e existente até hoje, a Ponte d'Uchoa. Sua implantação favoreceu um maior deslocamento de público em direção à Olinda em busca dos arez marinhos. Fonte: Museu da Cidade do Recife.

Essas questões, antiguidade e menor dificuldade de acesso, projetaram entre 1880 e 1920, a explosão de Olinda como área de lazer que passou a ser vista e usada como o balneário por excelência da capital pernambucana. É um processo rápido de intensa movimentação e ocupação de moradias, que saem de casas de taipa para as de alvenaria já na primeira década do século XX; ganha abertura e calçamento de ruas, cinema (1909), iluminação elétrica (1911), praças, coretos, cassinos, hotéis, bares, restaurantes, tudo com incentivo Estatal e que objetivavam consolidar a cidade como importante centro balneário, o que foi estimulado pela implantação, em 1915, de bondes elétricos e, com ele, o aumento da afluência de visitantes e veranistas (ARAÚJO, 2007, pp. 264-341).

Essa visão apresentada pela pesquisa empreendida por Araújo (2007) é parte de um dos poucos trabalhos realizados sobre a ascensão das

praias como áreas integradas às realidades dos moradores do litoral de Pernambuco. Contudo o objetivo de Araújo não são as formas de lazeres ou mesmo a prática do Turismo, termo que não é usado, mas que, sobretudo o primeiro, é parte intrínseca da ressignificação do litoral no período. Um olhar tendo o Turismo como objeto para análise poderia nos clarificar sobre o real tamanho do sucesso do balneário, das práticas econômicas envolvidas nos usos dos lazeres, na constituição dos sujeitos turistas, na construção de uma economia do Turismo para sustentação da localidade, sobretudo o quanto essa infra-estrutura atingia efetivamente o objetivo de transformar o balneário em algo economicamente produtivo e viável, substituto ou complementar de outras fontes produtivas.

São questões em aberto e que necessitam do espaço de outras pesquisas para serem entendidas, mesmo que tangencialmente.

Um pouco além dessas interrogações, o resultado dos usos do litoral olindense para o lazer marítimo fomentou dois pontos que atingiram a praia de Boa Viagem em seu processo de integração às novas formas de usos litorâneos. O primeiro foi manter um pequeníssimo fluxo de freqüentadores, o que resultou na manutenção de seus aspectos considerados no período como sendo “pitorescos”, na forma de conservação de uma paisagem vista como “natural”⁴⁸ e intacta por um tempo mais longo. E o segundo foi produzir acomodações às práticas ribeirinhas e aos modelos europeus como o banho em ondas, o uso da areia da praia, a exposição ao sol e aos olhares, as roupas de banho cada vez menores para homens, mulheres e crianças, o convívio diferente entre as classes sociais. Aspectos que foram sendo relidos, reapropriados e transformados quando das ocupações de Boa Viagem.

O suscitado sucesso do balneário olindense também foi apresentado por Araújo (2007, p. 290) como um dialético problema não resolvido, uma vez

⁴⁸ Conforme Santos (1985, p. 8), o meio ecológico não é a natureza selvagem, mas o meio já modificado e cada vez mais técnico, onde as obras humanas vão sendo acrescentadas, tornando-o um novo meio a partir daquele já existente. Neste sentido, a natureza de Boa Viagem vista como “natural” na segunda metade do século XIX era já uma forma adequada pelos sujeitos que estavam lá anteriormente e idealizada pelos novos que chegavam. A natureza “natural” seria, de acordo com o autor, aquela encontrada até o momento em que o homem social passou a existir.

que o processo de urbanização supôs um abandono das características valorizadas e idealizadas de natureza simples, o que projetou a praia a um relativo abandono elitista, apesar de nos perguntarmos se as demais classes continuaram usando e de que forma.

O processo de usos do litoral da cidade de Olinda não impediu o desenvolvimento dos usos do espaço litorâneo de Boa Viagem. A dinâmica de ocupação da praia do litoral sul tem seu próprio processo que foi acrescido das práticas ensejadas a partir de Olinda. Para compreendermos melhor, seguimos no tópico seguinte como percebemos esse longo processo do beira mar.

2.5 Boa Viagem: O processo histórico do beira mar.

A praia de Boa Viagem, localizada ao sul da cidade do Recife (ANEXO A), limita-se com mais duas praias pertencentes ao território da capital: o Pina e Brasília Teimosa. Todas tiveram processos e tempos de ocupações distintos, ficando as duas últimas muito mais ligadas a uma ocupação popular e próximas às classes trabalhadoras do que a primeira. Mas ambas sofreram grande influência e interferência pela proximidade com Boa Viagem.

Essa diferença de ocupação fez parte das ações dos sujeitos que transformaram os usos de Boa Viagem para espaço de vilegiatura e posteriormente para o Turismo. Foram direcionamentos intencionais, articulados a posturas econômicas e de hierarquias sociais moldadas nas mentalidades dos sujeitos em seus tempos históricos e que promoveram, na faixa de praia, uma valorização que se traduziu posteriormente em lucros para determinadas classes da sociedade (BARTHEL, 1989 p. 19).

Até a invasão dos holandeses no século XVII, a região era pouco ocupada e estava ligada às necessidades do porto do Recife. Na Ilha do Nogueira, no Pina (ANEXO B), havia um posto de abastecimento que servia para escoar, por meio do braço sul dos rios Capibaribe e Tejipió, os mantimentos vindos do interior, mas que devido as dificuldades de acesso não possuíam muitos residentes e, em sua maioria, eram trabalhadores.

Além dessa ligação a região era também local de passagem do Recife em direção ao sul do Estado. Era o “caminho do sul” que comportava a travessia de barco pela bacia do Pina e cujas trilhas seguidas pelos viajantes serviram para marcarem a construção das atuais Avenidas Boa Viagem (Beira Mar) e Barão de Souza Leão (DUARTE, 1970, p. 83), a qual conduzia até os Montes dos Guararapes e de lá em direção ao município do Cabo, a comarca das Alagoas e seus engenhos. Foi esse percurso utilizado por Tollenare no século XIX e que o levou a conhecer a praia e as gentes de Boa Viagem (conf. indicação na p. 115).

Apesar de não ser, nesse período, o caminho mais utilizado uma vez que havia sido construída, no final do século XVII, a ponte do Motocolombó sobre o rio dos Afogados e que criou um caminho mais rápido para o sul. Esse fato tornou o “Caminho do sul” numa rota antiga sendo, contudo, criador de uma certa privacidade para a praia, deixando de ser uma rota de deslocamento obrigatório. É a essa constituição histórica que as elites se apropriaram nos anos iniciais do século XX, ressignificando-a.

Com a ocupação dos holandeses em 1630 e a construção do Forte Schoonenburg, ainda no Pina, a população fugiu para a praia de Boa Viagem, lá permanecendo ao redor da área que foi erigida a Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem. Assim após a saída dos holandeses e a retomada territorial pela Coroa portuguesa, a área – Brasília Teimosa, Pina e Boa Viagem - ficou constituída como parte da doação em 02.09.1653 para Antônio Mendes (ARAÚJO, 2007, p. 440).

Essa doação na forma da sesmaria da Muribeca era constituída de uma área onde não se tinha condições propícias para a tradicional exploração econômica do açúcar, mas que foi sendo usada então para práticas econômicas secundárias na colônia: plantação de coqueirais, pesca, roçados de feijão e milho e onde, muitos dos que lutaram contra os holandeses “acampados nas ilhas do Pina, [...] com suas famílias para comemorar a vitória contra o invasor, em três dias de batuque na praia onde foram estabelecendo moradia” (PEREIRA, 2008, pp. 11-12).

Até esse momento a marca da região era como sendo lugar de pretos, forros, pobres e, muitas vezes bandidos. Um local de alagadiços e manguezais que era desprezado como área para ocupação pelas elites recifenses, além de ser considerado muito distante e de difícil acesso.

Uma mudança nessa visão se deu a partir de 1707, com a construção da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem. Esse fato possibilitou uma ocupação mais contínua por parcelas menos populares da colônia, mas ainda não das elites, contribuindo para uma formação mais distanciada dos simples trabalhadores estabelecidos. Somando-se a isso a promoção da festa anual de Nossa Senhora dos Navegantes a qual também ajudou a popularizar

o local, promovendo sua entrada no calendário litúrgico e recebendo, a partir disso, vários romeiros.

A festa litúrgica não diminuiu as distâncias nem facilitou o acesso e a travessia de barco e dos alagadiços, mas possibilitou que o Padre Leandro Camelo construísse quartos ao redor da Igreja para abrigar aos romeiros uma vez que não se podia ir e voltar no mesmo dia (DUARTE, 1979, p. 84).

O Padre criou um hábito que permaneceu como parte da vida comercial dos moradores, os quais vendiam seus produtos durante as festividades, mas que foi se tornando cada vez mais ativo pelos visitantes que passou a atrair, ainda pequenos, mas já significativos para a simples economia praticada.

Araújo aponta que um século mais tarde, já em torno de 1840, registrava-se a presença de pessoas do Recife para passar as festas da padroeira que coincidiam com as festas de fim de ano, as quais coincidiam também com o verão e os tempos em que as elites iniciavam a debandada da cidade do Recife e iam para suas residências segundas às margens dos rios (ARAÚJO, 2007, p. 451).

Sair do núcleo do Recife durante o verão era aderir à distinção exalada pela classe ociosa. Contudo ir para a praia ainda não se caracterizava o objetivo da mudança de ambiente. Não se buscava ainda os banhos de mar como parte do discurso justificador do dificultoso e oneroso deslocamento, e muito menos o mar de Boa Viagem, razão pela qual o número de pessoas ainda não se torna significativo. O que marca essa ação é a intencionalidade para o deslocamento: reprodução dos hábitos elitistas, absorção de ideais estrangeiros.

Afora isso algumas questões são pertinentes para essa compreensão negativa da praia de Boa Viagem as quais se juntam a distância, a dificuldade de deslocamento e aos alagadiços dos manguezais. Em 1817 a Santa Casa de Misericórdia recebe como doação uma área no Pina e constrói em janeiro de 1850 um hospital para doentes de febre amarela. Entre 1854 e

1858 o mesmo local foi transformado em um lazareto para doentes, mendigos e os migrantes das secas do interior (BARTHEL, 1989, p. 38).

A região passou assim a sofrer uma série de interditos sociais que a tornaram inapropriada para os banhos de mar ou para a prática da vilegiatura. Dessa forma era reduzido o número daqueles que freqüentavam os atos religiosos promovidos pela Igreja de Nossa Senhora de Boa Viagem. Algo também relevante para acompanhar esse desprestígio do mar é a comparação entre a construção das casas às margens dos rios, todas de frente para ele, e, conforme a Figura 4, a Igreja de Boa Viagem que foi erigida de costas para o mar.

Figura 4 Figura 4: Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, ao centro, construída no início do século XVIII e de costas para o mar como sinal de desprestígio do litoral. A foto é provavelmente do ano de 1954, uma vez que ao seu lado esquerdo encontra-se o prédio do Hotel Boa Viagem praticamente isolado como construção nova. - Fonte: Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem. <http://www.paroquiadaboaviagem.org/>, acesso em abril de 2016

Nos estudos sobre o Turismo é muito reforçada a presença do Estado como agente promovedor das práticas turísticas. Neste momento do século XIX a ação estatal se volta fortemente para o desenvolvimento da cidade do Recife. Desde o governo de Francisco Rego Barros (1837-1844), futuro Barão e Conde da Boa Vista e líder do partido Conservador, que se buscava desenvolver um processo modernizador nas feições da urbe recifense. Processo esse ligado muito mais as estruturas físicas da cidade do que às relações sociais e por isso investiu-se nas partes materiais como a construção do Cemitério de Santo Amaro das Salinas concluído em 1851, construção do Teatro Santa Isabel em 1850, instalação de lampiões a gás nas ruas da cidade em 1859, entre outras.

Todas essas transformações foram executadas pensando na própria população. É replicado por muito tempo o pensamento atribuído ao Conde da Boa Vista de que se tinha que melhorar o Recife para que o recifense não saísse dele⁴⁹, e como não se resolviam as questões dos conflitos sociais e mantinha-se a escravidão, as melhorias se voltavam para a classe ociosa e a uma incipiente classe média.

Para as praias do litoral sul da capital, as ações também ensejavam que se atingissem a cidade do Recife, beneficiando o porto, facilitando o comércio e atingindo a população. Estes motivos levaram a construção do dique e do fechamento da passagem da Barreta, além da obstrução da foz do Capibaribe na área do Pina. O que acabou espalhando e aumentando a população de pescadores, de trabalhadores do porto, de desocupados ou

⁴⁹ A frase atribuída a Francisco do Rego Barros é repetida em várias ocasiões pelo Diário de Pernambuco, durante a década de 1950: “[...] Dizia o conde da Boa Vista que era preciso melhorar o Recife afim de que os seus habitantes [...] não se mudassem para a corte.”, Coluna Editorial “Ruas Alagadas”, Diário de Pernambuco 28.03.1952, p. 4; “[...] O conde da Boa Vista sempre insistiu na necessidade de melhorar o Recife para que os senhores de engenho se não mudassem para a Corte”, Coluna Causas da Cidade “Insensatez” Diário de Pernambuco 02.08.1955, p. 4; “[...] programa iniciado aqui pelo Conde da Boa Vista: melhorar o Recife, para que ninguém se muda para a Corte.”, Coluna Coisas da Cidade “Fortaleza”, Diário de Pernambuco 03.10.1958, p. 4; “[...] No tempo do Conde da Boa Vista se dizia que era preciso melhorar o Recife para que os senhores de engenho não estivessem a mudar-se para a Corte.”, Coluna Opinião “Aníbal Fernandes – Eleições Municipais no Recife”, Diário de Pernambuco 09.06.1959, p. 4.

desempregos, de retirantes que moravam nas ilhas do Pina (SOUZA JÚNIOR, 2001).

Enquanto os Governos olhavam para o Pina como local de exploração econômica e de higienização para resolver os problemas do Recife, para os trabalhadores era local de moradia e sobrevivência. A área não é abandonada e passa a ter como características justamente o aspecto popular de seus residentes, que cada dia cresciam mais em número.

Por outro lado, enquanto o Pina estava sofrendo interferências estruturais que não se orientavam para si próprio, sua vizinha Boa Viagem não sentia nenhuma ação estatal por um bom tempo. Todavia é atingida pela ação do Governo Imperial durante o surto industrial capitaneado pelas firmas e capitais ingleses e que implantam em 1858 a ferrovia do São Francisco que chegou até a cidade de Palmares, ao sul, em 1862.

Fúster (1991, p. 9) lembra que o Turismo é limitado pelos meios de transportes e pelas vias de comunicação. Da mesma forma Brambatti e Allis (2010, p. 12) entendem que foi o transporte ferroviário que possibilitou o desenvolvimento do Turismo ao permitir o rápido, fácil e cada vez maior deslocamento do número de pessoas. Foi o que possibilitou o rápido crescimento do veraneio nas praias da vizinha Olinda, enquanto que a ausência de meios de transportes funcionou como isolamento para Boa Viagem.

O objetivo da linha férrea era intensificar uma parte do processo modernizador acelerando e aumentando o transporte da produção açucareira dos engenhos na região sul. Daí ela atingir a cidade de Palmares, criando uma linha que acompanhava os maiores municípios produtores e o porto na cidade do Recife.

Não fica muito claro nas fontes⁵⁰ consultadas o motivo da construção de uma estação para o trem em Boa Viagem, uma vez que não era área produtiva de açúcar e não havia um significativo grupo de moradores para

⁵⁰ A bibliografia consultada apresenta, na maior parte de vezes, a simples constatação da construção da estação de trem em Boa Viagem e seu significado a partir desse fato, sem, contudo, ir muito além. (COSTA, 1981; BARTHEL, 1989; ARAÚJO, 2007; CAVALCANTI, 2013)

atender. Distanto 1 e ½ km da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, a estação também não atendia a uma facilidade de acesso ao mar ou mesmo à Igreja por parte de frequentadores, uma vez que o restante do percurso devia ser concluído à pé.

De qualquer forma a estação promove a incorporação do local ao núcleo de Recife de forma definitiva, e segundo indícios apontados por Araújo (2007, p. 453), Barthel (1989, p. 42) e Duarte (1979, p. 85), a partir da década de 1860, começaram a afluir, lentamente banhistas para a prática terapêutica da talassoterapia, associada a já estabelecida romaria de verão de Nossa Senhora dos Navegantes.

Aparentemente ao fato da estação de trem não ter sido posta para atender ao novo hábito citadino dos banhos de talassa, sua construção e o fato de estabelecer três partidas diárias, criaram a possibilidade de maior e mais fácil acesso ao litoral sul por parte de uma população do Recife que ainda não era a classe ociosa, mas que podia já estar ligada aos períodos de romaria da Igreja de Boa Viagem, os quais foram sendo acrescidos dos banhos de mar.

Essa freqüência se torna motivos para, em 1885, criar-se uma linha de bondes puxados a burro e que levava os passageiros que desembarcavam na estação ferroviária até a Igreja, funcionando apenas durante a estação de veraneio, isto é, de novembro a fevereiro.

À medida que se iniciava o século XX, transformações econômicas no seio da classe ociosa sugerem mudanças nesse status social, as quais também atingiram a ocupação de Boa Viagem para veraneio.

2.6 Boa Viagem: Não é apenas um *footing* à beira mar.

Os anos iniciais do século XX levaram o Recife a buscar renovar-se estruturalmente. O ar da *Belle Époque* europeia, bafejando o Rio de Janeiro, então capital federal, também se instalava no Estado então chamado de Nortista. A cidade em ritmos e proporções diversas tentava acompanhar as transformações. Contudo as diferenças sociais eram reforçadas pela convivência cada vez maior e mais precária na capital. Os trabalhadores citadinos se organizavam (REZENDE, 1981), os patrões reagiam, acendendo conflitos novos e antigos. Os moradores e trabalhadores do campo estavam sendo expulsos pela eterna seca (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988) e pelas mudanças nas relações de trabalho agrícolas, as quais permanecem por um longo tempo (ANDRADE, 2010; SOUZA, 2010). Perruci fala que

“[...] a desorganização agrária baseada na grande propriedade expulsa o homem do campo, não existindo, no caso, o fenômeno ocorrido no modelo clássico da revolução industrial em que as zonas que se industrializam provocam grande migração rural em face da alta demanda de mão-de-obra na produção industrial” (PERRUCI, 1978, p. 32).

Os contingentes humanos expulsos e não puramente seduzidos pela vida na cidade, conforme Perruci acima, deslocaram-se do interior e passaram a residir precariamente na capital do Estado, atingindo os setores terciário e secundário, uma vez que o campo industrial também era precário.

A classe ociosa também era atingida e no seu seio aconteciam rupturas que ensejaram mudanças nos sujeitos que estavam nas posições de poder. Os tradicionais senhores de engenho, mantenedores da estrutura de *plantation* por mais de trezentos anos, sentiram as mudanças nas estruturas produtivas no mundo ocidental, uma vez que o comércio exterior era controlado

por estrangeiros e vivia em função da conjuntura internacional. E como a produção econômica recifense estava atrelada e dependente ao açúcar, e este era voltado para o mercado externo, as alterações nas estruturas produtivas estrangeiras eram fortemente sentidas internamente (PERRUCCI, 1978, p. 29).

Numa tentativa de evitar perder poder, os tradicionais senhores de engenho aceitaram uma forma de controle produtivo, camuflado nas estruturas dos engenhos centrais. É o primeiro momento em que estes latifundiários têm seu poder questionamento pragmaticamente, sendo forçados pelas contingências econômicas a aceitarem a ação do Estado.

Os engenhos centrais não conseguiram sustentar os donos dos bangüês⁵¹, e rapidamente instalou-se no seio das elites recifenses um conflito em que se substituiu progressivamente os engenhos pelas usinas, os senhores de engenho pelos usineiros (EISENBERG, 1977). A partir do século XX o título de senhor de engenho não era mais a aspiração para os poderosos, mas são os industriais do açúcar. Termo moderno que reproduz também a mudança de mãos da riqueza regional e da política local.

Os antigos senhores de engenho, perdendo terras abocanhadas pelas usinas, perdendo poder político e econômico, não desapareceram, mas tornaram-se figuras menores e passaram a ser reconhecidos como fornecedores de cana para as usinas. Esse novo e menor papel de poder não parece de todo consolidado e ainda estava sendo posto em questionamento na década de 1950, quando se indagava a Nelson Coutinho, diretor da Divisão de Assistência à Produção do Instituto do Açúcar e do Alcool,

“[...] se os fornecedores de cana, como classe, subsistirão. – Sem dúvida. A classe, em Pernambuco, está estabilizada. Não desaparecerá. O número de fornecedores de cana (os antigos senhores de engenho

⁵¹ Engenhos bangüês ou trapiche eram aqueles movidos à força animal. É uma oposição aos engenhos reais, os quais durante o período colonial eram movidos à água e representando um maior poder aquisitivo do proprietário. Ao longo do século XIX os senhores de engenho passaram a ser chamados de “bangüêzeiros”, em alusão a perda do poder político para os usineiros (FERLINI, 1998; DIÉGUES JUNIOR, M., 2006).

antes do aparecimento das usinas) é atualmente de 1.300, neste Estado”⁵²

E não eram apenas os camponeses e pobres que estavam migrando. Freyre (2004a, p. 648) chama a atenção para um significativo êxodo em direção ao sul que os decadentes proprietários e seus familiares promoveram. Fato que se aliou aos problemas políticos uma vez que promoveu uma forte desorganização familiar, o que num momento em que eram as oligarquias que estavam nas posições de poder, levou a uma realocação de poderes nas mãos da nascente classe dos usineiros, os modernos industriais do açúcar.

Essas questões são pertinentes ao nosso olhar sobre a ocupação da praia de Boa Viagem e sua orientação para práticas turísticas a partir do século XX, porquanto era o momento em que a praia estava se tornando local de veraneio para essa nova elite ligada ao mundo das usinas, ao grande comércio de exportação e importação, aos comissários do açúcar, industriais, políticos, profissionais liberais e intelectuais renomados que gravitavam ao seu redor (ARAÚJO, 2007, p. 468)

Foram esses sujeitos mais ligados a burguesia de base comercial, industrial e financeira que optaram por outra praia que não Olinda para praticarem as novas sensibilidades ligadas aos banhos de mar. Essa predileção pela praia de Boa Viagem nos remete a um outro abandono, aquele do sítio de Olinda logo após os holandeses terem sido expulsos no século XVII. Trocou-se o primeiro pelo Recife. Cresceu economicamente o Recife e declinou Olinda.

Aqui houve uma opção intencional em freqüentar Boa Viagem e levá-la ao crescimento por um grupo social marcadamente mais burguês e menos aristocrático (PERRUCI, 1978, p. 105), o qual buscava criar um local para balneário que o distinguissem de Olinda e de sua ligação tradicional ao

⁵² “Não está obsoleto o nosso parque açucareiro”, Diário de Pernambuco, 15.01.1954, p. 16.

antigo, a aristocracia da cana, aos senhores de engenho, ao ultrapassado período colonial.

O território da praia de Boa Viagem tornou-se local de um embate ou combate entre o novo e o velho, o moderno e o tradicional, onde práticas se fundiam, confundiam, ressignificavam-se e confrontavam-se. Até a década de 1950 a própria transformação do espaço da praia, seus usos e significados passaram a atingir os trabalhadores, que começavam a sentir os efeitos de estarem sendo colocados cada vez mais próximo da área de veraneio elitista que estava sendo formada.

Em 1902, o lazareto era transferido para um local mais distante da Capital, em Tamandaré (SOUZA JÚNIOR, 2001; PEREIRA, 2008). Foi o momento em que a ocupação da praia de forma mais elitizada se iniciou e se estabeleceu permanentemente. Até 1910 essa elite mais burguesa se dirigia para o veraneio e para os banhos de mar, não mais puramente de tratamentos medicamentosos, mas já como busca de lazer.

Todavia não se descrevem ainda moradias próprias. Silva (2007, p. 82) descreve que havia apenas 60 casas construídas em Boa Viagem no ano de 1906. As residências para as temporadas de veraneio eram alugadas via casas, casebres e até mesmo dos mocambos dos pescadores. Este fato levou Araújo (2007, p. 456) a concluir que havia uma menor divisão social ao menos entre os praticantes dos banhos, uma vez que os pescadores cediam às casas e mudavam-se temporariamente para outros locais ou casas de parentes próximos.

Os usos das praias do sul ainda não estavam consolidados. Mesmo as elites estavam apenas incipientemente promovendo uma prática de consumo do espaço como território de lazer. E mesmo esse início foi parado, saindo da praia do Pina e direcionado para a praia de Boa Viagem, uma vez que em 1910 uma nova interferência estrutural do Governo do Estado a partir do Plano de Esgotamento Sanitário, liderado pelo engenheiro Saturnino de Brito,

“[...] lançou o emissário de esgoto que atravessou sobre o rio Pina [...] trazendo dois tubos de esgoto que cruzaram as terras do Bairro e despejaram dejetos nas águas da praia do Pina, prejudicando a população local e afastando os veranistas.” (PEREIRA, 2008, p. 19).

O Plano de esgotamento atendia parte da população de parte do Recife com um sistema moderno. Porém o Pina foi fisicamente degradado como local de lançamento de dejetos diretamente no mar, e isto numa área onde residiam trabalhadores pobres, pescadores, operários, empregadas domésticas, lavadeiras, biscateiros, prostitutas. Essas pessoas não foram contempladas positivamente com a rede de esgoto e acabaram por ficarem estigmatizadas juntamente com a praia agora considerada poluída.

O olhar sobre o Pina o projetava como uma área de influência para a cidade do Recife. O papel político do Estado foi imposto de forma a desconsiderar a ocupação popular e mesmo os usos iniciais de parte da população recifense em busca dos lazeres marítimos (COSTA, 1981). Essa ação projetou uma fragmentação do espaço, excluindo formas outras de produção e consumo, como o Turismo por exemplo.

É possível entendermos esse momento como forte embate político e de classe entre a ação diretiva e impositiva do Estado sobre as camadas populares. O discurso de modernização possibilitou a transformação dos usos do espaço projetando intencionalmente a degradação da área, mas sem criar alternativas sociais e/ou econômicas para os trabalhadores que já habitavam o Pina. Impunha-se um modelo de desenvolvimento cujo centro estava na cultura de exportação e ignorava o papel dos serviços, ao menos para aqueles sujeitos e localidade.

Mais adiante essa ação do Estado projetando os usos do espaço litorâneo sul para beneficiar determinadas áreas da cidade do Recife e impedindo um desenvolvimento diferente para o Pina, levou à ocupação mais efetiva de Boa Viagem. Não foram atos projetados e não faziam parte de

planos para o fortalecimento ou criação de área de lazer. Contudo a tubulação dos canos de esgoto acabou por forjar uma espécie de ponte sobre o estuário do rio Pina, a qual a partir de 1911 passou a ser usada por pedestres, por carros e futuramente por transporte público, dispensando o uso dos barcos dos pescadores para a travessia. A ponte “aproveitada” se tornou o caminho que as elites recifenses passaram a percorrer com mais afinco a partir dos anos 1920.

O que chama a atenção para Boa Viagem foi o fato de que até a década de 1920, a marca de ocupação do seu espaço litorâneo foi a espontaneidade, sem haver uma ação diretiva dos poderes públicos. Não houve um planejamento para aplicar estruturas físicas como residências, ruas, água, esgoto, etc. Eram os próprios moradores e usuários da praia que se organizavam e arcavam com pequenas melhorias.

Em 1912 a articulação dos moradores conseguiu promover a pavimentação da Estrada da Imbiribeira, melhorando o outro acesso para Boa Viagem e, no mesmo ano, inaugurou-se o Cassino Restaurante *La Puerta Del Mar*, de propriedade do Coronel Eugênio de Almeida (ARAÚJO, 2007, p. 461).

É interessante a existência de um cassino numa área ainda escassamente habitada, apesar dos poucos habitantes serem a elite e terem um alto poder aquisitivo. A maioria dos trabalhos consultados nesta pesquisa citam o cassino, eximindo-se de maiores aprofundamentos. Aparentemente o Coronel Almeida projetava a praia de forma especulativa e o fato do estabelecimento atender também como restaurante mostra que o proprietário estava se antecipando a uma possível demanda favorecida pela nova ponte de tubulações no Pina e o melhoramento da Estrada da Imbiribeira. É uma lacuna nas pesquisas, base para outros estudos.

É interessante por essa postura com outras realidades no mesmo período. Enke (2013) aponta que o balneário na Praia do Cassino, no Rio Grande do Sul, já se iniciava desde 1885 como um empreendimento particular e comercial, a partir do qual, de forma planejada e seguindo o modelo europeu, iniciava-se com a venda de lotes padronizados, casas construídas pelos proprietários, hotéis projetados e efetivamente construídos, trens e bondes para deslocamento dos veranistas e, em determinado momento dos negócios,

abertura para sujeitos com poder aquisitivo diversos e não apenas as altas elites, além de vizinhos dos países fronteiriços.

A ocupação da Praia do Cassino surgia então como uma área voltada para uma específica forma de lazer e que, segundo a autora (p. 176), fora copiada dos modelos europeus e transplantada para a localidade, adequando os lazeres do litoral aos padrões ditados em regiões e realidades bem distantes. Além do que promoveu o espaço como consumo capitalista, objetivando lucros e evitando perdas, forjando várias rede de produção e de serviços paralelas e gravitando economicamente ao redor dos usuários do balneário.

Já O'Donnell (2013) também se volta para a transformação dos usos da praia de Copacabana no Rio de Janeiro do início do século XX, no momento em que ainda era a capital federal. A autora percebe que o bairro já se apresentava como área de interesse do Governo Estadual desde o seu início uma vez que data de 1892 a primeira linha de bonde ligando o Jardim Botânico à Copacabana.

Havia já um uso para banhos medicinais, o que ligado a chegada do bonde projetou uma valorização da praia e atçou a especulação imobiliária, que passou a projetar Copacabana como um bairro 'esplêndido', supervalorizando suas terras, desenhando o entorno como prática terapêutica para atrair gente abastada e buscando desenvolver o local num padrão de status próximo à uma "Biarritz brasileira" (O'DONNEL, 2013, pp. 36-37).

Toda uma estrutura física foi planejada a partir da construção de um hotel (1902), um restaurante (1902), um mercado, um posto policial, um teatro, um café dançante também foi construído em 1907 de forma similar aos cafés franceses (p. 61), além da abertura de ruas e avenidas, os quais se projetavam de frente para o mar uma vez que,

“[...] além de uma nova forma de ocupação urbanística do litoral, [houve] a incorporação da paisagem marítima como valor. Basta lembrar que até a construção da Avenida Atlântica os imóveis fronteiriços à praia tinham entrada pela Avenida Nossa Senhora de Copacabana (aberta em meados do século anterior) e que, portanto, a orla era ocupada pelos fundos dos quintais de moradias que, alheias ao desfrute marítimo, davam as costas ao oceano.” (O'DONNELL, 2013, p. 55).

O que chama a atenção nessas intervenções é o fato apontado pela autora de que a partir de 1905 Copacabana tenha sido inserida no roteiro turístico do Rio de Janeiro, segundo o Guia da Cidade do Rio de Janeiro (p. 57). Isto reforça a perspectiva de que a localidade era pensada para o próprio habitante local mas não apenas para ele. Também buscou-se um público externo, o qual se constituiria de estrangeiros, além de sujeitos já identificados como turistas, todos de caráter elitista.

Finalmente Dantas (2009) ao estudar as transformações litorâneas de Fortaleza, capital do Ceará, ao longo do século XX percebe que os usos das praias e suas ocupações se deram sem a presença do Estado, muito mais atento às atividades produtivas das terras e seu controle, do que as fruições que lentamente foram sendo recriadas a partir do espaço litorâneo.

Segundo o autor, Fortaleza adere às práticas marítimas modernas por meio dos banhos de mar. Contudo ele não considera ainda que houvesse um fomento ao Turismo, mas uma transformação na relação com o litoral e sua ocupação e, mais tarde, também atingindo sua forma de exploração.

Foi um caminho que levou os sujeitos a participarem de uma sociabilidade marítima, a partir da qual o mar passou a ser percebido de formas diferentes, mas ainda não o diferente promovido pelo Turismo. Ademais a ascensão das práticas de vilegiatura constituiu-se na apropriação da praia de

forma elitistamente local e individualizada e ainda não prática turística enquanto objeto econômico.

De ambas as maneiras infere-se, de acordo com Dantas, que o espaço litorâneo estava sendo consumido. Sendo, contudo, um consumo simbólico, campo mais próximo de uma determinada prática cultural expressa por determinados sujeitos. Para esses o valor do espaço pesa e interfere nas práticas cotidianas e não nas práticas econômicas puramente.

Diante dos três trabalhos expostos buscamos reforçar a perspectiva de usos distintos da praia, das formas de lazeres e dos Turismos. O que reforça nosso ponto de vista sobre as particularidades das absorções de práticas e ideais estrangeiros às realidades regionais. A apropriação e constituição das novas práticas litorâneas, não são simples transferência do modelo europeu. Mas são de ordem simbólica, conforme Dantas (2009) e Enke (2013) e, portanto, são adotadas a partir das adequações ativas dos grupos sociais envolvidos. Não há uma passividade nos atos dos banhos de mar e, por esse viés uma apropriação do espaço litorâneo, mas uma postura dentro da realidade social brasileira e também regional. (apud Dantas, 2009, p. 29).

Esses processos atingem Boa Viagem, mas as ações entre as novas sensibilidades e hábitos estrangeiros geraram respostas particulares a sua realidade. Nem exploração planejadamente capitalista como Enke constatou, nem projeção turística também de bases capitalistas como O'Donnell percebeu. Boa Viagem tendeu a seguir as linhas históricas presentes na região a que Dantas se referiu, as quais possibilitaram sua ocupação sem interferência do Estado durante os primeiros anos do século XX, ficando a praia nas mãos dos escassos moradores e ainda ralos praticantes dos banhos de mar.

Essa realidade é transformada com a intervenção pontual do governador Sérgio de Teixeira Lins de Barros Loreto (1922-1926). A assunção de Loreto marca o momento em que a presença mais forte do Estado se fez sentir a partir da construção da Avenida Beira Mar (1923). Momento em que Boa Viagem foi incluída nos ideais de modernidade da cidade do Recife.

Com a morte prematura do usineiro e Governador José Rufino Bezerra em 1921, Sérgio Loreto se tornou o candidato do consenso a fim de controlar os grupos ligados a Manoel Borba, desejoso de se candidatar ao cargo. A marca de seu mandato era a busca pelo progresso e a absoluta contrariedade ao entesouramento do erário público, promovendo à execução de serviços públicos com o objetivo de demonstrar o quanto a sociedade pernambucana era moderna.

Nessa perspectiva o governo tentava colocar-se e apresentar-se como criador de infra-estrutura básica,

“[...] saneamento, saúde, higiene, instrução, aparecem como tarefas fundamentais da administração pública, como investimentos urgentes a serem feitos, para não se perder os caminhos da modernização. O importante é que esses projetos se concretizem, embora eles não indiquem que haveria também uma modernização nas relações públicas. As elites encarregavam-se, portanto, de determinar qual o significado e a utilidade da modernização” (REZENDE, 1997, p. 56).

Nesse sentido a construção da Avenida Beira Mar, no mesmo traçado da antiga estrada de Boa Viagem, dentro do “Caminho do Sul”, participava desse grande projeto que englobava a modernização do porto e a urbanização de áreas ao seu redor. Cortando as praias do Pina e de Boa Viagem em toda a sua extensão litorânea, o projeto acompanhava a instalação de

“[...] modernos equipamentos e serviços urbanos, como água encanada, rede de esgoto, luz e bondes elétricos, telefone, saneamento e canalização do rio Jordão e

córregos [...] uma ponte e três avenidas todas calçadas e arborizadas” (ARAÚJO, 2007, pp. 475-476).

Com toda essa projetada interferência, a praia se tornava destino de segundas residências para as elites do próprio Recife. Elas é que podiam arcar com o difícil e caro transporte, a difícil e cara construção de casas na região pantanosa e areienta do local. A praia modernizada não era mais local de exclusivo uso terapêutico. Não apenas suas águas salgadas, nem somente seu sol, com horários e regras. A praia transformava-se num conjunto, expressão cultural onde a urbanidade, a modernidade e a industrialização, conforme retratadas na Figura 5, podiam ser usufruídas sem serem nocivos. Um lugar de passeio, acessível às elites.

Figura 5 - “Vários aspectos do novo e encantador bairro balneário do Recife – No centro, a formosa praça, também hoje inaugurada, ponto terminal da nova linha” Apresentação de toda a infra-estrutura capitaneada pela ação do Estado. - Fonte: Revista de Pernambuco, novembro de 1925

Eram as buscas por uma modernidade que Freyre chamará mais adiante de “tardia e incompleta” (FREYRE, 1973), mas que se revestia de modificações e interferências na paisagem mais do que mudanças nos aspectos sociais. A praia foi, nesse sentido, palco de novas posturas ditas modernas, mas que preservavam, ou buscavam preservar, a sociedade em seus espaços hierárquicos, isto é, sustentando a ordem estabelecida.

Entendemos que Boa Viagem nesse período foi local de veraneio das altas elites, mais recifenses que pernambucanas, as quais buscavam usufruir do local reservadamente, na forma de mais um espaço para sua sociabilidade. Segue que a ocupação era escassa, com poucas casas erigidas ao redor de charcos, alagadiços e no difícil areal da praia, ponto privilegiado para as construções. Ademais, a própria ação intervencionista do governador Sérgio Loreto, construindo a significativa Avenida Beira Mar, representada na Figura 6, e ligando os extremos da praia, além da ponte do Pina, a qual a partir daquele momento ficou apta a passagem de carros em maior escala, são fatores que não se propunham a trazer público para consumir economicamente a praia, mas para criar imagens de modernidade para a cidade e para as elites (REZENDE, 1997).

Figura 6 Comitiva do Governador Sérgio Loreto na Avenida Beira Mar, durante a inauguração das linhas do bonde.

A imagem apresenta quatro aspectos de modernidade: a própria avenida, os carros, o posteamento para eletricidade e telefone e os trilhos dos bondes. Todo o cenário cercado pela controlada vegetação de um lado e o mar do outro.

Fonte: Revista de Pernambuco, novembro de 1925

Essas imagens, aparentemente não atrelavam seus significados com o Turismo. É significativo que o fato de não ter estruturas dos balneários famosos não parecesse afligir as elites usuárias da praia, as quais começam a erguer os famosos casarões da orla, locupletando-se dos benefícios estruturais promovidos em uma área de moradia, até então, dos pobres. (REZENDE, 1997, PRESTRELO, 2003, ARAÚJO, 2007, SILVA, 2007).

Seguimos Rezende a partir do momento em que aponta o quanto o espaço foi sendo erigido para benefício e fruição local e apenas para e por algumas pessoas. Foi um projeto de um determinado grupo político e social liderado pelo empenho pessoal do governador Sérgio Loreto e que foi apontado como fator de beneficiamento mais pessoal e familiar do que produto para desenvolvimento econômico, afinal, destaca o autor, “a convivência com o moderno, não é escrava exclusiva das pulsações econômicas” (REZENDE, 1997, p. 33), como o Turismo.

Tal afastamento das ligações com o econômico levaram as obras a serem consideradas pelos grupos políticos opositores como sendo desnecessárias. A praia de Boa Viagem não justificava tal investimento, por ser insalubre, pouco habitada, além de ser local de moradia de pessoas pobres. Apontavam que

“[...] havia apenas um núcleo de pescadores no Pina, com aproximadamente 3.000 pessoas, que viviam em mocambos e um pequeno povoado próximo à praça de Boa Viagem [...] O Governo do Estado estava dotando a área de uma infra-estrutura desnecessária – asfalto ao longo de toda a orla (mais de cinco quilômetros), trilhos de bonde ao centro da Avenida de Boa Viagem e iluminação elétrica, rede de esgotos, rede de abastecimento d’água, telefones[...] para quê? Ou para quem?” (BARTHEL, 1989, p. 46).

Além disso, houve várias denúncias de que se procedeu a uma especulação imobiliária por pessoas ligada ao governo como o genro do governador, o sanitárias Amaury de Medeiros, o jornalista Aníbal Fernandes e o próprio filho do governador, Sérgio Loreto Filho, os quais possuíam terrenos no local e foram beneficiados com o melhoramento da Avenida e com o desvio de materiais das obras do porto para a construção de casas e prédios particulares (REZENDE, 1997).

O fim do mandato de Sérgio Loreto em 1926, a Revolução de 1930 e a Segunda Guerra Mundial redirecionam o processo de ocupação da praia de Boa Viagem. Área de lazer, espaço de práticas turísticas, ocupações populares, tudo se junta para formar um arcabouço estrutural que desemboca na década de 1950 como uma intensa disputa para as várias leituras que as classes lançam sobre a praia.

2.7 Boa Viagem: Da Revolução e da Guerra.

As interferências estruturais na praia de Boa Viagem com o Governo de Sérgio Loreto ascenderam as disputas conflituosas entre as elites recifenses (conf. p. 147), provocando concorrências para demarcação de posições sociais e poderes políticos. Faoro (2001) já chamava a atenção para o aspecto da sociedade brasileira do que ele chamou de estado patrimonialista, pelo qual o poder estava assentado no controle da coisa pública por grupos que se revezavam ao longo dos tempos, criando pouca distinção entre os limites do público e do privado, tratando-os como se fosse uma só coisa.

A crise econômica produzida a partir dos Estados Unidos em 1929 atingia a já combalida classe latifundiária pernambucana, enfraquecendo mais ainda sua presença na divisão nacional de trabalho, na manutenção de seu poder político e no seu processo de acumulação capitalista. Quando acontece a Revolução de 1930 capitaneada por Getúlio Vargas, o patrimonialismo é complexificado diante da construção de um Estado tutelar dirigido hierarquicamente a partir do próprio Vargas.

Esses processos reforçaram a centralização da figura do Estado ao redor do qual os espaços de poder passaram a ser perseguidos. A criação do Instituto do Açúcar e do Alcool em 1933⁵³ foi uma forma direta de controlar a produção canavieira, além de atrelar os produtores à política centralista do Estado varguista, garantindo assim minimamente a sobrevivência da indústria açucareira nordestina apenas num estado muito especial de produção, circulação e acumulação (DUARTE, 1979).

Em Pernambuco o usineiro Carlos de Lima Cavalcanti, interventor (1930-1935) e depois Governador (1935-1937) de Vargas, era um forte opositor do antigo governador Sérgio Loreto, bem como do seu sucessor Estácio Coimbra (1926-1937), atacando-os e as suas políticas. Em 1937 Cavalcanti foi deposto e o seu sucessor, Agamenon Magalhães (1937-1947), apesar de

⁵³ Apud CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-do-acucar-e-do-alcool-iaa>, acesso em maio de 2016.

desmontar algumas ações do próprio Cavalcanti, continuou as políticas varguista, significando que também não retomou as ações iniciadas por Loreto, entre elas a manutenção das estruturas instaladas na praia de Boa Viagem.

Diante dessa conjuntura política, social e econômica, Araújo (2007, p. 495) percebe que a praia passou por certo abandono estatal a partir das décadas de 1930 e 1940, mesmo tendo sofrido várias transformações urbanizadoras que ensejavam abri-la para um público. Esses conflitos forjaram alguns pontos importantes que moldaram suas formas e seus usos.

O primeiro deles foi a construção de casas de veraneio mais luxuosas, conforme Figura 7. Eram os famosos casarões e palacetes da orla que perduraram até a década de 1970, quando foi iniciado suas demolições e substituições pelos espigões. Essas construções materializavam a continuidade do interesse das elites recifenses em se manterem na praia, de se apropriarem do seu espaço e de consumi-lo apesar dos Governos não favorecerem a área.

Figura 7 - A Casa Navio. Construída em 1946 pelo empresário e Deputado Estadual Ademar da Costa Carvalho. Copiada como uma réplica do navio Queen Elizabeth, tanto por fora quanto por dentro. A casa ficou famosa e abrigou presidentes como Juscelino Kubistchek.

Fonte: IBGE, Acervo dos municípios brasileiros

As estruturas implantadas por Sérgio Loreto continuaram servindo a localidade e somente a partir da década de 1950, é que se transformaram com os novos sujeitos e ideais que se insurgiam diante daquilo que estavam sendo chamado pelas elites como sendo um abandono do bairro.

As ocupações elitistas continuaram durante as décadas de 1930 e 1940, com o aumento de loteamentos do Setúbal e dos terrenos pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora da Boa Viagem, os quais fatiaram a área da faixa da praia e esparramaram a parcelização do solo para o interior. Servindo mais para especulação do que para moradia imediata, os loteamentos ajudaram a manter as feições de segundas residências elitistas com o caráter de veraneio das ocupações (apud SILVA, 2007).

Um segundo ponto importante foi a chegada de novos sujeitos: os exilados dos campos, os desempregos, e mesmo os empregados pobres da cidade do Recife que não podiam arcar com os caros alugueis das áreas mais urbanizadas. O centro foi atingido nos setores terciário e secundário, causando exclusão social, favelização, mucambolização e periferização, sobretudo ao redor dos mangues, charcos e morros, todas as áreas desconsideradas pelas elites.

Nos anos 1930 a cidade do Recife ascendeu à posição de terceira cidade do país em número de habitantes (PERRUCCI, 1979, p. 40), todavia o fluxo financeiro que passava pela cidade continuava dependente da produção açucareira, estando esta concentrada nas mãos dos usineiros. Criaram-se mercados para bens de consumo, uma vez que impulsionou o crescimento da economia de mercado e não de um setor de subsistência. Todavia, ao mesmo tempo, restringiu-se a formação de um mercado interno, pois as levas de sujeitos provenientes do êxodo rural eram trabalhadores sem rendas e como houve concentração e não expansão da renda, provocou-se queda no consumo, fragilizando os negócios e o comércio formal e paralisando-os muitas vezes.

Projetou-se uma concentração muito forte da economia industrial nas mãos de poucas famílias, todas elas ligadas ao setor açucareiro,

significando que, apesar da importância comercial do Recife, a economia continuava nas mãos dependentes do açúcar, cujos interesses eram sentidos numa diversificação produtiva, mas sem concorrer diretamente com o sistema de plantation (REZENDE, 1981).

Por essa conjuntura as áreas de Boa Viagem mais afastadas do mar, desvalorizadas, insalubres e alagadiças ao redor do rio Jordão, foram sendo lentamente ocupadas pela população pobre. “Favela do mata-sete”, título de uma música de Jackson do Pandeiro, que só foi questionada e sofreu fortes tentativas de expulsão a partir dos anos 1968 e que resiste em parte, até hoje, na forma da “Favela Entra a Pulso”, em cuja área está assentado o Shopping Center Recife.

A “Ilha do Destino” e, a partir de 1937, “Areal Novo”, depois chamada de “Brasília Teimosa”, cujos habitantes tinham sido expulsos do Pina para a implantação de um projeto de aeroporto. Durante a Segunda Guerra a área do Areal Novo foi cercada pelos militares e ficou servindo de acampamento militar. Também, neste período, tiveram início as invasões do “Encanta-Moça”, em terrenos da Marinha e da Santa Casa de Misericórdia, ambos no Pina; e em 1943 na mesma área, chegavam os ocupantes da “Favela do Bode” (BARTHEL, 1989).

Estas ocupações são pouco visualizadas pela literatura de ocupação da área de Boa Viagem e do Pina. Como sugere Araújo (2007), Boa Viagem estava abandonada pelo Governo de acordo com os olhares das elites locais. Era a falta de estruturas que lhes permitissem usufruir do local em moldes mais civilizados, isto é, mais próximos dos modelos europeu e norte-americano. Este fator será intensamente explorado a partir da década de 1950, quando uma produção discursiva e massiva se formou tendo por eixo a necessidade de urbanização da área, primeiro para beneficiar os residentes e depois atrair turistas e estimular uma forma de Turismo tal qual era entendida por essa classe social.

Por outro lado as relações sociais e suas implicações não são fenômenos puramente dicotômicos entre elites e governos. Os períodos dos

governos Vargas e dos seus interventores em Pernambuco, sentidos fortemente na capital, formularam práticas muito mais dialéticas do que dicotômicas. Os discursos dos administradores do Estado acompanhavam um pensamento em que forjavam uma associação entre política trabalhista e o controle do tempo livre dos trabalhadores (GUIMARÃES, 2012), parte de uma política maior de obscurecimento dos conflitos de classe. Segundo Carvalho (2002, p. 111) “os operários deviam respeitar os patrões, os patrões deviam tratar bem os operários”.

Os ideais populistas da Revolução de 1930 buscavam aliar lazer e controle aos movimentos operários e estimulavam, a partir de uma prática de cooptação (REZENDE, 1981; PRESTRELO, 2003, O'DONNELL, 2013), aqueles grupos de trabalhadores que se adequavam as normas, a participarem das práticas de lazer nas formas apresentadas pelas elites locais, incluindo a fruição do litoral.

Contudo as ações impostas sentiam as releituras provocadas pelos olhares daqueles sujeitos de fora das políticas populistas. Os não operários, os recém chegados do interior, que vinham com perspectivas, realidades e práticas distintas, promoviam sempre uma adequação às normas e diretrizes impostas. O resultado era uma ação enérgica por parte do Estado, mas ineficiente diante da rapidez das respostas dos sujeitos em criarem seus próprios mecanismos de adequação (apud MARINS, 1998, p. 137)

Num discurso contrário ao das elites de Boa Viagem, reclamando da quantidade de casas vazias, das ruas estarem sendo tomadas por animais criados pelos moradores das favelas; colocavam-se os residentes da área do Pina, que cada vez mais cresciam em quantidade.

As obras de ampliação do porto do Recife estimularam a chegada e permanência de novos sujeitos, os quais se juntaram aos pescadores que viviam em torno da sua Colônia de Pescadores fundada pela Marinha desde a Primeira Guerra Mundial, objetivando aumentar a linha de defesa do litoral. Acrescendo também dos migrantes vindos do interior e de outras cidades do Nordeste.

A população e a localidade do Pina viviam de formas diferentes o espaço da praia, recebendo também intervenções diferentes. Criaram laços, associações culturais, associações religiosas. Em 1931 foi fundado o Bloco Carnavalesco Banhistas do Pina, que se juntou ao já existente Bloco Dançante Veranistas do Pina, os quais foram aumentados, em 1933, com o Bloco Carnavalesco Tubarão do Pina. Tudo isso além dos terreiros de xangôs, maracatus, caboclinhos, sambas, pastoris (ARAÚJO, 2007, p. 503; PEREIRA, 2008).

O Pina já dispunha de outros benefícios de lazer, apesar de nem todos serem destinados à sua população. Contudo esmaecem as críticas das elites de um suposto abandono em que se encontrava Boa Viagem. O cassino do Pina, em funcionamento desde 1912 e revitalizado em 1925 continuava funcionando como um ambiente “familiar”, isto é, para as elites poderem freqüentar. Possuindo casa de jogos, bar, restaurante, quarto de banhos para limpar o sal do mar, quartos de hospedagens e local para troca de roupas dos banhistas, fornecendo também cadeiras e barracas de lonas, além de roupas alugadas para os usos da praia.

No final da década de 1920, funcionava o Cinema de Zinco, e na década de 1940 era fundado pelo Grupo Luiz Severiano Ribeiro, o Cinema Atlântico. Na década de 1930 era levantado na beira da praia o Palanque do Pina, funcionando durante o verão, ou seja, durante as temporadas de veraneios das elites, com apresentações de bumba-meu-boi, mamulengo, pastoril, entre outras artes populares.

Ao mesmo tempo em que as elites possuíam seus clubes citadinos, o Cassino e as festas privadas em suas residências, a população de trabalhadores do Pina possuía suas gafieiras: Jangadeiros, Pau no Meio, Tubarão no Pina, Quebra as Pregas, Banhistas do Pina, Combinado, Acadêmicos, 12 de Julho, Pra Sempre no Meu Coração, Danúbio Azul, Prato Misterioso, Roda de Cordeiro, Bandeirantes (PEREIRA, 2008).

Toda essa dinâmica foi acrescida pela presença de mais dois sujeitos, representantes de poderes e saberes determinantes no período: a

Aeronáutica e os norte-americanos, além da interferência de um novo projeto para a área: a construção do aeroporto.

Nos anos 1930 procurou-se uma área para a construção de um aeroporto, uma vez que até então o Recife possuía apenas local para pouso de hidroaviões localizado no rio Capibaribe, onde se realizavam os hidro-pousos das empresas Panair e Condor. Além desse local ainda se usava o campo de pouso para os dirigíveis, localizado no Jiquiá, enquanto que os aviões da Air France utilizavam o campo de pouso do Ibura, funcionando em conjunto com o Aeroclube⁵⁴.

Na Figura 8 é projetada a área para o novo campo de aviação ficaria no “canal de acesso ao Pina, compreendido entre a casa de banhos e a ponte do Pina”⁵⁵. O objetivo do aeroporto seria complementar as obras de modernização do porto⁵⁶, resultando dessa escolha a expulsão da população da área no Pina, onde ficaria o aeroporto. Os documentos apontam apenas os interesses comerciais e industriais ligados ao porto, focando no transporte do açúcar, de correspondência e na ligação entre as regiões do Brasil. Não havia nenhuma indicação de que se esperava atrair passageiros que não estivessem ligados a esses campos produtivos. Turistas então não se encontravam nos discursos sobre o aeroporto, e nenhuma associação ao Turismo que poderia ser praticado em Boa Viagem.

Apesar do entusiasmo da administração Cavalcanti e de José Estelita, engenheiro ajudante das obras do porto, o modelo era grandioso compondo-se de dois aeroportos, um civil e outro militar, nos moldes do Aeroporto de Santos Dumont, no Rio de Janeiro. Justamente por esse fator, acabou-se levando o aeroporto para o Ibura, onde já aterrissavam os aviões da Air France e funcionava o Aeroclube.

⁵⁴ “Planta do Aero-Porto”, Jornal Diário da Manhã, 18.09.1935, p. 7.

⁵⁵ “Aero-porto do Recife”, Jornal Diário da Manhã, 22.02.1931, p. 5.

⁵⁶ Coluna Prós e Contras: “Os Serviços do Porto”, Jornal Diário da Manhã, 23.08.1930, p. 3.

Figura 8 - Planta de dois novos aeroportos para o Recife, localizados na área do Pina.

A Construção dos aeroportos representava a expulsão da população de trabalhadores do Pina, mas não objetivava beneficiar Boa Viagem. A área turística ainda era inexpressiva.

Fonte: Jornal Diário da Manhã, 18.09.1935

Além do aeroporto, a partir de 1942, com a entrada dos norte-americanos na Segunda Guerra Mundial, as cidades de Natal, no Rio Grande do Norte, e Recife, foram usadas como bases militares pelos Estados Unidos, por meio do acordo bilateral entre as marinhas de guerra norte americanas e a aeronáutica brasileira. Dessa forma,

“[...] o Recife se tornou escala quase obrigatória para reabastecimento, por causa de sua inclinação oriental,

que a torna mais próxima das rotas aéreas e marítimas de outros continentes” (BARTHEL, 1989, p. 127).

Todo o Recife sentiu o peso da presença intensiva dos soldados estadunidenses, mas a região das praias de Boa Viagem e do Pina foram, particularmente, afetadas em infra-estrutura e em práticas sociais compartilhadas, com crescimento e transformações das práticas de lazer.

Apesar desse aspecto, foi difícil encontrar pesquisas que projetassem essa inserção e interação entre grupos sociais distintos. Sobretudo nos chamou a atenção a ausência de estudos sobre as práticas de lazer e de Turismo que poderiam, ou foram, assimiladas, uma vez que o modelo de consumo posterior foi se aproximando cada vez mais das práticas norte americanas. Tota (2000) fala das ações intencionais para implementar um americanismo entre os brasileiros, evitando assim que os Estados Unidos tivessem que invadir o país. Ao mesmo tempo em que as estruturas não turísticas desse período acabaram sendo beneficiadoras dele posteriormente. É uma lacuna que abre algumas possibilidades de pesquisas, compreensões e amplia a necessidade de estudos do Turismo.

Os trabalhos consultados valorizam, em sua maioria, as obras de infra-estruturas, como a ampliação do campo de pouso do Ibura, usado, inicialmente, em compartilhamento com o aeroclube de Pernambuco

Em 1942, o aeroclube foi transferido para Boa Viagem, passando a funcionar ao lado da Base naval americana, da “Radio *Station*”, além do “Maruim *Club*” e de uma sala de projeções de filmes para os norte-americanos. Após a guerra, a área da base naval foi ocupada pela marinha (1955) e comportou a instalação de uma Estação de Telecomunicações.

A aeronáutica brasileira também segue o clima de intervenções estruturais e inicia a construção de uma série de vilas militares à beira mar de Boa Viagem, em terrenos doados na época. Construindo também áreas de lazer para seus oficiais, o *Official Club*, anos depois transformado no Hospital

da Aeronáutica, além de um cassino para os sargentos, depois Clube das Águias, entre outros. (BARTHEL, 1989).

Mas nem tudo soava positivo ou, pelo menos, os discursos sobre o Pina como área inapropriada para as elites foi reforçada pela presença norte americana, que usavam os cassinos, os bares e estabelecimentos de lazer diversos, “[...] fazendo grandes orgias [...]. O Pina se tornou mais uma vez, estigmatizado pela população elitista e burguesa do Recife” (PEREIRA, 2008, p. 29).

Finalmente entendemos que toda essa dinâmica apresenta os mecanismos discursivos expressos pelas fontes dominadas pelas elites, as quais construíram formas de silenciamento para posturas de lazeres e de usos da praia diferentes das suas. Encobrindo e, também, voltando-se para tentativa de desconstrução dos lazeres populares, cobrindo-o de regras, desterritorializando a população e suas artes no espaço do Pina.

Estando, todavia, os sujeitos em relações dialéticas, as práticas e lazeres de todas as classes sociais se encontravam imbricadas numa teia de saberes e poderes, tensionadas a todo momento, formando regularidades, permanências e outros discursos.

Se até a década de 1920, Boa Viagem estava ainda sendo elaborada a partir de práticas de lazer, a interferência estrutural do Estado marcado pela ação diretiva e pessoal do Governador Sérgio Loreto, direcionou-a efetivamente para uma total exploração a partir da fruição de suas águas, areias e areias. A característica de transformação industrial não se apresentava por meio dos discursos. Eles mostravam que a praia era vista como uma mercadoria cuja fetichização se baseava num discurso muito mais fortemente subjetivo: o prazer e esmaecendo um discurso econômico ligado à acumulação e ao lucro.

O aspecto de abandono levantado estava mais relacionado ao fator de especulação, permitindo a compra e não a ocupação dos lotes, garantindo assim valorizações futuras. O papel do Estado, apontado como ausente,

também faz parte de uma postura política, cujas conseqüências atingem a facilidade de uma ocupação mais caótica e livre de liames legais.

Muitos questionamentos ficaram sem respostas, dificultando sua compreensão. O estudo do Turismo não é uma teleologia de estudos sobre as formas de lazeres. É um campo de estudo cujo conhecimento contribui epistemologicamente para o conhecimento do próprio ser humano.

Segue que a praia de Boa Viagem como um território de disputas, estava sendo constituído por olhares diversos. Indo desde a apropriação capitalista de sua área, passando pela demarcação dessa área como morada para os ricos, e indo na direção da produção de discursos criadores de identidades positivas – Boa viagem – e negativas – o Pina.

Por outro lado a população pobre não se resignava aos discursos produzidos pelas elites. Impunham suas próprias leituras e releituras das ações sociais dos vários sujeitos que buscavam adequá-las às práticas não participantes de seu próprio imaginário.

Fruição, moradia, lucratividade, são fatores que serão mais sentidos no pós II Guerra, com o fim da Ditadura Vargas e a abertura democrática na sequência. Serão os temas pertinentes ao Turismo em Boa Viagem na década de 1950, o capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3:**CONFLITOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE UMA ECONOMIA DO
TURISMO E DO LAZER**

3.1 Da “casa navio” e dos mocambos: as contradições sociais da década de 1950

Ao longo das quatro décadas iniciais do século XX, Boa Viagem foi se modelando como uma área em que predominaram os usos para o veraneio das elites recifenses. Apesar de seus ocupantes, ainda atados a alguns conceitos patrimonialistas, reclamarem de uma certa ausência do Estado em manter a área de acordo com seus distintos moradores, isto não os impediu de continuarem usufruindo-a e, ao longo da década de 1950, a praia estar mais ocupada, com mais casas e mais serviços. A abertura de vários loteamentos, como o Jardim Dom Bosco da Congregação Salesiana⁵⁷, permitiu que mais famílias de maior poder aquisitivo se estabelecessem no local.

Contudo a capital foi se complementando de pequenos núcleos de moradias improvisadas, as favelas. A habitação para esta classe social se tornou um problema uma vez que mais de 60% da população do Recife era composta de pobres e moravam nas favelas (PAGE, 1971, p. 23), aonde os mocambos iam cobrindo a lama dos rios. Barthel (1989, p. 74) resgata que das onze ocupações reportadas como sendo invasões, na faixa de praia, quatro estavam em Boa Viagem.

Estas duas formas distintas de ocupação dos espaços materializavam contradições que estavam se tornando cada vez mais agudas no Estado de Pernambuco. Palco de conflitos e de discursos cada vez mais excludentes. Foi neste contexto que Boa Viagem voltou-se para o Turismo.

É importante perceber que estas contradições, vindas de processos anteriores, estavam agora ligadas e crescidas com a etapa democrática iniciada com a eleição de Eurico Gaspar Dutra para presidente (1946-1950). Esta etapa histórica viu o fim da Segunda Guerra Mundial frustrar as expectativas de continuidade da Cooperação Econômica entre os Estados Unidos e o Governo brasileiro e as relações externas estremecerem com o início da Guerra Fria (PERRUCCI, *et al.*, 2007).

⁵⁷ Diário de Pernambuco, 26.01.1950

Em Pernambuco o período democrático é reaberto com a eleição de Barbosa Lima Sobrinho para Governador do Estado (1948-1951), enquanto que Recife não tinha prefeito eleito apenas indicado pelo Governador. Somente a partir do curto espaço de tempo entre 1956 a 1964, o Recife teve eleições municipais, sendo Pelópidas da Silveira o primeiro Prefeito eleito (1956-1961).

As contradições econômicas e sociais do Recife atingiam tanto os pobres quanto as elites. Para estas últimas as diferenças entre o sistema produtivo nas regiões sul e sudeste passaram a ser vistas como parte da responsabilidade pelo declínio econômico dos produtores do Estado de Pernambuco. Perruci (1978, p. 19), diferentemente, entende que,

“Do ponto de vista nacional a supremacia da parte meridional do país representa, em linhas gerais, a vitória do capitalismo urbano-industrial sobre o imobilismo agroaçucareiro do Nordeste, em particular”

Visão não compartilhada pelas elites açucarocráticas, assentadas no poder dos usineiros, os quais controlavam a produção de maior rentabilidade do Estado, superando qualquer produção industrial até pelo menos meados da década de 1950 (DUARTE, 1979). Este grupo optou por manter a continuidade do discurso de que a única resposta possível para produzir e aumentar os níveis de riqueza em Pernambuco recebia o nome de industrialização. Antes de pensar em construir indústrias, o termo era usado muito mais como sinônimo de mecanização da produção agrícola do açúcar do que em processos industriais e urbanos.

Dessa forma esperava-se que houvesse “[...] intensificação da mecanização do campo, onde a agricultura é praticada a base de todo um excessivo trabalho manual”, além da distribuição privilegiada de máquinas

agrícolas para a região Nordeste e o investimento na formação de mão de obra para operar os equipamentos vistos como modernos.⁵⁸

Eram ações esperadas por sujeitos que discursavam em nome da região e que usavam a História local como salvaguarda para demonstrar as condições de superação das dificuldades econômicas. As críticas à produção açucareira, à sua fragilidade, ao seu ultrapassado parque tecnológico, eram respondidas por meio de discursos ufanistas,

“Não somos tão novo, que aspiremos ver o Brasil dos nossos sonhos; mas não somos tão velho que não possamos ver o Nordeste rico e florescente com a energia e a irrigação de Paulo Afonso. E não será nenhum milagre.”⁵⁹

Ou ainda por meio de declarações de autoridades com poder e conhecimento para se manifestar sobre o assunto, base para silenciamento de outras visões.

“Afirma o Sr. Nelson Coutinho: [...] Há a presunção (e nesse equívoco incorreu até mesmo o General Juaréz Távora) de que o parque açucareiro de Pernambuco é obsoleto [...] mas não sucede exatamente assim. Pode-se mesmo dizer, de um modo geral, que as usinas de Pernambuco, sobretudo as de maior porte, tem um índice satisfatório de eficiência técnica. O nosso Estado ocupa, no parque açucareiro do Brasil, uma posição destacada, no que respeita ao rendimento industrial de suas usinas.”⁶⁰

⁵⁸ “Planos que serão executados para assegurar o desenvolvimento das lavouras brasileiras”, Diário de Pernambuco, 03.01.1954, p. 1.

⁵⁹ “Situação do Nordeste”, Diário de Pernambuco, 14.01.1954, p. 11

⁶⁰ “Afirma o sr. Nelson Coutinho: não está obsoleto nosso parque açucareiro”, Diário de Pernambuco, 15.01.1954, p. 1.

A força tecnológica era o bastião que guardava o reerguimento dos produtores e com eles, o crescimento da economia regional. As dificuldades que a região tinha para se industrializar eram um “problema” estrutural, que deveria ser superado amparando a produção agrícola, não sem ela.

Para permanecerem os sujeitos que assumiam posições elitistas apontavam muitas vezes os Estados sudestinos como responsáveis por manterem os baixos níveis produtivos em Pernambuco. Segundo Ortiz (2001, p. 50) a sociedade da década de 1950 ainda era fortemente marcada pelo localismo. A Revolução de 1930 e o Estado Novo buscaram promover um processo centralizador sendo, contudo, incompleto porquanto não houve uma revolução. Não houve a erradicação das elites, mas apenas “um redimensionamento [d]a balança do poder político”⁶¹.

Este fato é fortemente transmitido pelo Diário, onde há um reforço das posições regionalistas, fragilizadas pela identificada concorrência desleal da região chamada durante aquele momento de sul:

“Como não podia deixar de ser, a indústria açucareira em larga escala haveria de tentar os paulistas, que se lançaram à nova fonte de riqueza com um quase afan de suplantar o Nordeste, correndo aos mercados internos e externos com tal sofreguidão que a economia regional se viu seriamente ameaçada. [...] como se fossemos uma região supinamente rica de outros meios de vida. [...]”

“Há, portanto e ao que parece, um sinistro propósito de estrangular o Nordeste. Há, segundo só indícios, um nefando desígnio de acabar com a única fonte positiva de riqueza da nossa região, onde um grupo de estóicos teima em sobreviver à concorrência desigual, unicamente por amor ao trabalho e pela imperiosa necessidade de existir. [...]”⁶²

⁶¹ Também apontamos para esse entendimento, conforme item 2.3, capítulo 2.

⁶² “O açúcar e a economia nordestina”, Diário de Pernambuco, 19.01.1954, p. 14.

Criando imagens individuais e regionais – o sudestino invejoso e egoísta, o sudeste mal – opositoras ao nordestino abnegado, trabalhador, aos usineiros que produzem para todos, os discursos emitidos produzem sínteses discursivas (FOUCAULT, 2008), onde os resultados fazem parte de uma complexa trama que permite a apresentação de uma determinada realidade, vivenciada por sujeitos específicos, mas que são apresentados como sendo a realidade de todos e acabando por naturalizar posições que são, antes de tudo, condicionamentos históricos e não determinismos.

O entendimento que partia dos produtores nordestinos demonstrava que as divisões regionais deviam atuar de forma complementar, uma vez que,

“[...] no dia em que a indústria açucareira do Nordeste sofrer um colapso, como conseqüência da desleal concorrência paulista, nesse dia – repetimos – a economia bandeirante e a nacional, entrarão em crise de superprodução, porque o poder aquisitivo nordestino está liquidado inteiramente. Sem dinheiro nada poderemos comprar a São Paulo, que hoje produz quase tudo de quanto se necessita no Brasil, com leis protetoras que o amparam da concorrência estrangeira. [...] na ocasião em que o Nordeste perder a primazia do açúcar, o sul perderá, inapelavelmente, o seu melhor mercado.”⁶³

São discursos que buscavam a acomodação política e econômica, mas apresentados em formas de agressões mútuas sem nenhum efeito real sobre o problema. Expressavam, além disso, as relações de forças entre grupos que disputavam o poder econômico e político, materializados em conflitos inter-classes. Findaram apenas por atuarem como descarrego e demonstração de que se estava buscando soluções, as quais excluía ou diminuía a importância de construção de outras formas produtivas, inclusive o Turismo ou Turismos.

⁶³ Idem, ibidem.

Eram as falas dos que estavam no poder, mas eram assessoradas por muitas outras falas intelectuais. A década é marcada pela assunção dos discursos sobre a “Ideologia do Progresso”, baseada na certeza do “crescente domínio da natureza pelo homem [como] a medida mesma do avanço da humanidade” (HOBSEBAWM, 1995, p. 257), e esta se relacionava cada vez mais com o distanciamento da dependência da agricultura e se aproximava do mundo industrial.

O modelo pressupunha a busca pelo crescimento, sendo este continuador das práticas fordistas de início do século XX, agora promotor de uma economia vista como sendo mista e menos liberal. Facilitando a ação mais diretiva do Estado sobre a economia criando formas de “industrialização sustentadas, supervisionadas, orientadas e às vezes planejadas e administradas por Governos” (HOBSEBAWM, 1995, p. 264).

A Era JK (1956-1960) é emblemática desse viés do desenvolvimentismo, buscando o fim do atraso agrário e partindo para a industrialização, consolidando o capitalismo tardio do Brasil (ORTIZ, 2001, p. 114). O Plano de Metas de seu Governo estabeleceu o início do planejamento econômico, aliando créditos, investimentos e facilidades tanto para a indústria nacional, quanto para a estrangeira e também para os investimentos estruturais realizados pelo próprio Governo (SKIDMORE, 2010, p. 204).

A ideia de montar indústrias que produzissem os produtos manufaturados consumidos aqui e não mais importados, acompanhava a quebra da tradicional divisão mundial entre produtores primários e exportadores de matérias-primas. Nesse sentido, a divisão proposta internamente pela elite usineira de Pernambuco se figurava não só como anacrônica, como também a materialização da não mudança, da permanência das estruturas econômicas e, a partir delas, das estruturas de poder. Estavam fadadas a não sobreviverem.

A pressão das transformações do mundo industrializado tensionava o mundo periférico e mesmo os grupos que não queriam se envolver nas mudanças acabaram sendo atingidos por ele.

A perspectiva dos usineiros demonstrava a busca por permanências, mas a própria Recife sofria transformações estruturais. A década de 1950 encontra a cidade como a terceira do país em número de habitantes e a primeira do Nordeste, fato superado apenas por Salvador, capital da Bahia, nos anos 1980 (MARINS, 1998, p. 200). Esse número de residentes ligava-se há vários fatores, sendo o principal deles o intenso êxodo, rural e urbano, provocado pela expulsão dos trabalhadores do campo e dos moradores das cidades do interior e dos Estados vizinhos, os quais se dirigiam para a capital.

Esse processo já se pronunciava em décadas anteriores⁶⁴, mas sofre forte impulso a partir das novas orientações no processo de direcionamento para a modernidade capitalista industrial. A cidade da modernidade passa por transformações discursivas e materiais, a partir das quais passa a ser vista como tendo a obrigação de prover e sustentar as camadas populares, da mesma forma que faz com as elites (MARINS, 1998). Mas é um processo conquistado pelos excluídos ao longo de duras lutas sociais.

Para a Capital de Pernambuco, a intensa desigualdade aliada a pobreza, provocou respostas junto a todos os grupos sociais. Josué de Castro retratava bem a materialidade da vida desses migrantes favelizados por forças exógenas às suas realidades. Diz o autor que,

“Afogados, Pina, Santo Amaro, zonas de mangues, dos mocambos, dos operários, dos sem profissão, dos inadaptados, dos que desceram do sertão na fome e não puderam vencer na cidade, dos rebelados e dos conformados. Zona dos mocambos – cidade aquática – com casas de barro batido a sopapo, telhados de capim, de palha, de folhas de flandres. Cumbucas negras boiando nas águas. Mocambos – verdadeira senzala remanescente, fracionada em torno das casas-grandes da Veneza Americana⁶⁵. Poesia primitiva dos negros e

⁶⁴ Conforme Tópico 2.6.

⁶⁵ Trocadilho famoso da época era a oposição do laudatório título considerado charmoso de “Veneza Americana”, para o ácido trocadilho de “Resífilis, Cidade Venérea”, em alusão a questão da prostituição da cidade (apud PAGE, 1971, p. 22).

mestiços fazendo xangô e cantando samba” (apud, MAIOR; SILVA, 1992, p. 256).

População essa que transitava entre a base da sociedade rural em ritmo acelerado de transformação e, ao chegar à cidade, ficava à margem, nas beiradas do urbano. Eram vistas como desajustadas tanto numa ponta quanto na outra. Mas a sua presença levou o Recife a ter um crescimento de 4,6%, enquanto o Estado crescia na década apenas 1,65% (ANDRADE, 1979, p. 21).

Absorver essa população era um dos maiores problemas encontrados na década. A grande maioria, analfabeta e sem os conhecimentos necessários para ser absorvida por indústrias ou pelos trabalhos comerciais e já não sendo mais necessária no campo, transitava em subempregos, na prostituição, pedindo esmolas (PAGE, 1975). Dialeticamente os migrantes acabavam encontrando e produzindo espaços para se manter e sobreviver, contudo sofriam estigmatizações pelas posições sociais que ocupavam, pelas posturas próprias que representavam.

As respostas dos demais sujeitos eram variadas, indo desde a busca pelo entendimento da presença de tal força populacional, passando pela solidariedade das lutas para sobrevivência, até a não aceitação de sua presença.

Os migrantes não estavam sozinhos, uma vez que já havia uma significativa população pobre estabelecida no Recife. Foi partindo desse cenário que os movimentos das esquerdas passaram a atuar fortemente tanto na cidade, indo aos morros e mangues onde as favelas cresciam, quanto à zona da mata e interiores.

O deputado e advogado Francisco Julião, liderando as Ligas Camponesas no interior, a partir de 1955 imprimiu uma forte repercussão no que se chamava de massas rurais e urbanas. Reforçava as características de sujeitos dos moradores do campo, portanto ativos e não apenas passivos diante dos latifundiários (MORAIS, 2006).

Na Capital, entre várias ações de base, como eram vistas quando junto a população, as esquerdas (socialistas e comunistas) estruturaram a aliança política chamada de Frente do Recife, a qual derrotando os políticos conservadores conseguiu eleger Pelópidas da Silva e Miguel Arraes para a prefeitura do Recife, além do próprio Arraes para governador do Estado posteriormente.

A administração de Silveira, em oposição política com os governadores Etelvino Lins (1952-1955) e Cordeiro de Farias (1955-1958), buscou implantar algumas práticas alternativas ao sistema político hierarquizado aplicado até então. Promoveu audiências públicas em diversos bairros populares como Afogados, Casa Amarela, Pina⁶⁶, estimulou a participação das Associações de Bairros, construiu a Avenida Norte, ampliando e melhorando o acesso para a zona mais popular e o centro, local de empregos (SOUZA, 2010).

Já para os Governos Estaduais a lógica apontada era para um controle dos sujeitos e das áreas ocupadas. A alcunha de mucambópolis dada ao Recife por Mário Lacerda de Mello, ou “mucambolândia”⁶⁷ possibilitava o questionamento das políticas estaduais como sendo ineficientes às suas próprias diretrizes. Desde a administração de Agamenon Magalhães que as intervenções do Estado se orientavam para a expulsão dos moradores e a destruição dos mocambos, fato associado à retirada dos pobres para liberação das áreas ao capital imobiliário (SOUZA, 2010, pp. 207-208).

Mas este é apenas um viés da questão. Deve-se associar também ao aumento dos movimentos esquerdistas e a perda da Prefeitura e do Governo na década de 1950 e 1960. Lidar com as favelas era se reapropriar do controle da população. Era uma disputa de poderes entre sujeitos distintos: Governos conservadores e Governos populares. O que levou ao aumento das ações para findar com os mocambos sem, contudo, resolver o problema em si.

⁶⁶ “Audiência do Pref. Pelópidas, quinta-feira próxima. Em Afogados”, Diário de Pernambuco, 22.01.1957, p. 22; “Audiência popular do Prefeito Pelópidas da Silveira”, Diário de Pernambuco, 24.01.1957, p.16; “Audiência do Prefeito em Casa Amarela”, Diário de Pernambuco, 20.02.1957, p. 2; “Audiência do Prefeito Pelópidas da Silveira, no Pina”, Diário de Pernambuco, 04.04.1957, p. 16;

⁶⁷ Coluna Coisas da Cidade: “A mucambolândia em marcha”, 14.04.1957, p. 4.

Nesse campo de disputas o Estado, tanto o visto pelas forças conservadoras quanto das esquerdas, continuava assumindo papel ativo orientando para formas específicas de ocupação. Eram vários os projetos e as políticas para tratar a questão, todos possíveis, nem todos desejáveis. Nesse cenário as ações estaduais resultaram na expansão das áreas ocupadas tanto para aquelas vistas como privilegiadas, como a área de Boa Viagem, quanto na constituição de periferias, a maioria sem infra-estrutura.

Havia ainda as próprias elites que também se revelavam por meio dos discursos, construindo posturas, levantando problemas, procurando solidificar a imagem do outro tal qual se lhes parecia visível. Para esta classe a moradia e o espaço ocupado pelos pobres eram questões de cunho assistencial e quantitativo, jogando para o governo a exclusividade de resolver “pelo progresso harmonioso do país, que é a base da grandeza econômica e da unidade nacional”⁶⁸.

Os conflitos sentidos nas páginas do Diário apresentavam os excluídos pelo olhar hierarquizado das elites. Sem voz, eles estavam contidos nos discursos, mas excluídos de sua própria visão. Eram transformados em objetos do saber alheio, mas não portadores de poder. O que as resistências e a permanência nas áreas ocupadas demonstravam não ser a realidade.

Assim as elites produziram a construção e sustentação de vários discursos, entre os quais aquele onde se jogava para o campo agrário a responsabilidade pelo atraso, pelo inchaço nas cidades e pela pobreza dos párias sociais.

Um olhar culpabilizador sobre o êxodo rural, em crescimento descontrolado, que acontecia devido a atração provocada pelos salários maiores e melhores que a indústria e o comércio citadino ofereciam, diante dos pequenos valores pagos no campo⁶⁹. O resultado era a “grotesca paisagem humana das zonas mais pobres”⁷⁰, pela qual os sujeitos era apresentados

⁶⁸ “*Lançado em Carpina, a pedra fundamental do ambulatório João Cavalcanti de Petribú*”, Diário de Pernambuco, 07.01.1954, p. 3.

⁶⁹ “*Êxodo rural em proporções cada vez maiores...*”, Diário de Pernambuco, 08.01.1954, p. 2

⁷⁰ “*A miséria rodeia o Recife*”, Diário de Pernambuco, 10.06.1954, p. 3.

como sendo incompatíveis culturalmente de conviverem no ambiente citadino, culturalmente superior, onde,

“[...] a terceira cidade do país [...] apresenta índices tão alarmantes de miséria e primitivismo, como se vivêssemos nas mais atrasadas civilizações da África e da Ásia.

“Nos bairros pobres [...] a concepção que se tem é de que os costumes e os hábitos nem se podem comparar aos de agrupamentos humanos da *jungle*, mas ao *modus vivendi* de verdadeiros animais de história natural.

“De casas, propriamente, não se pode chamar àqueles quatinhos de madeira [...] sem separação interior, vivendo os seus ocupantes amontoados uns sobre os outros.

“Poderíamos classificá-los de canis, mas, quem conhece o conforto e a higiene dispensados aos cães de raça pelos seus criadores, admitiria, também, o mau emprego do termo. Por isso [...] esses mocambos infectos [...] só a palavra pocilga, usada no sentido de lama, sujeira, moscas voejando [...] fosse aceita como expressão exata de definição de tanta miséria, tanta imundície coletiva e tanta promiscuidade.”⁷¹

Indo além, o Jornal também apontava como responsável pelos problemas sociais enfrentados, o clima, representado na figura da seca, regularmente vivida pela região ⁷². Responsável pela transformação dos migrantes em flagelados, portadores de moléstias e causadores de sérias ameaças ⁷³, inchando a cidade de “[...] peso morto de todo um Nordeste desajustado”⁷⁴.

⁷¹ “A miséria rodeia o Recife”, Diário de Pernambuco, 10.06.1954, p. 3.

⁷² “Razões do êxodo da população rural de Pernambuco”, Diário de Pernambuco, 03.01.1950, p. 9.

⁷³ “Buíque ameaçada por flagelados”, Diário de Pernambuco, 20.03.1956, p. 16.

⁷⁴ Coluna Coisas da Cidade: “A mucambolândia em marcha”, 14.04.1957, p. 4.

O retrato da cidade era materializado na figura do “Polígono da Seca”. Uma área delimitada geograficamente expondo a região de origem do flagelo. Uma área de contenção, de delimitação e um mapa da pobreza da região.

Figura 9 - Mapa do “Polígono da Seca”, estabelecido pela Lei no. 1.348, de 10.02.1951. O mapa acima exclui o litoral, fortalecendo o discurso da seca como um problema do interior, o flagelado como um problema do interior da região.

Fonte: Diário de Pernambuco, 02.02.1954

As idéias apostas acima pelas elites formam uma materialidade discursiva (FOUCAULT, 2008). Buscavam forjar efeitos de verdade que direcionassem todo e qualquer olhar para a questão das migrações, das favelas, dos excluídos sociais. É um discurso que autoriza emergir prescrições

e não apenas descrever o fenômeno. Não existe previamente o sujeito favelado, flagelado. Ele está sendo produzindo a par com o processo de industrialização, ele mesmo parte do processo maior do capitalismo.

Assim, contrariamente a crença expressa nos discursos acima, Andrade (1979, p. 28-29) registra que “dos poucos mais de 20 milhões de migrantes que se desloca[va]m anualmente para as cidades, 15 milhões são de origem urbana [...]”, sendo que no Nordeste a maioria era proveniente de zonas urbanas mais do que das rurais. E que somente na década de 1970 é que houve uma desaceleração provocada pelos efeitos das políticas da Sudene, produzindo retenção nas levadas de migrantes.

Já Prestrello (2013, p. 79) aponta a permanência das práticas elitistas em antagonismo direto com os grupos populares, expondo que diferentes experiências levam a diferentes modos de pensar e consequentemente diferentes consciências. O autor credits que não se pode

“tomar aquelas pessoas pobres como simples ‘animais de instinto impulsivo’ que não obedeciam nenhum manual de civilidade, mas sim pertencentes a camadas sociais bem diferentes das elites. Também possuíam códigos e práticas referentes aos seus grupos socioculturais que muitas vezes não eram ‘lidos’ da maneira correta por aqueles que governavam o Recife, levando-os assim ao frívolo rótulo de incivilizados”

Também Albuquerque Júnior (1988, p. 2), lembra que a seca não é apenas um fenômeno climático, mas um fenômeno cuja participação histórica se apresentava enquanto um agravante de problemas econômicos e sociais, constituída de expressões simbólicas e imaginárias da sociedade. “a seca não existe enquanto puro fenômeno natural, mas como um fato histórico e social e por isso possui imagens e significações que vão variar ao longo do tempo e conforme o contexto social em que se insere”.

Caminhando par a par com a imagem de Nordeste, outro fato constituído historicamente, a seca tornou-se um “problema nacional” lançada como causa e explicação principal para todas as dificuldades vivenciadas, e que extrapolou em muito a ligação com o fenômeno climático.

Diante de tantos “culpados”, as respostas conduziram para uma atitude de exclusão. “Com uma população acima de suas possibilidades”⁷⁵, “com gente em excesso no Recife”⁷⁶, resultado “de uma anormalidade, de uma doença”⁷⁷, onde o “salário mínimo exorbitante”⁷⁸ de Cr\$ 1.600,00 para a Capital⁷⁹, concretizava-se como uma “arma do Catete contra Pernambuco”⁸⁰ e criando mais dificuldades, orientou-se as ações para um expulsar e devolver para o campo os indesejáveis.

Figura 10 - “O Salário Mínimo – Arma do Catete contra Pernambuco”. A matéria culpabilizava o Presidente Vargas, agindo caprichosamente e atendendo a políticos que buscavam sabotar a região vítima da seca e carente de auxílios econômicos. A Figura busca ressaltar o que era visto como um “Bloqueio Econômico” do Governo Federal, responsabilizando-o pelos problemas econômicos do Estado. Fonte: Diário de Pernambuco, 06.06.1954.

⁷⁵ Coluna Editorial: “Despovoamento do interior”, Diário de Pernambuco, 24.01.1954, p. 4.

⁷⁶ Coluna Editorial: “Uma pesquisa oportuna”, Diário de Pernambuco, 14.02.1954, p. 4.

⁷⁷ Coluna Editorial: “Crescimento do Recife”, Diário de Pernambuco, 03.06.1954, p. 4.

⁷⁸ “Não usaram da ação preventiva”, Diário de Pernambuco, 13.05.1954, p. 4.

⁷⁹ “As novas bases do salário mínimo para as diversas regiões do país”, Diário de Pernambuco, 04.05.1954, p. 1.

⁸⁰ “Salário Mínimo – Arma do Catete contra Pernambuco”, Diário de Pernambuco, 06.06.1954, p. 3.

Assim o Governador Cordeiro de Farias⁸¹ promovia a volta dos “flagelados” para o seu meio natural, distribuindo passagens rodoviárias. O projeto visava proporcionar pequenos lotes cedidos pelos proprietários dos engenhos e fazendas no interior a famílias inteiras, contendo ainda “casa, comida e 20 cruzeiros de diária”⁸². Não fica claro no texto se a remuneração diária seria individual, contudo o valor comporia metade do salário mínimo proposto pelo Governo Federal para as regiões de Pernambuco fora da Capital. Andrade (1979) expõe que somente em 1957, forneceu-se mais de 1.200 passagens para os migrantes retornarem às suas áreas municipais, recambiando-os.

Partilhando dessa realidade dicotômica para alguns, dialética para outros, a praia de Boa Viagem foi se consolidando como área de lazer e moradia, além de um território para práticas turísticas. Incluindo, excluindo, disfarçando normatizações em meio a discursos de livre acesso, mesclando interesses do capital às permanências de mentalidades aristocráticas, a década de 1950 inclui entre suas transformações a face de uma praia que se tornou o cartão postal do turismo de sol e praia da Capital.

⁸¹ “Enfrentado pelo Governo o problema do êxodo”, *Diário de Pernambuco*, 05.03.1955, p. 14.

⁸² *Idem*, *ibidem*.

3.2 Da “casa navio” e dos mocambos: lazer e trabalho como visões antípodas para a construção de Boa Viagem na década de 1950

Ao longo do processo de ocupação da praia de Boa Viagem pelas elites recifenses, apontamos que os aspectos de lazer e de Turismo nem sempre prevaleceram diante de outras características consideradas relevantes para o local, para os sujeitos e para os momentos históricos vivenciados.

Usos diversos como formas de demarcação de espaços políticos entre antigas e novas elites; também como apropriação de discursos de modernidade opondo-se às permanências das materialidades coloniais; além de expor conflitos de classes, a praia foi apropriada como territórios de disputas, condicionador de posturas e de práticas sociais.

Dessa leitura Boa Viagem apresentou várias territorialidades construídas dialeticamente ao longo da primeira metade do século XX, onde práticas de lazer e turísticas ensejaram discursos de meio e não como uma finalidade da ocupação.

Um primeiro ponto que nos chamou a atenção na constituição do território litorâneo foi a relação com o estabelecimento da base militar dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Visualizamos anteriormente (conf. Tópico 2.7) as lacunas sobre o conhecimento entre a relação das práticas e dos equipamentos de lazer introduzidos pelos norte americanos e os usos e consolidação da praia para veraneio marítimo. Silva (2007) sugere que a vida boêmia cresce no pós Guerra com a presença norte-americana, sobretudo dos militares, mas não vai além.

Contudo, apesar da base militar estabelecida em Recife ter sido desmobilizada com o fim da Segunda Guerra (1945), a presença de norte americanos – militares, adidos, embaixadores – continuou muito forte. Além disso, também houve continuidade nos postos de comando e residências da aeronáutica brasileira.

O fim da Guerra não significou necessariamente o encerramento de posturas beligerantes. Muito sintomaticamente foi o início da chamada “Guerra

Fria” (1945-1989), marcada como um “período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida”, apesar de não haver o ato bélico em si (HOBSEBAWM, 1995, p. 224).

Estes fatos proporcionaram um novo aspecto para Boa Viagem, cujo litoral ascendeu privilegiadamente, passando a ser visualizado a partir de uma perspectiva nova de defesa do território nacional, donde se promoveu um deslocamento dos eixos militares e do entendimento de segurança nacional. O senador Assis Chateaubriand assim expressava a nova idéia de que “transpusemos os dados do problema da defesa nacional do sul e da faixa matogrossense para o estuário do Amazonas e o litoral do Nordeste”⁸³, no que era seguido por vários outros sujeitos como o Almirante Mascarenhas Silveira para quem “... o Recife [era] bastião da defesa do Nordeste”⁸⁴.

É indiciário que dois dos maiores destinos turísticos de Pernambuco na atualidade sejam locais que foram ocupados militarmente pelos norte-americanos: Boa Viagem e, em 1957 como base de mísseis teleguiados na Guerra Fria, a ilha de Fernando de Noronha⁸⁵.

Essa relação aponta que a praia não era vista exclusivamente como área de lazer, mas também como parte de um outro território, o da segurança nacional, atrelado à opção dos Governos em se colocarem ao lado dos países capitalistas ocidentais frente aos socialistas.

Um segundo aspecto no processo de mudança que passava a praia foi a transformação ao longo da década do espaço de veraneio, marcado pela presença de segundas residências, com ocupações irregulares e a ociosidade de casas fechadas uma boa parte do ano, em local de moradia cada vez mais definitiva.

Até aquele momento o bairro da Boa Vista, formando juntamente com Santo Antônio e São José, os três bairros da área central do Recife, era o local de moradia de uma elite com maior poder aquisitivo, além do fato de estar

⁸³ “*Uma nova taboia de valores éticos e jurídicos na política internacional brasileira*”, Diário de Pernambuco, 07.01.1954, p. 2.

⁸⁴ “*O Recife, bastião de defesa do Nordeste*”, Diário de Pernambuco, 09.01.1954, p. 1.

⁸⁵ “*Indenização pela Perda de Fernando de Noronha*”, Diário de Pernambuco, 13.01.1957, p. 1.

muito próximo do centro, local de compras, trabalho e estudos (DUARTE, 1979). O campus universitário se encontrava espalhado pelo Centro, mas a partir da década de 1960 ele foi transferido para a Cidade Universitária no bairro do Engenho do Meio.

Contudo, com a melhoria no acesso à praia a partir da construção da nova Ponte do Pina⁸⁶, inaugurada em 1953 em substituição a antiga e estreita ponte erigida sobre os canos de esgoto ainda dos anos 1910, associada à pavimentação da Avenida Herculano Bandeira, cortando o Pina e levando diretamente para Boa Viagem, permitiu uma mais rápida ligação entre a área de veraneio e o centro da cidade. O que levou a uma maior fixação dos antigos veranistas e novos moradores.

Articulando-se a esse fato, a continuação das ofertas dos loteamentos intensificaram a transformação da praia num espaço para a especulação imobiliária, de perfil nitidamente elitizado devido aos altos valores dos lotes. Apesar da característica do local ser a praia, lentamente as propagandas dos loteamentos foram se desligando desse aspecto, elegendo e ascendendo outros como o ideal de viver numa área distinta, aristocratizada, privilegiada e financeiramente rentável.

⁸⁶ Coluna Cousas da Cidade: “Ponte do Pina”, Diário de Pernambuco, 29.01.1950, p. 4.

Figura 11: “Propaganda do Loteamento Santa Luzia”. O cartaz eleva ao primeiro plano o valor especulativo do lote na praia de Boa Viagem, onde o charmariz é o valor do investimento pequeno e a super valorização posterior. A praia é apenas um apelo secundário.

Fonte: Diário de Pernambuco, 05.09.1954

Os lotes passaram a ser um atrativo como moradia e investimento, tornando os aspectos de lazer como mais um meio para a produção e circulação do capital. Mais adiante a própria construção do Hotel Boa Viagem passou a elencar o critério de distinção por ser apontado como um estabelecimento de alto luxo, um prédio moderno, para recebimento de hóspedes distintos.

Acrescido da especulação financeira, mantinham-se os critérios de distinção que as elites buscavam. Elites compostas por estrangeiros residentes como o Cônsul, o Vice-Cônsul, o Adido Cultural dos Estados Unidos, o Cônsul do Líbano; pela classe média alta com médicos, jornalistas, advogados, artistas; por altos funcionários de firmas estrangeiras.

Fonte: Diário de Pernambuco, 17.10.1954

Desse elenco o mais forte é o que exige a urbanização da área, muitas vezes em detrimento de outras, ou ainda, enquanto ausência, ao “ponto de prejudicar a cidade”⁸⁸. O colunista Mário Pessoa não se conformava de

“... nada lhe adianta[r] a lindeza incomparável das suas
manhãs e crepúsculos tropicais, com o vivíssimo contraste de
cores puríssimas a que se associam sempre os rumores de um

⁸⁸ Coluna Editorial “Arborização das Estradas”, *Diário de Pernambuco*, 03.01.1950, p. 4.

mar sem tormenta e a tenra suavidade dos seus ventos mansos agitando levemente os coqueirais”⁸⁹

E não haver calçamento na rua dos Navegantes, enquanto o bairro popular Alto José do Pinho acabava de ser contemplado. Finalizando ironicamente que “é em nome, possivelmente, desse geitoso cavalheiro que se poderia implorar melhoramento para a praia onde, aos domingos, Zé do Pinho se refresca...”⁹⁰.

É a afirmação de uma idéia de permissão como uma troca. A praia de Boa Viagem não é um espaço aberto, mas permissionado à frequência de determinadas classes sociais. Nesse discurso ascende a idéia da praia como um local democrático e, ao mesmo tempo, catártico (FERREIRA, 1959) uma vez que “Boa Viagem fica repleta de gente a mais variada aos domingos e feriados, onde procura esquecer a carne alta, o ônibus alto e a exploração alta das casas de especiaria nos dias de Natal”⁹¹. Seus aspectos de lazer são atrelados a funções sociais para a manutenção da ordem, característica discursiva comumente usada pelas elites.

Dessa forma ia-se ampliando saberes que abusavam da praia como objeto de busca de melhorias exclusivas, qualificando seus sujeitos e justificando a precedência da localidade sobre outras, de forma que mesmo apontando problemas na cidade acabava os orientando para Boa Viagem, como no Editorial nomeado de “Bairros Abandonados” e onde apontava que,

“O Recife não é somente a Avenida Guararapes, que mascara tantas necessidades aborrecidas e dá ao forasteiro uma aparência de grande cidade; são os bairros, até onde não chegaram nem iluminação, nem calçamento (...) Porque tudo é a mesma desolação e a mesma tristeza (...)

⁸⁹ “Um plano para Boa Viagem”, Diário de Pernambuco, 02.02.1954, p. 2.

⁹⁰ Idem, ibidem.

⁹¹ Idem, ibidem.

Andou um estabelecimento de crédito da cidade construindo grupos residenciais em Boa Viagem, a dois minutos da Avenida, mal calçada e mal iluminada (...) Tudo foi ótimo no estio. (...) Vieram as primeiras chuvas de abril e inundaram tudo(...)

Entretanto, há ali **gente que poderia estar em áreas urbanizadas, daqui ou do Rio ou de São Paulo**; mas se apega ao encantamento do lugar e busca cooperar com o melhoramento e a expansão da cidade, dando um exemplo de dedicação e de amor à terra (...)

Estude-se um plano de urbanização dos bairros (...) de que, aliás, a Boa Viagem ainda hoje se ressent, a despeito de haverem **os seus moradores se cotisado e entregue à repartição competente as necessárias somas, para apressar o serviço**⁹² (grifos nossos).

O Jornal então se tornava meio para expressar os discursos e as posturas esperadas. O'Donnell (2013, pp. 123-124) também aponta essa prática em Copacabana, no Rio de Janeiro, a qual apresentava uma forma de separação materializada no bairro em si, visto como necessário e imprescindível para o desenvolvimento do Estado, sendo por estes discursos que se justificavam os investimentos no local e, ao mesmo tempo, aceitava-se que não fossem realizados em bairros mais populares.

Uma área de veraneio que estava em processo de transformação para residências permanentes e que buscava criar meios para barrar uma considerada intensificação da moradia. Criticando o crescimento horizontal da cidade, o que tornou "... caríssimos os serviços públicos essenciais...", atingindo diretamente "... uma área como Boa Viagem [...] que não tem esgoto...". Diante desse fato, as falas promovidas a partir do Diário estimulavam o fato de que se devia

⁹² "Bairros Abandonados", Diário de Pernambuco, 12.05.1954, p. 4.

“... deixar construir grandes edifícios na área urbana central [os quais] ajudarão a resolver o problema da casa e elevarão as rendas municipais e estaduais. Que num bairro como a Boa Viagem a Prefeitura faça exigência de gabarito, compreende-se. Mas na rua da Aurora, na rua do Sol, na rua do Imperador, na rua da Imperatriz, quanto maior for o número de grandes edifícios, melhor”⁹³.

Sete anos depois, a perspectiva sobre as moradias verticais inclinava-se negativamente entre o enaltecimento da estética urbana, evocativa de uma pretensa harmonia entre águas de rio, mar e homens; e o apartamento como uma mania nova e forma desconfortável de moradia, alguns já sendo chamados de “cortiços humanos”⁹⁴, uma forma de demérito para a residência.

Contradizendo-se sobre as possibilidades de aproveitamento do espaço horizontal, ensejava-se em sua superfície plana, embora baixa, um “ampliar-se indefinidamente por [sobre] tantos sítios de jaqueiras, mangueiras...”⁹⁵. Iniciando-se pelo centro e já em expansão para outras áreas como “incômodas gaiolas humanas”⁹⁶.

O nível econômico de uma parte dos moradores passava a marcar intensamente as feições da ocupação a partir de então, consolidando-se uma certa autonomia em relação ao restante da cidade.

É relevante neste momento pensar que a área de veraneio para moradia estava sendo transformada para os ricos, para a classe média alta. Contudo o mesmo espaço era vivenciado de outra maneira pelas classes trabalhadoras, cujas falas estavam em sua maior parte silenciadas diante da proeminência de poder expressos nos discursos das elites por meio dos jornais.

⁹³ “Grandes edifícios”, Diário de Pernambuco, 26.01.1950, p 4.

⁹⁴ “Inexperiente, o Recife está aderindo ao apartamento”, Diário de Pernambuco, 23.01.1957, p. 5.

⁹⁵ Idem, ibidem.

⁹⁶ Idem, ibidem.

Para os trabalhadores que ocupavam a área da praia, da mesma forma que para aqueles que estavam chegando pelo êxodo, pelas secas, pelas enchentes não havia essa separação nítida entre local de moradia, trabalho, lazer. Todo o espaço era compreendido como sendo para a sobrevivência seja pescando, morando, catando caranguejo, freqüentando a praia e também agora agregando nova fonte de sobrevivência ao se trabalhar para as casas dos ricos (PEREIRA, 2008).

Contudo seus conhecimentos eram muitas vezes desconsiderados, apontados como ultrapassados, em real atraso para a vida na cidade e nas mentalidades industriais em formação. A produção artesanal, base do conhecimento dos trabalhadores, sobretudo dos que estavam chegando, devia ser modernizada, e seus praticantes profissionalizados, como na instalação da Escola de Pesca de Tamandaré que buscava criar uma escola moderna, onde os pescadores deixassem de andar por cima de jangadas, como os índios faziam à 400 anos⁹⁷, a base de “empirismo e a simples poesia das frágeis jangadas”⁹⁸.

Para os articulistas do Jornal,

“A jangada e o carro de boi são instrumentos pitorescos e belos de ver, ou nos museus ou nas praias e campos, para assinalar uma época. Mas ficar no carro de boi ou na jangada é marcar passo e condenar-se a própria destruição”⁹⁹.

Ademais os trabalhadores eram muitas vezes visualizados no Periódico apenas quando em contradição com as posturas regulamentadas: assassinatos, brigas, violências, roubos, furtos, greves. Sejam os homens ou as mulheres, estes sujeitos estavam presentes quando eram buscados enquanto mão de obra¹⁰⁰ e ao mesmo tempo ausentes de construções

⁹⁷ “Vai ser instalada em Tamandaré uma estação de pesca para os filhos dos pescadores nordestinos”, Diário de Pernambuco, 21.03.1952, p. 3.

⁹⁸ Editorial “Uma escola de pesca para o Nordeste”, Diário de Pernambuco, 21.03.1951, p. 4.

⁹⁹ “A Escola de Tamandaré e o entreposto do Recife”, Diário de Pernambuco, 03.01.1954, p. 4.

¹⁰⁰ Procura-se cozinheira que cozinhe à européia, para casa na Av. Beira Mar”, Diário de Pernambuco, 03.01.1954, p. 3; “Precisa-se cozinheira que durma no emprego para residência

positivas como a Colônia de Pescadores estabelecida no Pina (SILVA, 2008, p. 28) e que atuava também em Boa Viagem. A Colônia foi uma grande fonte de resistência à expulsão dos moradores da área do Pina e Areal Novo, que acabou por mudar seu nome para Brasília Teimosa¹⁰¹, diante de tanta força para sua expulsão.

Além disso, foi dessa área que saiu o bloco carnavalesco “Banhistas do Pina”, o qual, apesar de lembrar aqueles que tomam banho nas águas do mar, também e dubiamente designava os pescadores que serviam, no início das práticas talassoterápicas, de guarda-vidas dos usuários que se aventuravam em entrar no mar e não sabiam nadar. São formas de resistências algumas vezes abertamente, outras tentando manter a memória das ligações com o passado, base da identidade dos sujeitos.

A noção de praia como espaço democrático esbarra em todos os mecanismos discursivos apresentados até agora a partir do processo de ocupação da praia de Boa Viagem pelas elites citadinas que começaram a se apropriar do espaço a partir dos anos 1920. Desse momento em diante as relações de forças entre as classes apresentaram-se para demarcar e constituir o espaço para diferentes finalidades, como diferentes são os sujeitos envolvidos.

O discurso da praia como sendo democrático se tornou muito forte. O'Donnell (2013) percebeu essa construção e permanência por meio dos discursos de apropriação da praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. Da mesma forma Bartelt¹⁰² analisa o quanto a crença acabou por disfarçar injustiças.

A mesma praia que serve para pesca, serve para o lazer, é usada como status e distinção social para moradia. Ao chamar a atenção para a característica democrática, silencia-se de quais formas se podem acessar o mar. Santos (1985) nos chama a atenção para que o estudo do espaço não

em Boa Viagem”, Diário de Pernambuco, 09.01.1954, p. 10; “Cozinheira que saiba cozinhar”, “Ama para arrumação e copa e que saiba ler”, Diário de Pernambuco, 29.01.1954.

¹⁰¹ “Processo de reconquista do cais do areal”, Diário de Pernambuco, 10.04.1958, p. 16.

¹⁰² “Desigualdades não somem na praia”, <http://www.cartacapital.com.br/cultura/desigualdades-nao-somem-na-praia-diz-autor-de-livro-sobre-copacabana-7206.html>, acesso em dezembro 2013 e julho 2016.

seja como um elemento isolado. A significação real das formas espaciais está subordinada à totalidade social dentro da qual se evidenciam. A idéia de uma praia democrática silencia a respeito das outras formas não democráticas, criando acomodações e encobrendo contradições.

Boa Viagem tem seu espaço de moradia, discursiva e materialmente direcionada às elites recifenses. Em contrapartida a idéia do uso da praia para o lazer foi se constituindo em espaço de possibilidades para a convivência entre as classes sociais, de forma a não demonstrar haver conflitos. Entretanto esses lazers são possíveis dentro daqueles condicionados às mentalidades dos proprietários.

O jogo de futebol, prática elitista apropriada pelas classes trabalhadoras (FREYRE, 2004), ainda causavam incômodos e sofreram várias restrições e adequações, sobretudo no espaço da praia. Tornou-se um problema para as elites, dentro do modelo de uso da praia idealizado por ela, e foi designado o ordenamento à Secretaria de Segurança Pública¹⁰³. Tornou-se um caso de polícia, conforme várias manifestações populares ao longo do século XX (REZENDE, 1981).

O próprio banho de mar é criticado pelo jornalista Aníbal Fernandes, em sua coluna diária "Cousas da Cidade", como tendo excessiva tolerância, permitindo que,

"gente suspeita se meta de permeio [...] [com] um tal desconchavo de vestuário e tamanho relaxamento nos gestos e nas atitudes que seria oportuno por ali aparecesse a Delegacia de Costumes afim de coibir tantos abusos. A licença mais descompassada está afetando gravemente os banhos de mar no Recife"¹⁰⁴.

Novamente o uso do espaço da praia para o lazer é facultado a todos, desde que estejam adequados as normas, na maioria das vezes exarada por uma minoria.

¹⁰³ "Delimitadas as áreas de jogos nas praias", Diário de Pernambuco, 11.11.1955, p. 16.

¹⁰⁴ Coluna Cousas da Cidade "Banhos de mar", Diário de Pernambuco, 01.10.1950, p. 4.

RUMO AO MAR é a voz de
comando das *Camisarias União*
apresentando **Grandes**
ofertas de verão!

SAÍDA DE BANHO —
Em tecido tipo Lomita
com lindas aplicações.
Em sugestivas cores.
Cr\$ 198, —

CAMISA Sport-Slack —
para cavalheiros. Ótima
cambesia tropical. Man-
cas longas e dois bolsos.
Cr\$ 98, —

SHORT para crianças
Em tecido sanfonado e
resistente. Com sunga
de malha interna.
Cr\$ 54, —

RUMO AO MAR —
Maillô para senhoras
em fino "Elastex". No-
tável modelo Copaca-
bana.
Cr\$ 498, —

CAMISA Sport-Slack —
para crianças. Tecido

CALÇA SHORT — para
cavalheiros. Original no-

Figura 13 Cartaz da Loja Camisaria União. O preço do maiô constitui quase 1/3 do salário mínimo instituído pelo Governo Federal à época. A cobrança por vestimentas adequadas para uso nas e das praias, também se revestia em demonstrar status econômico, constituindo-se de mais uma adequação às normas.

Fonte: Diário de Pernambuco, 19.09.1954

Desse quadro complexo e dialético, pronunciou-se mais uma formação territorial: o de exploração da praia a partir do Turismo hoteleiro. A construção do Hotel Boa Viagem, partindo desta leitura, marca essa transição lenta, mas contínua.

3.3 O Hotel Boa Viagem: capitalizando o Turismo e concentrando a renda

Os discursos sobre o Turismo e a ascensão de práticas turísticas caminharam juntas ao longo da ocupação da praia pelas elites. Até a década de 1950 nos foi difícil encontrar o termo turista associado aos usuários da praia. A concepção de veranista¹⁰⁵ estava mais marcante e era atrelado àqueles que freqüentavam a orla nas épocas já consolidadas socialmente como apropriadas para ter com o mar, coincidindo com o verão, com as férias escolares e com as festas religiosas do cristianismo.

Não consideramos o desconhecimento do termo, mas o turista era aquele que vinha de fora e não o residente¹⁰⁶. Estava associado à idéia de ser exógeno e não apenas à prática em si. Contudo não havia uma distinção clara dos termos.

Já o Turismo enquanto termo foi bastante marcado ao longo das décadas. A prática em si era mais bem detalhada, apresentando uma idéia formada a partir da freqüência aos lugares para lazer e fruição dos ambientes naturais e culturais. Guimarães (2012) também reforça essa perspectiva ao apresentar a construção das ideias sobre o Turismo na década de 1930 no Brasil, partindo do discurso nacionalista da Era Vargas. Para a autora o Turismo partilhava de uma função social para o Estado Varguista, que era manter a união do território nacional. Aparentemente esta concepção suplantava a questão econômica, mais próxima da visão de industrialização.

Diante disso, havia uma maior circularidade aposta ao termo Turismo e turista do que a veranista. A transformação é bastante reflexa no quantitativo de usos de cada um deles. Em consulta por termos no Diário de Pernambuco, materializamos os resultados na tabela 1 a seguir, a qual mostra a ascendência do termo Turismo em maior escala, seguido do termo turista e a lenta diminuição de veranista:

¹⁰⁵ Coluna Cousas da Cidade “Calor e praia”, Diário de Pernambuco, 25.02.1944, p. 4.

¹⁰⁶ “A conferência anti-comunista pronunciada, hontem, no recinto da exposição”, Diário de Pernambuco, 05.01.1940, p. 2; “Movimento do porto e do aero-porto”, Diário de Pernambuco, 25.01.1941, p. 3; “A arte marajoara nos passeios laterais da Av. Getúlio Vargas”, Diário de Pernambuco, 07.03.1943, p. 7.

DÉCADA	TERMO	QUANTITATIVO
1930	TURISMO	1.272
	TURISTA	309
	VERANISTA	27
1940	TURISMO	1.578
	TURISTA	421
	VERANISTA	33
1950	TURISMO	2.828
	TURISTA	833
	VERANISTA	18

Tabela 1 Levantamento do quantitativo de usos dos termos aplicados às práticas turísticas, durante as décadas de 1930, 1940, 1950, a partir das reportagens do jornal Diário de Pernambuco.

Fonte: A autora.

Aparentemente havia apenas uma distinção que apunha o turista ao veranista. O primeiro era o exógeno da região, da localidade, mas não necessariamente um de fora do país. Além de também não estar, necessariamente, ligado às rotações temporais locais. O turista o era em qualquer época do ano, já o veranista se apoiava em tempos mais específicos, mais *sui generis* à realidade local. O que reforça as conclusões de Guimarães, anteriormente citada.

A partir da década de 1950 essas noções foram se transformando, uma vez que passaram a acompanhar o crescimento da importância do Turismo em nível mundial (BOYER, 2003). Ao longo do período, de forma crescente, o Diário inicialmente foi constituindo artigos que incluíam perspectivas turísticas para o Recife, entremeadas ao longo de textos diversos¹⁰⁷, os quais foram se transformando e intensificando-se em espaços totalmente dedicados aos saberes do Turismo¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Citamos como exemplo, alguns artigos que tocam sobre o Turismo dentro de outros contextos: Coluna Cousas da Cidade “Carnaval do Recife”, Diário de Pernambuco, 19.01.1950, p. 4; “Repressão ao Jogo”, Diário de Pernambuco, 05.01.1952, p. 8; “Falta de cinemas”, Diário

Nesse contexto o Turismo era tratado e retratado como sendo evidente, sem necessidades de maiores explicações. Contudo foram ficando claras três associações diretas: a primeira era a que associava o Turismo a uma prática moderna. Era a “indústria do Turismo” o chamariz para ligar a praia ao sistema produtivo da “Ideologia do Progresso”, base para o crescimento econômico do pós Segunda Guerra Mundial (HOBBSAWM, 1995), além da ligação com as políticas econômicas dos governos Estadual e Federal.

Para o articulista do Diário,

“ ... quem diz turismo diz indústria de turismo, ou seja, uma **organização** capaz de tornar a visita aos países distantes e a vista das coisas maravilhosas uma **empresa de prazer e confortos**, digna de férias para os trabalhos de cada dia, repouso para o corpo e para o espírito” ¹⁰⁹ (grifos nossos).

Era uma expressão que perpassava pela noção de prestação de serviços, mais do que transformação de matérias primas em manufaturados, base do conceito de indústria. Apesar de o artigo ser uma crítica a forma como estava sendo praticado o Turismo na cidade do Rio de Janeiro, ele permite visualizar o que se acreditava ser a “indústria do Turismo”, com facilidades para a estadia e deslocamento do turista e de suas bagagens, honestidade na cobrança de valores, prestação de informações de circulação, conforto nas instalações hoteleiras, entre outros pontos¹¹⁰.

de Pernambuco, 08.01.1954, p. 4; “Hoteis e cafés para o Recife”, Diário de Pernambuco, 14.01.1954, p. 4;

¹⁰⁸ Apontamos o crescimento do turismo ao longo da década, partindo de um único mês e a intensidade de artigos específicos sobre o tema: “Turismo”, Diário de Pernambuco, 18.01.1957, p. 4; “A politicalha, o turismo e os jardins”, Diário de Pernambuco, 19.01.1957, p. 4; “Turismo sem estradas”, Diário de Pernambuco, 23.01.1957, p. 4; “E ainda se fala em turismo no Recife...”, Diário de Pernambuco, 24.01.1957, p. 12; “Lugar de Turismo”, Diário de Pernambuco, 27.01.1957, p. 26; “Turismo e buraqueira”, Diário de Pernambuco, 29.01.1957, p. 4; “O carnaval do Recife e o Turismo”, Diário de Pernambuco, 31.01.1957, p. 3.

¹⁰⁹ “Rio de Janeiro, cidade de turismo”, Diário de Pernambuco, 29.11.1951, p. 4.

¹¹⁰ Idem, ibidem.

Um segundo ponto era o que percebia que o Turismo não era algo simples, mas possuía um conceito econômico produtivo. Para esta visão a “indústria do turismo” era aquela que permitia que outros circuitos produtivos se interligassem e promovessem “vantagens financeiras [...] incomparavelmente maiores” ¹¹¹, como os usos econômicos do carnaval, que movimentou lojas, espaços, hotéis. Dessa feita o artigo desvela que “o turismo é uma indústria rendosa. Um grande negócio” ¹¹², sendo, contudo, seus usos e exploração apropriados muito lentamente no Recife da década de 1950.

Por fim percebemos que uma terceira perspectiva também efluía dos discursos e apontavam o Turismo para o Recife como mais um mecanismo associativo de Boa Viagem à modernidade e à sua importância para a região. A partir destes textos o Turismo era apresentado como um meio para exigir tratamento diferenciado para a praia, a partir da construção de parques, avenidas, posteamento elétrico, arborização, saneamento¹¹³. A produtividade atrelada às demais visões da “indústria do Turismo” viriam como consequência, não eram um fim em si mesma.

Essa perspectiva também promovia um processo que a Ruth Glass (apud ALLIS, 2012, p. 142) identificou como “gentrificação”. Apesar de o conceito ser posterior à década de 1950, no entanto, identificamos a partir das posturas discursivas visualizadas no Diário que se consolidou a imagem de apropriação do espaço da praia, transformando-a em um território para uso exclusivo da classe social elitista. A partir desse fato foram se alterando as dinâmicas sociais dos sujeitos já estabelecidos e afetando diretamente a classe dos trabalhadores que usava o espaço como moradia.

Com isso buscou-se excluir aquelas características consideradas inadequadas pelos novos sujeitos como aquelas que lhes parecia ou se associava como sendo feia, pobre ou arcaica, à época. É sintomático que a construção e manutenção da Avenida Beira Mar, por quase todo o século XX,

¹¹¹ “Carnaval, turismo e economia”, Diário de Pernambuco, 22.02.1953

¹¹² “Os atrativos do Recife e a indústria do turismo”, Diário de Pernambuco, 29.09.1956

¹¹³ Coluna Cousas da Cidade “Urbanização em Boa Viagem”, Diário de Pernambuco, 07.01.1954

constituiu-se num traçado voltado de frente para o mar e de costas para o manguezal, fonte não privilegiada como embelezamento.

Dessa forma as perspectivas e os conceitos apresentados sobre o Turismo, articulavam-se nem sempre de forma negativa. Durante a década em estudo o Turismo foi transformando sua importância e ascendendo mediante os contextos históricos que propiciaram um desenvolvimento enquanto desconsideraram outros. Foram as dinâmicas das relações sociais, inscritas nos contextos da época, que transformaram as ações com visões de positividade para uma classe e de negatividade para outra.

Nessa perspectiva a construção do Hotel Boa Viagem reflete o posicionamento dos sujeitos envolvidos em transformar a praia para seu uso, excluindo outros e, por vários anos, o Hotel permaneceu como o único estabelecimento de hospedagem de porte internacional na praia (SILVA, 2007), fato que reflete os contextos históricos pelos quais passavam a praia e os sujeitos.

A presença de um discurso sobre a construção de um hotel em Boa Viagem foi sendo gestada lentamente. Sendo, em sua maior parte de vezes, associada a uma necessidade da e para a população local, ao menos daquelas que podiam pagar para se hospedarem¹¹⁴. Já se iam longe os tempos em que as elites alugavam as casas simples dos pescadores do Pina e de Boa Viagem para ficarem durante a temporada de veraneio (conf. Tópico 1.2.3).

Ainda na década de 1930, o Governo estadual havia construído o Grande Hotel do Recife, inaugurado em 1938 (Figura 14). Localizado na Av. Marins de Barros, o Grande, como era chamado, ficava no centro do Recife, às margens do rio Capibaribe, localização escolhida pela proximidade com o porto e com o hidro-aeroporto. Hotel considerado de porte internacional, na década de 1950 o Grande se encontrava arrendado ao carioca Alberto Bianchini, em associação com os pernambucanos Antônio Lumack do Monte, mais tarde criador do Grupo Monte Hoteis, além de José Acácio de Lucena Melo (SILVA, 2007).

¹¹⁴ “Mais um hotel para o Recife”, Diário de Pernambuco, 10.01.1950

Figura 14 Cartão postal do Grande Hotel década de 1930. Até a década de 1950, o hotel foi o único considerado de porte internacional existente no Recife. Fechado em 1992.

Fonte: acervo de cartões postais, Fundação Joaquim Nabuco.

Mesmo o Grande Hotel estando em pleno funcionamento e “se acha[ndo] de tal forma repleto, que dificilmente se encontrará um cômodo” ¹¹⁵, circulava pelo Diário a idéia da necessidade de construção de um novo estabelecimento de hospedagem, porque este estava [...] datando de 20 anos atrás” ¹¹⁶. Ademais o Hotel não estava conseguindo atender a própria população, sendo voltado mais para um público de “forasteiros” (sic) ¹¹⁷.

A formulação dessa idéia passava pela necessidade da interferência do Governo, municipal ou estadual, em construir o hotel “porque não é possível que tenhamos entrado na segunda metade do século com um único hotel, que valha a pena mencionar” ¹¹⁸. Amparado por um discurso de modernização, a substituição do velho por um novo, o autor elenca como prioridade a

¹¹⁵ Idem, ibidem.

¹¹⁶ Idem, ibidem.

¹¹⁷ Coluna Editorial “Um novo hotel para o Recife”, Diário de Pernambuco, 01.08.1951

¹¹⁸ “Mais um hotel para o Recife”, Diário de Pernambuco, 10.01.1950

construção de um outro “novo” hotel para atender as necessidades das elites que estavam se estabelecendo e criando a praia de Boa Viagem, cujas faltas de casas para recebê-los durante a temporada de veraneio era o peso maior dentro do discurso.

A lucratividade do estabelecimento é algo secundário, mas não esquecido, uma vez que se apontava Boa Viagem como imbricação ideal entre o aeroporto, transferido para o Ibura a partir da segunda metade da década de 1940, a praia e o centro do Recife. Um hotel à beira mar acomodaria muito melhor as tripulações e passageiros que pernoitavam em Recife, da mesma forma que estimularia a “indústria do turismo”¹¹⁹.

O artigo não esquece a presença popular, fato dificilmente encontrado ao longo dos textos, mas atrelando-a a uma participação controlada e seletiva dentro da “indústria do turismo”, a partir da qual o “Recife também poderia atrair turistas dos Estados vizinhos, se tudo obedecesse a um plano e se cultivassem **certas tradições que se arraigaram no povo e não devem desaparecer.**”¹²⁰ (grifos nossos).

O discurso construindo a necessidade de um novo hotel apresentava que a própria elite não pensava de forma una. Se imperava com mais força o discurso de manutenção da economia agrário-exportadora centrada na lavoura da cana de açúcar, por outro lado, comportava discursos menores e, conforme veremos, complementares à produção considerada principal, sem conflituarem-se.

A idéia de construção do hotel na praia passava então por esse viés de complementariedade econômica, portando-se como um investimento de capital, acompanhando assim aquilo que o jornal chamava de “iniciativas pernambucanas mais arrojadas”¹²¹, liderada por ações individuais que buscavam “em vez de inverter o dinheiro no sul e em capitais mais prósperas, decidi[a-se] mesmo pelo Recife”¹²².

¹¹⁹ Idem, ibidem.

¹²⁰ Idem, ibidem.

¹²¹ Coluna Editorial “Um novo hotel para o Recife”, Diário de Pernambuco, 01.08.1951

¹²² Idem, ibidem.

Assim três “arrojados” pernambucanos debateram-se na primazia de construção do local para hospedagem: o primeiro foi o empresário de revenda de peças e oficinas automobilísticas da Ford em Pernambuco¹²³, Armindo Moura. Ligado ao PSD estadual, apoiando o Deputado Jarbas Maranhão que era candidato ao Governo estadual nas eleições de 1954, Armindo Moura passou a sofrer uma série de críticas no Jornal, taxando-o de “conseguir o que não é direito, o que é escuso, o que suja consciência”¹²⁴, devido as suas ligações com o Governo Federal, fato que, segundo o Diário, facilitava o acesso à alfândega e a liberação de seus produtos de forma privilegiada¹²⁵.

Quanto ao hotel, ainda segundo o Diário, o empresário pretendia construí-lo não à beira mar, mas à beira rio, seguindo os traços arquitetônicos de Corbusier e Niemeyer. Como o projeto não estava na orla, privilegiava-se a salubridade do ar, do sol e da paisagem, para renovar as energias num hotel que oferecia “conforto médio”¹²⁶.

O segundo era o também empresário agora já do ramo hoteleiro, o carioca Alberto Bianchini. A quem o jornal não faz muitas apresentações. E o terceiro era o industrial Dias Lins, o qual de fato construiu o Hotel Boa Viagem.

Apresentando-o como homem progressista e arrojado, Dias Lins era um usineiro, proprietário do Engenho Sapucagi, no município de Escada, mata sul do Estado, o qual se encontrava de fogo morto¹²⁷.

Com a presença e o estímulo do Estado, a ideia do Hotel cresceu, tomando forma com o projeto de lei 187, da Câmara de Vereadores do Recife, “concedendo isenção de impostos, taxas e emolumentos municipais, pelo prazo de 15 anos, à pessoa física ou jurídica que construir um hotel em Boa Viagem”¹²⁸, transformando-se na Lei n. 1.372, que levou a Prefeitura do Recife a abrir o edital n. 20, de 12.10.1951, de concorrência para sua construção.

¹²³ Interessante lembrar que os automóveis, até a era JK, eram importados, assim como suas peças.

¹²⁴ “Comprando e pagando”, Diário de Pernambuco, 29.04.1954

¹²⁵ “Favoritismo”, “Os caminhões do Nordeste”, Diário de Pernambuco, 11.05.1954; “Os negócios do sr. Armindo Moura”, Diário de Pernambuco, 12.06.1954

¹²⁶ Coluna Editorial “Um novo hotel para o Recife”, Diário de Pernambuco, 01.08.195

¹²⁷ Coluna Editorial “Casa de repouso”, Diário de Pernambuco, 08.01.1957.

¹²⁸ Publicação da Câmara de Vereadores, Diário de Pernambuco, 19.08.1951

Ao sair o edital o Diário reforçava que a construção,

“ [...] interessa muito **mais aos recifenses** e aos nordestinos, **do que mesmo aos forasteiros**. [...] O Hotel de Boa Viagem servirá sobretudo aos que, aqui morando, gostam de passar um mês ou dois na praia, sem preocupações de empregados ou de aluguel de casa”¹²⁹ (grifos nossos).

Com Dias Lins vence o projeto da praia, desligando-se da proposta de Armindo Moura voltada para o rio. Da mesma forma que era abandonada a idéia de um hotel de porte médio. O novo projeto era considerado de luxo para atender uma clientela de alto poder aquisitivo, uma vez que,

“Num ambiente de luxo, num bar dito de luxo, e num hotel de luxo, ninguém tem o direito de reclamar da nota. Dos estilos é simplesmente pagar. Ou então não penetrar nunca em tais lugares, o que é também indicado e aconselho [...]”¹³⁰.

Além disso, também vence especificamente Boa Viagem, uma vez que na idéia inicialmente apresentada por Lins, o hotel devia ser levantado no terreno do antigo Cassino Americano, que se localizava no Pina e não em Boa Viagem¹³¹.

A mudança para junto da praça da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem se remetia a manutenção do distanciamento em relação a área

¹²⁹ Coluna Cousas da Cidade “O hotel da Boa-Viagem”, Diário de Pernambuco, 16.10.1951.

¹³⁰ Coluna Cousas da Cidade “O Hotel de Boa Viagem”, Diário de Pernambuco, 12.11.1954.

¹³¹ Coluna Cousas da Cidade “Hotel em Boa Viagem”, Diário de Pernambuco, 24.08.1951.

popular, de manguezais e com invasões que era o Pina. No local do antigo cassino, fechado a partir da proibição dos jogos no Governo Dutra, funcionava,

“ [...] uma verdadeira espelunca, que se assemelha às baiúcas do Pina e de outros lugares escusos da cidade.

“Os vespertinos de ontem estão cheios de notícias de arruaças ali praticadas; mas poucas as esperanças de uma providência decisiva, de tal maneira se [ilegível] o suspeito estabelecimento de particular proteção policial.¹³²

Tendo iniciado as construções a partir de abril de 1952, o hotel passou a funcionar da segunda metade de 1954 (Figura 15), até quando encerrou suas portas na década de 1990.

O MAIS NOVO E LUXUOSO HOTEL DE PERNAMBUCO

- A 3 minutos do Aeroporto Guararapes
- A 20 minutos do centro comercial do Recife
- No melhor ponto da praia de Boa Viagem
- 100 apartamentos DE FRENTE, todos com varanda, banheiro e telefone
- Ar condicionado (opcional)

PREÇOS:

Apartamentos: —	(Casal): —	Cr\$ 320,00
(Externo)	(Solteiro): —	Cr\$ 240,00
Apartamentos: —	(Casal): —	Cr\$ 440,00
(Frente para o mar)	(Solteiro): —	Cr\$ 330,00

(Sobre esses preços não será cobrado nenhum adicional)

As refeições poderão ser feitas "à La Carte" no Restaurante de primeira ordem situado no 1.º pavimento do Hotel, ou numa bem instalada Cafeteria, no pavimento térreo, para as refeições ligeiras.

HOTEL BOA VIAGEM

... • AINDA

SORVETERIA "COQUEIRAL" — CAFETERIA "O JANGADEIRO"

Não só para os hóspedes como também para o público pernambucano

Para reserva de apartamentos End. Telegráfico: "DISLUNA" —
Fones: 7967 — 6559 — 7902 — Caixa Postal 766

AVENIDA BEIRA-MAR, 4982 — (CIRCULAR DE BOA VIAGEM)

Figura 15 – Propaganda do Hotel Boa Viagem. Apresentando-se como um ambiente de luxo, o Hotel cobrava uma diária no valor de Cr\$ 440,00, quando o salário mínimo no período era de Cr\$ 2.200,00.

Fonte: Diário de Pernambuco, 22.05.1955

No contexto apresentado o Hotel Boa Viagem, as elites, a praia e os trabalhadores marcaram as feições da ocupação do bairro, promovendo

¹³² Coluna Causas da Cidade “Hotel e transportes em Boa-Viagem”, Diário de Pernambuco, 12.02.1950

dialeticamente a orientação para o caráter elitista que assumiu. A construção do Hotel marcou justamente essa inclinação entre sujeitos tensionados, demonstrando as relações de forças que se imbricavam no espaço territorializado pelas elites para tantas funções sociais.

3.4 Hotel, Estado e Turismo

Ao longo da década de 1950, os entendimentos que se tinham sobre o Turismo foram se cercando na forma de um Turismo baseado na exploração a partir de hotéis, excluindo outras formas como o veraneio de segundas residências, e ainda outros sujeitos que não as elites. Da mesma forma também tangenciava sobre a figura do turista, tornando-o próximo quando escolhia as próprias elites locais e regionais, e secundando a importância do “forasteiro”.

Apesar de uma prática ainda bastante limitada, o Turismo estava nos discursos, nas reuniões de negócios, em congressos apresentados nos jornais, tornando-se parte das preocupações dos órgãos estatais, abrindo-se para a economia local.

Discursivamente a idéia de associação necessária entre hotel e Turismo foi sendo moldada e fortalecida ao longo da década. A solicitação da construção, sempre a partir do Estado, de estruturas de hospedagens em várias cidades era carregada como sinônimo de modernização para regiões que não conseguiam seguir a agricultura, por causa da seca, da pobreza, da ausência do assistencialismo do Estado, exemplificados na construção de um hotel na cidade interiorana de Fazenda Nova, em Pernambuco.

Da mesma forma que localidades consideradas modelos de desenvolvimento como a cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, Garanhuns, Catende e Caruaru, em Pernambuco, bem como Paulo Afonso na Bahia, necessitavam de hotel justamente para coroar seu desenvolvimento e modernização¹³³.

Alguns editoriais passavam a ideia de crise na hotelaria, apesar de ser um fenômeno recente, e que “qual filha espúria, é tratada como

¹³³ “Um hotel para Mossoró”, Diário de Pernambuco, 28.11.1954; “O caso do Hotel Monte Sinai”, Diário de Pernambuco, 28.02.1954; “Começou a derrubada do Catende-Hotel”, Diário de Pernambuco, 22.05.1955; “O Grande Hotel de Fazenda Nova”, “Hotel para Caruaru”, Diário de Pernambuco, 19.06.1955; “Conclusão das obras do Hotel de Paulo Afonso”, Diário de Pernambuco, 15.07.1956

engeitada”¹³⁴, esforçando-se para produzir uma associação entre o Turismo e a necessidade de haver hotéis. Aparentemente alguns Estados e órgãos eram apontados como se desconhecessem que para haver Turismo precisava também existir o hotel.

Em Recife a Prefeitura tratava o Turismo a partir do Departamento de Documentação e Cultura – DDC. Órgão subordinado diretamente ao Prefeito através da Lei no. 2.198, de 19.05.1953, a partir da qual ficava responsável pela centralização das atividades de “turismo e cartazes”, conceito bastante vago, mas que atrelava o Turismo às práticas culturais e não a uma “indústria”. Percebia-se o Turismo mais próximo de tradições do que da economia.

O Decreto n. 477, de 06.11.1953, que regulamentava o DDC, tentava ser mais específico, elencando apenas o Turismo como concernentes às suas atividades e dedicando um setor mais específico, dentro da Seção de Divulgação e Publicações. Em suas alíneas “d” e “e”, o Decreto especificava que era seu encargo, respectivamente,

“fomentar o **turismo como meio de conhecimento e divulgação cultural**, principalmente para grupos de operários, funcionários, escolares, militares, comerciários e outras classes cujas ocupações ou situação não permitam por si só um contato mais íntimo com a Região”

“estudar e sugerir **planos para o desenvolvimento da indústria hoteleira** e a construção ou organização de pousadas em sítios de maior interesse turístico”¹³⁵
(GRIFOS NOSSOS).

Em 14.03.1955, a Câmara Municipal criou o Conselho Municipal de Turismo, ligado ao DDC e com as mesmas atribuições do Setor de Turismo do

¹³⁴ Editorial “A hotelaria ao desamparo do Estado”, Diário de Pernambuco, 09.10.1956.

¹³⁵ Portal WWW.legiscidade.com.br, acesso em novembro/dezembro de 2015.

Órgão. Era composto pela Associação Brasileira da Indústria de Hoteis, Agências de Turismo do Recife, Sindicato dos Jornalistas Profissionais, Sindicato dos Hoteis e Similares do Recife, Agências de Transportes Aéreos, Sindicato das Agências de Navegação do Recife, Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros, Associação Comercial de Pernambuco e Departamento de Estradas de Rodagem ¹³⁶.

Apesar da criação do Conselho representar a ascensão das questões sobre Turismo como parte das ações da Prefeitura perante o Município, ele não foi bem recebido pelos articulistas do Diário. Os discursos expressos levavam o leitor a questionar a necessidade em se criar mais um aparelho de Estado que faria a mesma coisa que o Departamento de Documentação e Cultura, servindo “para dizer às pessoas que visitam o Recife o que nós temos de chamariz histórico, geográfico e sentimental” ¹³⁷.

Além disso, inquiria sobre as escolhas dos integrantes, apontando lacunas materializadas por ausências de grupos representativos como o Sindicato dos Motoristas, o Instituto Arqueológico, a Academia de Letras, mostrando que o ato foi decidido sem apelo democrático, ou ao menos desconsiderando outros sujeitos específicos, mas muito mais burocrático e técnico.

Apesar das críticas, o Conselho se estabeleceu e passou a se reunir com certa periodicidade, assumindo posturas que muitas vezes ia de encontro às práticas dos empresários que exploravam a hotelaria. O Conselho marca a presença do Estado, mediando, impondo, fiscalizando e, sobretudo, taxando as nascentes atividades ligadas ao Turismo.

A taxação dessas atividades foi motivos de muitas discussões, agressões, mandados judiciais os quais desvelavam pontos de atrito entre as elites, sobretudo diante do Prefeito Pelópidas da Silveira, eleito com o apoio das Esquerdas.

¹³⁶ “Assinado pelo Prefeito Rui Alves, o Decreto criando o Conselho Municipal de Turismo”, Diário de Pernambuco, 15.03.1955

¹³⁷ Coluna Editorial “O Conselho Municipal de turismo”, Diário de Pernambuco, 28.04.1955

O diário questionava se já era o momento de criar taxas que incidiriam sobre os hotéis, enquanto havia tantas obras de infra-estrutura para atender as demandas do Turismo ainda para serem realizadas. Sobrecarregar justamente os hoteleiros era apenas visar a parte que estava produzindo sem o Estado ofertar sua contrapartida.¹³⁸ Ademais enquanto a área litorânea de Boa Viagem, turística por excelência, continuava sem ser urbanizada, a taxa de Turismo se constituía como uma verdadeira extorsão¹³⁹.

As críticas aparentemente barraram o movimento de taxaço. Contudo no ano seguinte, 1956, o assunto voltava a ventilar na Prefeitura e acabou sendo aprovado, para desencanto de alguns articulistas do Jornal.¹⁴⁰

A importância de um conhecimento técnico a respeito do Turismo foi uma das questões que se sobressaiu entre as linhas dos artigos. Diante das críticas sobre a presença do Sindicato dos Hoteis e Similares do Recife como integrante do Conselho Municipal de Turismo, fato aparentemente dispensável e que era julgado como favorecimento aos hotéis, ou mesmo apenas componente decorativo, foi elencado toda a tecnicidade presente para se poder discutir o problema do Turismo. Relação aparentemente desconhecida pelo articulista do Jornal.

Dessa forma apresentava-se que os conhecimentos exigidos para falar e atuar sobre o Turismo eram conhecimentos práticos, adquiridos por aqueles que estavam atuando na área, uma vez que “o turismo é um fator econômico e não puramente de hospitalidade” e que “a hospedagem é um dos fatores básicos para o turismo”, além de ser “o transporte como um dos fatores básicos para o turismo”¹⁴¹.

A resposta expressada pelo representante do Sindicato dos Hoteis e Similares estava construindo sua autoridade discursiva, elencando, a partir de

¹³⁸ Editorial “Taxas de turismo”, Diário de Pernambuco, 12.05.1955

¹³⁹ Coluna Causas da Cidade “Taxas de turismo”, Diário de Pernambuco, 23.06.1955

¹⁴⁰ “Cogita-se novamente da cobrança da taxa de turismo, no Recife”, Diário de Pernambuco, 26.07.1956; “Do imposto sobre o turismo e hospedagem”, Diário de Pernambuco, 18.10.1956; Editorial: “Taxa de turismo”, Diário de Pernambuco, 09.01.1957; “Extra para a regulamentação do Imposto de Turismo”, Diário de Pernambuco, 10.01.1957; “Hoteleiros contra o imposto de turismo”, Diário de Pernambuco, 12.01.1957; “Em estudo o regulamento imposto de turismo”, Diário de Pernambuco, 13.01.1957; “Imposto de turismo”, Diário de Pernambuco, 20.02.1957.

¹⁴¹ “O Conselho Municipal de Turismo”, Diário de Pernambuco, 18.05.1955

uma rede de saberes, a autoridade necessária para lhe dar poder e voz sobre o tema, ao mesmo tempo que retirava do outro o poder de falar ou questionar.

Desenvolvendo uma gênese criativa do discurso, o artigo formatava uma estrutura binária, operando a partir das teias de poderes, construindo, assim, ele e o outro, o técnico e o não técnico, o conhecedor e o não conhecedor, uma vez que “o movimento turístico no Brasil vem sendo liderado pela classe hoteleira”, enquanto o “Governo [...] nem sequer compreendeu a importância do turismo, como fonte de receita pública” ¹⁴².

Ademais o artigo também nos levou a questionar sobre a formação dos trabalhadores do Turismo, a mão de obra que transitava entre esses saberes técnicos e não técnicos, conhecedores e não conhecedores, mas que agiam para movimentar as estruturas turísticas. Visibilizados seletivamente em alguns momentos, silenciados em outros.

A inauguração do Hotel Boa Viagem possibilitou visualizar como era a estrutura de trabalhadores, ao menos para o hotel considerado de padrão luxuoso, uma vez que os demais estabelecimentos de hospedagens nem sempre o acompanhavam.

Dessa forma o diferencial qualitativo do hotel também incluía a exposição de sua mão de obra, ou parte dela, como sendo de “técnicos contratados na Europa, cozinha de 1ª. Ordem, com pessoal habilitado” ¹⁴³. O gerente, Alberto da Fonseca de Pina, era português e estava trabalhando anteriormente na centenária cadeia portuguesa de Hoteis Alexandre de Almeida, quando foi “convidado pessoalmente pelo dr. Dias Lins, [naquele] momento em viagem pela Europa, para vir dirigir o Hotel Boa Viagem”¹⁴⁴. Ao chegar o português foi levado pelo Hotel a fazer um pequeno curso de aperfeiçoamento em hotéis de São Paulo e Rio de Janeiro, buscando adequar seus conhecimentos europeus à realidade dos serviços ofertados nos estabelecimentos nacionais.

¹⁴² Idem, ibidem.

¹⁴³ “A terceira capital do país, possui no ‘Hotel Boa Viagem’, um estabelecimento à altura do seu progresso”, *Diário de Pernambuco*, 25.11.1954.

¹⁴⁴ Idem, ibidem.

Além dele o sub-gerente Gunther Eickman era alemão e tinha formação em técnica de hotelaria; o maitre d'hotel Freddy RosenBrans e o chefe de cozinha Antônio Lopes, tinham sido contratados do Hotel Glória e Copacabana, respectivamente. Ambos hotéis na região sudeste do Brasil.

A formação técnica da mão de obra, ao menos nos cargos de comando, era exposta como parte da qualidade do hotel. Na ausência de espaços de formação local a experiência em estabelecimentos afamados servia para qualificar o trabalhador, como parte das qualidades do estabelecimento, enquanto os “demais funcionários foram cuidadosamente selecionados entre o pessoal mais capacitado, no Rio e nesta praça”.¹⁴⁵

Não podemos deixar de considerar que a exposição do jornal constituía a realidade de um hotel considerado de luxo e colocado em evidência como parte de um processo maior para possibilitar a constituição de um espaço litorâneo diferenciado e privilegiado. Não podemos também, sobremaneira, acreditar ser o cotidiano dos demais estabelecimentos hoteleiros do Estado.

Na ausência de estruturas de ensino e formação de mão de obra para esse mercado bastante incipiente em Pernambuco, aqueles que podiam já contratavam a força de trabalho formada, muitas delas estrangeiras. O Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife oferecia ainda alguns cursos, curiosamente voltados para auxiliar a formação de trabalhadores de espaços turísticos,

“[...] o DDC vem mantendo atualmente cursos de esperanto e inglês e espera inaugurar proximamente um curso completo de turismo [ilegível] de cicerone, iniciativa necessário [ilegível] bom andamento dos serviços de turismo, enquadrado em suas atribuições e que na certa

¹⁴⁵ Idem, Ibidem.

abrirão novos horizontes ao efêmero movimento no Recife, nesse setor”¹⁴⁶.

Os discursos ensejavam uma preocupação, mesmo que mínima em formar a força de trabalho para a exploração da nova “indústria do Turismo”, naquele momento se estabelecendo por meio de tentativa de cópia dos processos técnicos de outros países e lugares que já o praticavam. Contudo, a exemplo do gerente do Hotel Boa Viagem, esse conhecimento exógeno devia se adequar a realidade brasileira.

Compreendendo um processo embasado no que Moesch (2004, p. 12) atribui a um fazer-saber, os discursos construía e consolidavam “o Turismo como um ato objetivo de consumo”, um produto que satisfaz algumas necessidades humanas, passando por um processo de reificação do próprio Turismo, dos sujeitos envolvidos e dos territórios construídos.

Silenciando vozes diferentes a esse entendimento, as autoridades discursivas fomentaram a exclusão, ou ao menos a limitação por um tempo, de um saber-fazer (PANOSSO NETO, 2005) que questionassem a linha de aplicação seguida até aquele momento.

Finalmente os sujeitos envolvidos propugnavam seus olhares de forma a atingirem o outro. Os silenciamentos não se apresentavam definitivos porquanto se baseavam em relações, as quais foram se formando e transformando dialeticamente. O Turismo assim partilhava de espaços constituídos por teias de poderes, onde a contradição e a apropriação eram elementos formacionais de categorias, que são elas próprias efeitos das instituições, das práticas e dos discursos dos sujeitos, e cujos pontos de origens são múltiplos e difusos.

¹⁴⁶ “Cresce a cidade do Recife sob a orientação de uma administração empreendedora”, Diário de Pernambuco, 27.01.1954

3.5 Alguns “e depois...”

A partir dos anos 1960, Boa Viagem foi se firmando como o bairro mais dinâmico do Recife, consolidando aspectos mais comerciais, diminuindo o deslocamento de sua população residente, que se dirigia para o centro do Recife a fim de realizar transações econômicas, compras, passeios, estudos.

O Estado atuava para fortalecer essa característica de dinamicidade. Silva (2007) aponta que tanto a Sudene, criada em 1959, quanto a Empetur, de 1966, acabaram agindo de forma a beneficiar o bairro do ponto de vista do desenvolvimento econômico. A própria Prefeitura do Recife impunha maiores benefícios urbanos na localidade.

Duarte (1979, p. 96), assim constatava que em 1970 o bairro de Casa Amarela, com mais casas, maior quantidade de residentes e um bairro mais antigo tinha apenas 28,44% das casas com água encanada, enquanto Boa Viagem possuía 51,45% de residências atendidas; no primeiro 22,99% não possuíam instalações sanitárias, em oposição à Boa Viagem que apenas 18,83% não possuíam.

Apesar de espaços pontuais de favelização no bairro ao longo dos anos 1950, o processo de ocupação e as tensões sociais envolvidas possibilitaram a criação de ilhas de poder aquisitivo alto e cada vez mais distinto, ao lado de ilhas de favelas e ilhas de classe média. Fatos estes ligados à gentrificação ocorrida.

Do ponto de vista hoteleiro, Silva (2007, pp. 100-105) constata que a praia de Boa Viagem se firmou a partir da década de 1970. Em 1972 o Grupo Monte Hoteis, sócio do Grande Hotel, erigia o Hotel Miramar, considerado o primeiro cinco estrelas de Recife.

A exploração da orla por uma maior quantidade de hotéis retirou a partir de então, o monopólio exercido pelo Hotel Boa Viagem. Na linha da orla em 1975 instalaram-se o Hotel Cote d’Azul Ltda, Hotel 200 Milhas. Saindo desse ponto visto como privilegiado, ainda no mesmo ano, foram instalados o

Hotel Casa Grande e Senzala, Hotel Galícia, Hotel Sea View, Hotel Voyage, Mar Hotel.

A Rede Hoteleira Internacional passou a se estabelecer a partir de 1979 com a instalação do Othon Palace Hote, Hotel Jangadeiro, Vila Rica Hotel, entre outros.

Nos anos 1990 houve um recrudescimento em números, mas estava ligado à concentração que depôs os 67 hotéis registrados, para não mais de 47 estabelecimentos funcionando.

Ao mesmo tempo em que as marcantes diferenciações de Boa Viagem foram sendo consolidadas, forjou-se uma “histórica desvalorização da área do Pina” (DUARTE, 1979, p. 135), a qual foi sendo desconstruída a partir da década de 1990, quando a intensificação da urbanização transformou o bairro cada vez mais interessante para a especulação fundiária e turística (PEREIRA, 2008).

Contudo desde a década de 1970, os Governos municipais vinham tentando expulsar a população pobre da área por meio de mega projetos para utilização turística da localidade. Diante da resistência dos moradores em serem expulsos da área, os projetos não foram adiante.

O processo de transformação do bairro a partir da vilegiatura indo até a promoção do Turismo, movimentou as elites, Estado e classes populares, intensificando-se e diversificando-se. Todos os sujeitos envolvidos se manifestaram intensamente ao ponto dos conflitos transbordarem para além dos discursos silenciadores e disciplinares dos jornais, dominados pelas elites.

Mesmo assim a praia de Boa Viagem se constituiu como local de exploração econômica do Turismo por uma minoria, uma vez que concentrou suas práticas a partir de um Turismo hoteleiro, ficando atrelado a altos investimentos de capital para funcionar. A própria concentração exposta por Silva (2007) a partir da década de 1990, materializa o quanto essa concentração atingiu, inclusive, as próprias elites.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos passos iniciais de nossa pesquisa encontramos juntos às fontes indícios de que o Turismo praticado na praia de Boa Viagem não era da maneira pela qual o conhecíamos na atualidade. Conceitos, sujeitos e práticas eram apresentados diferentemente e nem sempre de forma clara, demonstrando que ainda havia um processo em formação.

Ao longo do trabalho pudemos visualizar com mais clareza os passos realizados pelos agentes históricos, constituindo trilhas que permitiram acompanhar as transformações produzidas, as opções escolhidas, além da exclusão e do silenciamento daquelas consideradas não adequadas ao momento e aos sujeitos envolvidos.

Dialeticamente, a pesquisa permitiu nos apropriarmos de alguns dos processos de implantação de práticas turísticas no Recife, os quais não estavam circunscritos ao espaço da praia, nem mesmo da praia de Boa Viagem. Contudo foram sendo apropriados e reapropriados, transformando os agentes, os espaços e as práticas, promovendo o entendimento do por que aconteceram daquela forma e não de outra.

Do século XVII ao XX, houve rupturas e continuidades na ocupação da praia de Boa Viagem, as quais marcaram as ações dos sujeitos no processo de transformação do Turismo na década de 1950, reforçando uma prática turística enquanto prática econômica excludente.

Desse processo percebemos algumas lacunas e ausências. O século XIX em Recife é bastante estudado, por vários matizes incluindo as formas de lazer. Todavia o século XX já se mostra mais rarefeito, com poucos trabalhos, sobretudo de historiadores, os quais optam por um outro objeto e sujeito, geralmente a classe trabalhadora, a política da Era Vargas, as ações dos interventores, os movimentos de esquerda, privilegiando os anos 1930 e 1950.

As formas de lazer percebidas em Boa Viagem dos anos 1950 sentiram fortemente a presença dos Estados Unidos, os quais em plena

Segunda Guerra Mundial estabeleceram uma base militar na praia de Boa Viagem, promovendo contatos, transformando discursos, adequando práticas. Todavia, há um significativo silenciamento sobre essas relações e suas permanências a partir das ocupações da praia posteriormente, além de mudanças sentidas no próprio Recife. É um caminho a ser trilhado.

Conhecimentos sobre o Turismo se acumulam a partir da década de 1960. A fundação da Empresa Brasileira de Turismo – Embratur –, aparece inúmeras vezes como a base para uma gênese do modelo de Turismo praticado no Brasil e, por inclusão, em Pernambuco. Da mesma forma que, por um viés geográfico, já se percebem bastantes estudos sobre as práticas turísticas como construtora de ordenamentos territoriais. Foram caminhos escolhidos.

Caminhos pelos quais nos foi possível apoiar compreensões outras sobre o Turismo. Percebemos que os autores consultados possibilitaram uma reprodução discursiva de aceitação unânime dos banhos de mar por todos os grupos sociais. Seus próprios estudos apontam para uma educação das elites, para uma mimese a partir das práticas européias, sem levantar o véu discursivo que esmaeceu as classes populares e suas formas anteriores de se relacionarem com o mar.

Nossas fontes permitiram perceber que ainda na década de 1950, os banhos de mar por parte das classes trabalhadoras estavam sofrendo processos de imposições, adequações e permissões por parte das elites recifenses. E que estas ações estavam contextualizadas aos limites impostos para a exploração econômica da praia. Para tanto, as elites desconsideravam as práticas daqueles vistos como de fora, os excluídos, e passaram a elencar o lazer como único espaço possível e permitido para que os trabalhadores pudessem ir ter com o beira-mar.

O uso da praia para banho era o meio permitido para ter acesso a ela, de forma que mesmo os conflitos percebidos nas fontes, permitiram direcionar para um total interesse das classes em usar o mar para o lazer. Se havia formas anteriores e diferentes de se perceber e usufruir do mar como

parte de atividades de lazer, os discursos hegemônicos das elites permitiram seu apagamento.

Nesse mesmo viés, percebemos também que os trabalhos apontam a praia a partir de certo anacronismo. Uma visão teleológica partilhada, a partir da qual o Turismo é a linearidade das transformações dos usos do litoral pelo lazer. O processo do fim da História condiciona os olhares para a constituição do objeto.

Por outro lado os historiadores têm se mostrado distantes em se permitirem elencar o Turismo como sendo objeto para compreender as relações humanas. Muitas vezes o citam superficialmente, creditando-o como mais uma evolução das práticas econômicas. Atendo-se a uma perspectiva de um fenômeno que é complexo e multifacetado.

Em nossa perspectiva o Turismo é um objeto de estudo que, como produção humana, portanto relacional, é um elemento questionador, isto é, se apresenta como o motor para buscar as compreensões possíveis dos processos.

Estudá-lo é uma forma de perceber a implantação das formas capitalistas no Nordeste. Mas não apenas isso. A materialidade da pesquisa do Turismo em Boa Viagem ajudou-nos a compreender e, porque não, a quebrar o mito da historiografia do açúcar e de seus ciclos produtivos, dos poderes dos coronéis. Permitiu nos juntarmos a outros pesquisadores que estão buscando conhecer os fatos além dos eixos monopolizadores e discursivamente silenciadores de leituras, olhares e sujeitos hegemônicos.

A narrativa do trabalho expôs a pluralidade de questões que envolveram a transformação da praia e a ascensão do Turismo. Enquanto parte do setor terciário, apesar de ser identificado nas fontes como sendo uma “indústria”, e como até a década de 1950 a economia estava subordinada ao capital da *plantatio* açucareira, não se projetavam ações para exploração turística, mas fruição de espaços apropriados.

Dessa relação de apropriação que transitou entre o lazer e o Turismo, os sujeitos envolvidos, tanto as elites quanto os trabalhadores, participaram ativamente.

A praia do Pina, vizinha da praia de Boa Viagem, foi ao longo do processo histórico, reiteradamente fonte de exclusão para sujeitos desconsiderados para a ocupação da praia de Boa Viagem. Discursivamente as fontes nos apresentaram o bairro do Pina como sendo um anti-Boa Viagem, local para despejo dos dejetos do esgotamento sanitário, local para moradia e sobrevivência dos trabalhadores, além de fonte de mão de obra para abastecer as casas de veraneio e depois residências permanentes das elites que foram se estabelecendo e se apropriando de Boa Viagem.

Os moradores do Pina se apresentaram sempre recalcitrantes às imposições das elites. A permanência reiterada deles na praia, no Pina, nas invasões que teimavam em se aproximar de Boa Viagem mostrava que as ações das elites para expulsá-los, controlá-los, silenciá-los não estava surtindo o efeito esperado. Os moradores não se reduziavam aos projetos elitistas e nem ao papel subalterno desenhado para eles.

Diante dessa resistência, ensejou-se um novo discurso materializado na abertura e ampliação, reiteradamente, da praia como espaço democrático. Sendo, todavia, nem democrático no uso, com a criação de regras elitistas, com a adequação aos comportamentos e práticas elitizadas que deviam ser seguidas pelos trabalhadores. Pode-se frequentar a praia desde que...

Da mesma forma que nem democrático na exploração capitalista, continuando o lucro apropriado nas mãos de poucas e mesmas pessoas.

Por certo percebemos que esta pesquisa não se esgota aqui. O Turismo enquanto objeto para estudo da História está sendo constituído muito lentamente, criando possibilidades, permitindo olhares outros, criando novas Histórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS¹⁴⁷

FONTES IMPRESSAS

ADORNO, T. W. **Epistemología y Ciencias Sociales**. Madri, Frónesis Cátedra Universitat de Valência, 2001.

_____. Tempo Livre. **Revista Palavras e Sinais, Modelos Críticos**, Petrópolis: Vozes, n. 2, PP. 70-82, 1995

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1922)**. Dissertação de Mestrado (História). Universidade Estadual de Campinas, 1988.

_____. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de Teoria da História. Bauru – São Paulo: Edusc, 2007.

ALFONSO, L. P. EMBRATUR: formadora de imagens da nação brasileira. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ALLIS, T. **Projetos Urbanos e Turismo em Grandes Cidades: o caso de São Paulo**. Tese de Doutorado (Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2012.

ALVES, L. S. F.; DANTAS, E. W. C. Discurso Histórico do Turismo em Pernambuco: II PND, Ditadura Militar e o retrocesso da atividade no Estado. **Boletim Goiano de Geografia (Online)**. Goiânia, v. 33, n. 3, set/dez. 2013, pp. 425-438.

ANDRADE, G. O. **Migrações Internas e o Recife**. Recife, Pernambuco: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – IJNPS, 1979 (Estudos e Pesquisas, v. 12).

ARAÚJO, R. C. B. **As Praias e os Dias** história Social das Praias do Recife e de Olinda, 2007.

¹⁴⁷ De acordo com Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso – Parte I (ABNT), 2009.

ARIÈS, F. **O Tempo da História**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ARON, R. A Sociedade Industrial. In FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade**: leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1977.

ASSIS, L. F. Turismo de Segunda Residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 11, 12 e 13, set/out., 1993, pp. 107-122.

AZEVEDO, T. **A Praia: espaço de sociabilidade**. Salvador: UFBA Centro de Estudos Baianos, 1988.

_____. **O Cotidiano e seus ritos: praia, namoro e ciclos da vida**. Recife, Pernambuco: Editora Massangana, 2004.

BAKHTIN, M. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais, São Paulo: Editora Hucite/Editora Universidade de Brasília, 1987.

BARBOSA, Y. M. **História das Viagens e do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2002 (Coleção ABC do Turismo).

BARRETTO, M. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000 (Coleção Turismo)

BARROS, J. D. Os Annales e a História-Problema – considerações sobre a importância da noção de “história-problema” para a identidade da Escola dos Annales. **História: Debates e Tendências**, v. 12, n. 2, jul/dez., 2012, pp. 305-325.

BARTHEL, S. G. A. **Sociedade de classes, espaço urbano diversificado: a faixa de praia do Recife**. Dissertação (Mestrado em Economia e Sociologia), Recife: UFPE, 1989.

BARTHES, R. **Mitologias**. São Paulo: Difel, 1985.

BLOCH, M. L. B. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOYER, M. **História do Turismo de Massa**. Bauru, São Paulo: Edusc/Edufba, 2003 (Coleção Turis)

BRAMBATTI, L. E.; ALLIS, T. **Trens e Turismo**: a origem dos Veraneios Hampel e Desvio Blauth. Caxias do Sul, RS: Meridiano, 2010.

BRAUDEL, F. **El Mediterraneo y el mundo mediterraneo en la época de Felipe II**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1953. 2v.

BURKE, P. **A Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAMARGO, H. L. Fundamentos Multidisciplinares do Turismo: História. In TRIGO, L. G. G. (Org.) **Turismo: como aprender, como ensinar** – 1. 3ª. Ed., São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003, pp. 33-85.

_____ **Uma Pré-História do Turismo no Brasil**: recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1808-1850). São Paulo: Aleph, 2007 (Série Turismo)

CAMARGO, L. O. de L. **O Que é Lazer**. 4ª. Reimp 3ª. Ed, São Paulo: Brasiliense, 2008 (Coleção Primeiros Passos; 172)

CARVALHO, A. G. **Turismo e Produção do Espaço no Litoral de Pernambuco**. Dissertação de Mestrado (Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2009.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3ª. Ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, M. J. M. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1922-1850. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.

CAVALCANTI, C. B. **O Recife e seus Bairros**. 6ª. Ed. Revista e ampl. Camaragibe: CCS Gráfica e Editora, 2013.

CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3ª Ed., 1ª. Reimpressão – São Paulo: Contexto, 2014.

CHAUÍ, M. **O Que é Ideologia**. 7ª. Ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos; v. 13)

CHURCHILL, W. . **Memórias da Segunda Guerra Mundial**, 1941-1945. 4ª. Ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015 (Volume 2).

COMPARATO, F. K. **A Civilização Capitalista**: para compreender o mundo em que vivemos. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013.

COOPER et al. **Turismo: Princípios e Práticas**. 2ª. Ed. – Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.

CORBIN, A. **História dos Tempos Livres**.: o advento do lazer. Portugal: Teorema, 2001. (Série Especial)

_____. **O Território do Vazio**: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORTÉS, J. M G. **Políticas do Espaço**: arquitetura, gênero e controle social. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

COSTA, E. M. P. **Expansão Urbana e Organização Espacial** – uma área litorânea na Região Metropolitana do Recife. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, 1981.

COSTA, E. V. **A Dialética Invertida e outros ensaios**. São Paulo: Unesp, 2014.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2ª. Ed., São Paulo: Roca, 2003.

DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos Trópicos**. Por uma geografia do litoral. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará – UFC, 2009. (Coleção Estudos Geográficos, v. 2)

DE GRAZIA, S. **Tiempo, Trabajo y ocio**. Madrid: Editorial Tecnos S. A., 1966.

DELUMEAU, J. **História do Medo no Ocidente: 1300-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEPREST, F. **Inquérito sobre o Turismo de Massa**: a ecologia face ao território. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. (Coleção O Homem e a Cidade; v. 7)

DIAS, A. L. M., COELHO NETO, E. T., LEITE, M. M. S. B. (Org.) **História, Cultura e Poder**. – Feira de Santana: UEFS Editora: Salvador: EDUFBA, 2010.

DIAS, R. **Sociologia do Turismo**. 2ª. Reimp. 1ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DOWNLING, R., PFORR, C. (ed.) **Costal Tourism Development**. New York: Cognizant Corporation, 2009;

DIEGUES JÚNIOR, M. **O Engenho de açúcar no Nordeste**: documentário da vida rural. Maceió, AL: Edufal, 2006.

DUARTE, J. L. **Recife no tempo da maxambomba (1867-1889): o primeiro trem urbano do Brasil**. Dissertação de Mestrado (História). Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

DUBY, G. e ARIÈS, P. (dir) **História da Vida Privada**: da primeira guerra aos nossos dias. São Paulo: companhia das Letras, 1992. (v. 5)

DUMAZEDIER, J. **A Revolução Cultural do Tempo Livre**. São Paulo: Studio Nobel:Sesc, 1994 (Série Cidade Aberta).

_____ **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ECO, U. **Como se Faz uma Tese**. 24ª. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. (Estudos; 85)

EISENBERG, P. L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENKE, R. G. **O Espetáculo do mar em uma estação balneária no Rio Grande do Sul** – a vilegiatura marítima na Villa Siqueira/Praia do Cassino

(1885-1960). Tese de Doutorado (História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2013.

FAORO, R. **Os Donos do Poder**: Formação do patronato político brasileiro. 3ª. Ed. rev – São Paulo: Globo, 2001.

FARR, R. **As Raízes da Psicologia Social Moderna (1872-1954)**. Petrópolis: Vozes, 1999 (Coleção Psicologia Social).

FEBVRE, L. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1989

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A Civilização do Açúcar**. 11ª. Ed., 1ª. Reimp. – São Paulo: Brasiliense, 1998.

FERREIRA, J. A. **Lazer Operário**. Salvador, Bahia: Livraria Editora Progresso, 1959.

FERREIRA, M. S.; TRAVERSINI, C. S. A Análise Foucaultiana do Discurso como Ferramenta Metodológica de Pesquisa. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.38, n. 1, pp. 207-226, jan/mar, 2013.

FERREIRA, M.M; FRANCO R. **Aprendendo História**: reflexão e ensino. São Paulo: Editora do Brasil, 2009.

FERREIRA, S. L. **O Banho de Mar na ilha de Santa Catarina (1900-1970)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Santa Catarina. Florianópolis, 1994.

FONSECA, M. A. P. da. (Org.) **Segunda Residência: lazer e turismo**. Natal – Rio Grande do Norte: EDUFRN, 2012.

FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade**: leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1977.

FOUCAULT, M. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...**: um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Graal, 2013.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2005.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7ª. Ed/3ª. Reimp. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 (Campo Teórico)

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 4ª. Ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 41ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FOUREZ, G. **A Construção das Ciências: introdução à Filosofia e à Ética das Ciências**. São Paulo: Unesp, 1995.

FREYRE, G. **Além do Apenas Moderno: sugestões em torno de possíveis futuros do homem, em geral, e do homem brasileiro, em particular**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

_____ **Ordem e Progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre – aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e da monarquia para a república**. São Paulo: Global, 2004a (Coleção Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil; v. 03).

_____ **Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 15ª. Ed. rev. São Paulo: Global, 2004. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – v. 02)

FUSTER, L. F. **Geografía General Del Turismo de Masas**. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

GADOTTI, M. **Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório**. 15ª.ed., São Paulo: Cortez 2006.

GALVÃO, P. L. A. **Enoturismo e Dinâmicas Sócio-Espaciais no Vale do São Francisco – PE**. Dissertação de Mestrado (Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

GASTAL, S.; MOESCH, M. M. **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007 (Coleção ABC do Turismo)

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GOLDMANN, L. A Reificação das Relações Sociais. In FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1977.

GOMES, A. de C. (Coord.) **História do Brasil Nação: 1808-2010** (volume 4: Olhando para Dentro.1930-1964) – Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

GUIMARÃES, V. L. La Conquista de las Vacaciones: breve história Del turismo em La Argentina. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo 5(3), PP. 433-437, dez. 2011.

_____. **O Turismo Levado à Sério: discurso e relações de poder no Brasil e na Argentina (1933-1946)**. Tese de Doutorado (História Comparada). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 23ª. Ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2012.

HOBBSBAWM, E. J. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. 19ª. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. 11ª. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

IGLESIAS, F. **A Industrialização Brasileira**. 6ª. Ed., São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Tudo é História; 98).

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. 2ª. Ed ver. Ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. 4ª. Ed. Rev. Ampl. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

KHATCHIKIAN, M. **Historia Del Turismo**. Lima, Peru: Universidad San Martin de Porres, Escuela Profesional de Turismo y Hotelaria, 2000 (Turismo y Sociedad ;1)

KÖHLER, A. F. Autenticidade: origens e bases da discussão em turismo. **Revista Turismo Visão e Ação** – Eletrônica, 11 (3), pp. 282-303, set/dez 2009.

KONDER, L. **O Que é Dialética**. 10^a. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984 (Coleção Primeiros Passos)

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3^a. Ed. rev. Ampli – São Paulo: Aleph, 2003 (Série Turismo).

LAFARGUE, P. **O Direito à Preguiça**. São Paulo: Editora Claridade, 2003.

LOHMANN, G., PANOSSO NETO, A. **Teoria do Turismo**: conceitos, modelos e sistemas. 2^a. Ed. rev. Ampl. São Paulo: Aleph, 2012 (Série Turismo)

MACCANNELL, D. Staged Authenticity: Arrangements of social space in tourist settings. **The American Journal of Sociology**, pp. 589-603, vol 79(3), nov 1973.

MAIOR, M. S.; SILVA, L. D. **O Recife: Quatro Séculos de sua Paisagem**. Recife: Fundaj/Editora Massangana; Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de Educação e Cultura, 1992 (Série Descobrimentos, v. 2)

MARCELINO, N. C. **Estudos de Lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 2000.

MARINS, P. C. G. Habitação e Vizinhaça: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In SEVCENKO, N. (org) **História da Vida Privada no Brasil**. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (Coleção História da Vida Privada no Brasil; v. 3)

MARTINS, C. B. **O que é Sociologia**. 67^a. Reimp. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos – 57)

MARX, K. **Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política:** produção, consumo, distribuição, troca (circulação). 1859

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Volume I. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Tomo 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MAY, T. **Pesquisa Social:** Questões, métodos e processos. 3ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MCKECHER, B.; PRIDEAUX, B. Academic Myths of Tourism. **Annals of Tourism Research**, 46, pp. 16-28, 2014.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada:** guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 3ª. Ed. – São Paulo: ed. 34, 2007.

MILLS, C. W. A Sociedade de Massas. In FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade:** leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1977.

MINTZ, S. W. **O Poder Amargo do Açúcar:** produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife, PE: Editora Universitária da UFPE, 2003.

MOESCH, M. M. **A Produção do Saber Turístico.** São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Epistemologia Social do Turismo:** São Paulo; Tese (doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo) – Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, 2004, vv. 1 e 2.

MONTENEGRO, A. T. **História Oral e Memória:** a cultura popular revisitada. 3ª. Ed., São Paulo: Contexto, 1994 (Caminhos da História).

MORAIS, C. dos S. História das Ligas Camponesas do Brasil – 1969. In STEDILE, J. P. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil:** História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NASCIMENTO, R. M. Possíveis Contribuições de Theodor W. Adorno para Estudos sobre o Lazer. **17º. Congresso de Iniciação Científica, 7ª. Amostra Acadêmica Unimep**, s.d.

NOGUERO, F. T. El Concepto de Turismo Segun La OMT. In NECHAR, M. C.; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Epistemología Del Turismo**: estúdios críticos. Mexico: Trillas, 2010.

O'DONNELL, J. **A Invenção de Copacabana**: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940). Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

OLIVA, A. **Filosofia da Ciência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

ORTIZ, R. **A Moderna Tradição Brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. Globalização: Notas Sobre um Debate. **Revista Estado e Sociedade**, Brasília 24(1), PP. 231-254, jan/abr, 2009.

PAGE, J. A. **A Revolução que nunca houve**: o Nordeste do Brasil 1955-1964. Record: Rio de Janeiro, 1974.

PANOSSO NETO, A. **Filosofia do Turismo**. Teoria e Epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.

_____. e LOHMANN, G. **Teoria do Turismo**: conceitos, modelos e sistemas. 2. Ed. ampl. E atual. – São Paulo: Aleph, 2012

_____. **O que é Turismo**. 1ª. Reimp. São Paulo: Brasiliense, 2013 (Coleção Primeiros Passos; 341)

_____. e NECHAR, M. C. Epistemologia do Turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo 8(1), PP. 120-144, jan/mar, 2014.

PARAÍSO, R. **Charme e Magia dos Antigos Hotéis e Pensões Recifenses**. Recife, PE: Bagaço, 2011.

PEARCE, d. g. **Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**. 2ª. Ed., São Paulo: Aleph, 2003 (Série Turismo).

PEREIRA, O. **Histórias do Pina**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2008.

PERROT, M. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERRUCI, G. **A República das Usinas**: um estudo de História Social e Econômica do Nordeste (1899-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 (Estudos Sobre o Nordeste, v. 2).

PFORR, C.; WESLEY, A. Historical dimensions of coastal tourism. In DOWNLING, R., PFORR, C. (ed.) **Costal Tourism Development**. New York: cognizant Corporation, 2009;

PIERUCCI, A. F. de O. *et al.* **Brasil Republicano**: economia e cultura (1930-1964). 4ª. Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007 (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3; v. 11).

PIRES, M. J. **Raízes do Turismo no Brasil**: hóspedes, hospedeiros e viajantes no século XIX. São Paulo: Editora Manole, 2001.

PORTER, R. Os Ingleses e o Lazer. In CORBIN, A. **História dos Tempos Livres**.: o advento do lazer. Portugal: Teorema, 2001. (Série Especial)

PRESTRELO, V. L. B. **A Ideologia do Progresso: cotidiano e trabalhadores pobres no Recife (1920-1930)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Cultura). Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993 (Série Temas; v. 29 – Geografia e Política).

RECHEZ, J. C.; STRAUSS, L. Um Tempo Novo para os Operários: as férias pagas. In CORBIN, A. **História dos Tempos Livres**.: o advento do lazer. Portugal: Teorema, 2001. (Série Especial)

REJOWSKI, M. **Turismo no Percurso do Tempo**. São Paulo: Aleph, 2002 (Série Turismo).

REQUIXA, R. **O Lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

REZENDE, A. P. **A Classe Operária em Pernambuco**: Cooptação e resistência (1900-1922). Dissertação (Mestrado em História), Unicamp, 1981.

_____. **História do Movimento Operário no Brasil**. 3ª. Ed., São Paulo: Ática, 1994.

_____. **(Des)Encantos Modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: Governo do Estado; Secretaria de Cultura; Fundarpe, 1997.

_____. História, Cidade e Literatura: travessias e encontros. In DIAS, A. L. M., COELHO NETO, E. T., LEITE, M. M. S. B. (Org.) **História, Cultura e Poder**. – Feira de Santana: UEFS Editora: Salvador: EDUFBA, 2010.

RODRIGUES, A. B. Geografia do Turismo: Novos Desafios. In TRIGO, L. G. G. (Org.) **Turismo: como aprender, como ensinar** – 1. 3ª. Ed., São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

RODRIGUES, H. E. Lévi-Strauss, Braudel e o Tempo dos Historiadores. **Revista Brasileira de História**, São Paulo 29(57), PP. 165-186, fev. 2009.

RUDÉ, G. **A Multidão na História**: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra – 1730-1848, Rio de Janeiro: Campus, 1991.

RUSCHMANN, D. V. M.; FIGUEIREDO, S. L. Estudo Genealógico das Viagens, dos Viajantes e dos Turistas. **Novos Cadernos NAEA**, 7(1), pp. 155-188, jun/2004.

SALVADOR, F. V. **História do Brasil** (1500-1627). São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975 (Coleção Memória Brasileira).

SANT'ANNA, D. B. **O Prazer Justificado**: História e Lazer (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Editora Marco Zero, 1994 (Coleção Onde Está a República).

SANTOS, B. S. **Um Discurso sobre as Ciências**. 16ª. Ed., Porto: Edições Afrontamento, 2010.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985 (Coleção Espaços)

SEVCENKO, N. (org) **História da Vida Privada no Brasil**. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (Coleção História da Vida Privada no Brasil; v. 3)

SILVA, A. M. P. **O Processo de Reorganização Espacial da Hotelaria do Recife**: concentração em Boa Viagem e marginalização da área central. Dissertação de Mestrado (Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

SKDIMORE, T. E. **Brasil**: de Getúlio à Castello (1930-1964). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA JÚNIOR, X. S. S. **Os Atores Sociais na Organização Sócio-Espacial do Bairro do Pina em Recife-PE: convergências e dissidência**. Dissertação de Mestrado (Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

SOUZA, D. B. I. de. **Reconstruindo Cajueiro Seco**: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-1964) – São Paulo: Annablume, 2010.

TEIXEIRA, J. B. C.; POLO, A. A Personalidade Autoritária. Componentes e gênese psicológica. **Arquivo Brasileiro de Psicologia Aplicada**, Rio de Janeiro, 27(4): 47-69, out/dez., 1975.

THEOBALD, W. **Turismo Global**. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

TOLLENARE, L. F. **Notas Dominicais**. Recife: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1978 (Coleção Pernambucana, Vólum XVI).

TOTA, A. P. **O Imperialismo Sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TRIBE, J. The Indiscipline of Tourism. **Annals of Tourism Research**, Grã-Bretanha, 24(3), pp. 638-657, 1997.

TRIGO, L. G. G. (Org.) **Turismo: como aprender, como ensinar** – 1. 3ª. Ed., São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

TRIGO, L. G. G. As Possibilidades da Filosofia. In TRIGO, L. G. G. (Org.) **Turismo: como aprender, como ensinar** – 1. 3ª. Ed., São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003, PP. 11-31.

TULIK, O. **Turismo e Meio de Hospedagem**: casas de temporada. São Paulo: Roca, 2001.

TURIN, R. História da Historiografia e Memória Disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História e Historiografia**, Ouro Preto (13), pp. 78-95, dezembro, 2013.

TURNATURI, G. As Metamorfoses do Divertimento Citadino na Itália Unificada (1870-1915). In CORBIN, A. **História dos Tempos Livres**.: o advento do lazer. Portugal: Teorema, 2001. (Série Especial)

URRY, J. **O Olhar do Turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 2ª. Ed. São Paulo: Studio Nobel: Sesc, 1999 (Coleção Megapólis)

VEBLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa** (Um Estudo Econômico das Instituições). São Paulo: Abril Cultural, 1974.

VIEIRA, M. M. F.; HOLANDA, L. O Campo do Turismo no Recife: uma perspectiva institucional. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, s.l., v. I, n. 1, Ago, 2006.

FONTES ELETRÔNICAS

www2.unwto.org/ES/content/historia , acesso em janeiro de 2015.

“Panorama do Turismo no Mundo -2013”, Ministério do Turismo. Acesso em janeiro de 2015.

“Panorama OMT del Turismo Internacional – 2014”, ;
www2.unwto.org/ES/content/historia , acesso em janeiro de 2015.

Biblioteca nacional, acesso janeiro/abril 2016.

CEPE, acesso janeiro/abril 2016.

FONTES MANUSCRITAS

Jornal Diário de Pernambuco 1920-1960

Diário Oficial do Estado de Pernambuco 1950-1960

Revista Semana Ilustrada 1861

Jornal Diário da Manhã 1930-1940

ANEXOS

ANEXO A

Mapa do bairro de Boa Viagem limitado pelo bairro do Pina, a norte, e pelo Aeroporto Internacional dos Guararapes, no bairro do Ibura à oeste.

FONTE: <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/boa-viagem>, acesso em abril de 2015.

ANEXO B

Mapa do bairro do Pina, limitando-se com o bairro de Boa Viagem ao sul e com o bairro de Brasília Teimosa, ao norte. Em sua maior parte o Pina é constituído de imensos manguezais e sofreu as influências de estar próximo ao porto do Recife, ao lado de Boa Viagem e como parte do “Caminho do sul”.

FONTE: <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/pina>, acesso em dezembro de 2015.

ANEXO C

Mapa do bairro do bairro de Brasília Teimosa, que foi se consolidando como ocupação autônoma ao longo dos anos 1960.

FONTE: <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/brasilia-teimosa>, acesso em dezembro de 2015.